



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Reassentamentos Forçados: dos Impactes às Oportunidades

Joana de Jesus Colaço Pedro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais

Orientadora:
Doutora Isabel Raposo, Professora Associada,
Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

[Setembro, 2011]

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só foi possível graças ao contributo de muitas pessoas e entidades, a quem tenho a agradecer. Em particular:

À Vale, pela disponibilização de material e por todo o apoio no trabalho de campo. Em especial a Pedro Muendane, por me ter incansavelmente acompanhado durante os dias de trabalho de campo e se ter disponibilizado sempre que entraves teimavam em aparecer. A Arão Dava, por me ter apoiado na recolha de toda a informação disponível em Tete, assim como no apoio logístico necessário. E a Mariana Mungai, pelo esforço em obter todos os documentos em Maputo.

Ainda às pessoas da Diagonal, principalmente pela ajuda a preparar todo o trabalho de campo e reuniões directamente nas comunidades. Em particular a Sónia Capistrano por toda a disponibilidade e ideias trocadas, e a Octávio Sabão, pelo papel de tradutor durante as reuniões com os grupos focais em ambos os bairros.

A Isabel Raposo, minha orientadora, pelo entusiasmo com que me acolheu (sem sequer me conhecer), e pela forma como sempre recebeu as minhas ideias e me fez pensar para além delas.

À Vanessa Melo e à Sílvia Jorge, que me ajudaram a dar os primeiros passos sobre o tema em Moçambique, e por me darem imensa força e motivação, quando tudo ainda parecia muito confuso e complicado.

À equipa com quem trabalhei no Estudo de Impacto Ambiental de Mphanda Nkuwa, em particular a Inês Guerra, António Alves, João Jerónimo, Mia Couto, Victor Hugo Nicolau, Paula Santos e Madalena Dray, pelas discussões e ideias sobre reassentamentos na província de Tete.

A Sofia Cunha, da COBA, pela compreensão quando a minha cabeça se desviava do trabalho e se virava mais para a dissertação, e por toda a motivação e encorajamento.

Aos meus irmãos: ao Francisco, por todo o trabalho de revisão do português, e ao André, por todas as horas partilhadas a “fazer teses”.

Aos meus pais, pelo apoio que sempre me deram, na tese e na vida.

Aos meus amigos, por me “aturarem” mesmo quando os meus temas de conversa só gravitavam em torno de reassentamentos.

Ao David, pela ajuda nas traduções, mas sobretudo por todo o encorajamento e paciência.

RESUMO

O aumento da população e as crescentes necessidades que a sociedade de consumo impõe têm desencadeado um aumento do número de projectos como estradas, barragens ou minerações. Muitos deles levam ao desalojamento de populações que, sem voz, são levadas para outros locais por processos de reassentamento forçados, transformando-se em “refugiados do desenvolvimento”.

O Banco Mundial defende que as populações reassentadas devem melhorar as suas condições de vida. Neste trabalho analisou-se, à luz de indicadores de qualidade de vida, o reassentamento efectuado pela empresa Vale em Moatize, no noroeste de Moçambique. Embora seja ainda cedo para perceber se a qualidade de vida irá melhorar ou piorar no futuro, registaram-se progressos em termos de condições básicas de vida como educação, saúde ou acesso a água e energia, mas em contrapartida, houve deterioração ao nível da identidade cultural da população, bem como das suas estratégias de sobrevivência – o que se reflecte agora no empobrecimento de algumas famílias e no sentimento, por parte da população, de viver como hóspede e de os novos bairros não lhe pertencerem.

Sendo este apenas um dos exemplos de reassentamentos forçados nesta região, o trabalho procurou delinear pistas de análise ao nível regional, concluindo-se pela necessidade de criar mecanismos de ordenamento do território que garantam espaços de continuidade dos modos de vida tradicionais e identitários das populações, e de olhar os novos reassentamentos como oportunidades de desenvolvimento, pela formação de pequenos centros urbanos que reduzam o êxodo rural e funcionem como estímulo ao desenvolvimento rural regional.

Palavras Chave: Reassentamentos Involuntários; Reassentamentos forçados; Refugiados do desenvolvimento; Pequenos e médios centros urbanos

JEL Classification System: R58 e O18

ABSTRACT

The combination of increasing population and expansion of needs imposed by consumer society has triggered an increase in the number of projects such as roads, dams and mines. Many of these projects lead to the displacement of populations which, voiceless, are taken to other locations through forced resettlements, thus becoming “development refugees”.

The World Bank contends that it should be ensured that resettled populations have their living conditions improved. The current study analyses the resettlement by mining company Vale in Moatize, North western Mozambique. Although it is still very early, certain results can be identified at present. On one hand, progress was registered in some basic living conditions such as education, health or access to water and energy. On the other hand, there were deteriorations in the level of cultural identity of the population and in their survival strategies – which is reflected today in the impoverishment of some families and in the feeling, by part of the population, of living as guests and of the new neighbourhood not belonging to them.

This project being only one of many examples of forced resettlements made in this region of Mozambique, this study furthermore attempts to draw new lines of analysis at the regional level, concluding with the necessity to create territorial planning mechanisms which guarantee continuity in the identity and traditional lifestyle of populations, and to consider new resettlements as new development opportunities, through the formation of small urban centers that reduce rural exodus and stimulate regional rural development.

Key Words: Involuntary Resettlements; Forced Resettlements; Development Refugees; Small and Medium Sized Urban Centers

JEL Classification System: R58 e O18

ÍNDICE

Introdução	1
1 Enquadramento teórico	5
1.1 Introdução	5
1.2 Projectos de desenvolvimento e Reassentamentos Forçados	6
1.2.1 Refugiados do desenvolvimento	6
1.2.2 Riscos do reassentamento	8
1.2.3 Curva de rendimentos dos reassentados	9
1.2.4 Política de reassentamento	10
1.2.5 Os reassentamentos resultantes de projectos de desenvolvimento no continente africano	11
1.2.6 Conclusão	11
1.3 Entre o rural e o urbano – pequenos centros urbanos	12
1.3.1 Urbanização ecológica vs urbanização social	12
1.3.2 A fuga do campo para a cidade	12
1.3.3 Pequenos e médios centros urbanos	15
1.3.4 Visão das pequenas e médias cidades ao longo dos tempos	17
1.3.5 Vantagens dos pequenos centros urbanos	18
1.3.6 Conclusão	19
2 Metodologia	21
2.1 Questões e hipóteses	21
2.2 Procedimentos metodológicos	21
2.2.1 Qualidade de vida	22
2.3 Limitações	24
3 Enquadramento do caso de estudo	27
3.1 A província de Tete	27
3.2 A vila de Moatize e o projecto de mineração	28
3.3 A Vale	30
3.4 Processo de reassentamento	30
3.4.1 Áreas de estudo reassentadas	31
3.4.2 As áreas anfitriãs do reassentamento	33

4	Análise do reassentamento à luz dos indicadores de qualidade de vida	39
4.1	Condições Sócio-espaciais	39
4.1.1	Habitação	39
4.1.2	Educação	47
4.1.3	Saúde	49
4.1.4	Mobilidade	50
4.1.5	Segurança	51
4.1.6	Organização espacial dos novos aglomerados	51
4.1.7	Apropriação do espaço (<i>Sense of Place</i>)	55
4.1.8	Cultura/Sagrado	56
4.2	Condições Ambientais	57
4.2.1	Sistema de abastecimento de água	57
4.2.2	Acesso a energia	59
4.2.3	Instalações sanitárias	60
4.2.4	Tratamento e disposição de resíduos	61
4.3	Condições Económicas	61
4.3.1	Produção agrícola	61
4.3.2	Estratégias de sobrevivência	64
4.3.3	Acesso a emprego	66
4.4	Qualidade de vida	67
5	Dos impactes às oportunidades: Reassentamentos na Província de Tete	73
	Conclusões	79
	Fontes Primárias	83
	Bibliografia	83
	Anexos	89
	Anexo I - Enquadramento legal	89
	Anexo II – Entrevistas Exploratórias	93
	Anexo III – Relatório do trabalho de campo	95
	Anexo IV – Breve descrição da origem dos bairros Reassentados	141

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.2.1 – Categorias e subcategorias (indicadores) utilizadas para a análise do caso de estudo, com base no conceito de qualidade de vida	24
Quadro 3.3.1: Quadro comparativo das estratégias de atendimento em Cateme e 25 de Setembro	37
Quadro 4.1.1 – Características da habitação principal	41
Quadro 4.1.2 – Características das edificações anexas.....	43
Quadro 2.4.1 – Calendarização do trabalho de campo	98
Quadro 3.3.1 – Resultado dos grupos focais de 25 de Setembro	126
Quadro 3.3.2 – Resultado dos grupos focais em Cateme	131
Quadro 3.3.3 – Identificação das pessoas inquiridas em 25 de Setembro.....	137
Quadro 3.3.4 – Identificação das pessoas inquiridas em Cateme.....	138
Quadro 3.3.1 – Locais considerados importantes para as pessoas dos bairros de Bagamoyo, Chipanga e Chithata	142

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1.1 – Curva dos rendimentos do reassentamento (Fonte: Cernea, 1996 - adaptado).....	9
Figura 1.2.1 – Crescimento da população rural e urbana em Moçambique (Fonte: Francisco, 2007)	13
Figura 3.2.1 – Localização do Projecto de Carvão de Moatize (Fonte: Aurecon, 2010)	29
Figura 3.3.1 – Localização dos polígonos a reassentar (Fonte: Diagonal, 2006)	35
Figura 4.1.1 - Tipo de habitação comum.....	39
Figura 4.1.2 - Visão geral da habitação modelo de reassentamento	40
Figura 4.1.3 - Cozinhas típicas da população reassentada ante de ser reassentada (Fonte: Impacto, 2011).....	43
Figura 4.1.4 – Cozinhas existentes nas novas habitações	44
Figura 4.1.5 – Edificações exteriores típicas da população antes de ser reassentada: Curral, Capoeira e Celeiro (Fonte: Impacto, 2011)	44
Figura 4.1.6 – Edificações exteriores das novas habitações: Latrina, guero, curral e galinheiro.....	44
Figura 4.1.7 - Exemplos de cozinhas fechadas em 25 de Setembro (a primeira serve de lugar para os filhos e pode-se observar a cozinha do lado de fora; a segunda serve de habitação da dona da casa, que alugou a casa principal a alguém de fora do bairro)	45
Figura 4.1.8 - Exemplo de novas construções feitas pelas populações (Cateme; 25 de Setembro) .	45
Figura 4.1.9 – Exemplos de casas que apresentam rachas	47
Figura 4.1.10 – Escolas Primária e Secundária de Cateme	48
Figura 4.1.11 – Centro de Saúde de Cateme	50
Figura 4.1.12 – Estrada que liga a Cateme à N7	51
Figura 4.1.13 – Tipo de ocupação do solo nas áreas rurais (fonte: Diagonal Urbana, 2006)	52
Figura 4.1.14 - Planta geral de Cateme	52
Figura 4.1.15 - Visualização da organização espacial das casas	53

Figura 4.1.16 – Tipo de ocupação do solo nas áreas peri-urbanas (fonte: Diagonal Urbana, 2006).	53
Figura 4.1.17 – Planta Geral de 25 de Setembro	54
Figura 4.2.1- Depósito e fontanários em Cateme	58
Figura 4.2.2 – Edificação sanitária (vista exterior; vista interior da casa de banho; vista interior da latrina).....	60
Figura 4.2.3 - Indícios de problemas na latrina (vestígios de inundação no chão e exemplo de local onde tiveram de escavar um dreno do tubo da casa de banho para que água conseguisse escoar – neste caso, para a via pública).....	60
Figura 4.2.4 - Zonas de amontoamento de resíduos em 25 de Setembro	61
Figura 4.3.1 - Mercado informal de Cateme	65
Figura 4.4.1 - Licenças de prospecção mineira atribuídas na Província de Tete (adaptado de: Coba e Impacto, 2011).....	73
Figura 2.2.1 Reuniões com grupos focais na localidade de Cateme (no sentido dos ponteiros do relógio: líderes, jovens, mulheres e homens).....	96
Figura 2.2.2 - Reuniões com grupos focais na localidade de 25 de Setembro (no sentido dos ponteiros do relógio: líderes, jovens, mulheres e mulheres).....	97

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

- AEA – Alfabetização e Educação de Adultos
- BM – Banco Mundial
- CIP – Centro de Integridade Pública
- DINAPOT - Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial
- DUAT – Direito ao Uso e Aproveitamento da Terra
- EDM – Electricidade de Moçambique
- Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique
- IFC – International Finance Corporation (Corporação Financeira Internacional)
- MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental – Moçambique
- MIREM – Ministério de Recursos Minerais
- MOPH – Ministério das Obras Públicas e Habitação
- Mtc - Meticais
- ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
- OIIL - Orçamento de Investimento de Iniciativa Local
- OIM – Organização Internacional das Migrações
- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OP – Operational Policy (Directiva Operacional)
- PA – Pessoas Afectadas
- PAR – Plano de Acção para o Reassentamento
- PARP – Plano de Acção para a Redução da Pobreza
- PD – Pessoas Deslocadas
- PEDSA – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário
- UN – United Nation (Nações Unidas)
- UNCHR – United Nations High Commissioner for Refugees (Alto comissariado das Nações Unidas para os Refugiados)
- UN Habitat - United Nations Human Settlements Programme (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos)

GLOSSÁRIO DE TERMOS MOÇAMBICANOS

- Capim – nome comum dado a várias espécies de gramíneas, que são usadas, entre outras coisas, para fazer a cobertura das casas tradicionais moçambicanas
- Capinar – acto de cortar o capim
- Chapa – transporte semicolectivo, de gestão privada existente em Moçambique
- Guero – construção típica nas famílias Nhungué, que é construída no quintal da casa do agregado familiar e serve de habitação para os filhos (rapazes) quando entram na puberdade
- Machambas – parcela agrícola de terra
- Mamã – nome dado às mulheres já casadas

Mapira – cereal cultivado em Moçambique, também conhecido como sorgo (nome científico: *Sorghum vulgare*)

Maticar – acto de preenchimento com barro de estruturas de madeiras, como parte do processo de construção com A técnica de pau-a-pique

Meixoeira – cereal cultivado em Moçambique (nome científico: *Pennisetum Typhoideum*)

Muchém – tipo de térmita

Nthanga – construção típica nas famílias Nhungué, que é construída no quintal da casa do agregado familiar e serve de habitação para as filhas (raparigas), quando entram na puberdade

Pau-a-pique - técnica construtiva que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais e horizontais, que são depois preenchidas com barro.

Papá – nome dado a homens já casados

INTRODUÇÃO

O mundo em que vivemos está assente num paradigma de crescimento económico permanente, por meio de uma sociedade de consumo cada vez maior e mais globalizada, e de uma população - também ela - em constante crescimento. Neste contexto surgem os projectos ditos de desenvolvimento ou de crescimento económico, os quais estão associados a grandes empreendimentos e à construção de grandes infra-estruturas. Estas têm diversos impactes em termos sociais e ambientais, sendo um dos bem visíveis a apropriação de terras onde vivem comunidades, que, por processos mais ou menos forçados, têm de abandonar esses locais.

O abandono dos locais de origem deverá, à partida, ser acompanhado por um realojamento, da responsabilidade do “dono” do projecto em acordo com o governo, e pela adaptação à nova realidade, num processo a que o Banco Mundial (BM) chama reassentamento involuntário.

Esta dissertação analisa o impacte dos reassentamentos resultantes da implantação de grandes projectos de desenvolvimento, e aos quais, tendo em conta a realidade do terreno, chamamos reassentamentos forçados.

O reassentamento forçado afecta, em termos socioeconómicos, a vida das pessoas e das comunidades, levando à interrupção do seu quotidiano e a uma potencial quebra das suas redes de ligação. A mudança é uma experiência traumática que leva à interrupção desses laços comunitários, criados ao longo de anos de interacção entre a comunidade e com os seus espaços.

Esta começou a ser uma grande preocupação nas últimas décadas, nomeadamente em projectos financiados pelos doadores internacionais, e por este motivo o BM adoptou a sua primeira política de reassentamentos involuntários em 1980, depois de ter sido reconhecido que, em muitos casos, a forma como se tenta abreviar os projectos de desenvolvimento leva ao empobrecimento de milhares de pessoas (Banco Mundial, 2004).

Segundo o BM, estes reassentamentos devem ser sempre que possível evitados e, quando isso não é possível, não se devem dirigir somente para a compensação directa dos bens afectados, mas principalmente para o recriar do quotidiano e das estratégias de sobrevivência da população, tendo em vista uma melhoria das condições de vida, de modo a que exista um processo de desenvolvimento paralelo ao projecto (Clark, 2000). O principal objectivo dos reassentamentos deverá ser a melhoria da qualidade de vida da população.

Os impactes dos reassentamentos são especialmente graves nos países em desenvolvimento, em áreas onde as pessoas deslocadas não têm voz e ficam à mercê dos desígnios dos “donos” dos projectos, muitas vezes mais preocupados com a contenção de custos das externalidades do projecto do que com a mitigação e compensação dos impactes causados pelo mesmo.

No reassentamento de comunidades rurais, que vivem de forma tradicional e num tipo de assentamento disperso, é prática comum a aglomeração da população em assentamentos mais pequenos e organizados. Poder-se-á assim dizer que existe um processo de urbanização desta população, que passa de um ambiente disperso para um ambiente quadriculado e regrado, com novas formas e meios de apropriação do espaço.

Será que esta população reassentada, com o processo de urbanização de que é alvo, tem uma melhoria na sua qualidade de vida? E será que este processo de urbanização poderá atenuar as

forças de repulsão do mundo rural e de atracção do mundo urbano que levam à fuga do campo para a cidade?

No caso de estudo apresentado neste trabalho, cerca de mil famílias foram reassentadas devido à construção do Projecto de Carvão Moatize, efectuado pela empresa Vale S.A., na província de Tete, no noroeste de Moçambique. Estas famílias foram divididas em dois tipos de reassentamentos: um rural e um peri-urbano. Mesmo no assentamento rural poderá considerar-se que houve um processo de urbanização das famílias reassentadas, pois as pessoas vivem agora num aglomerado rural urbanizado, com uma série de infra-estruturas básicas, como água, hospital e escola. Será que podemos dizer que esta comunidade teve uma melhoria na sua qualidade de vida? Será que podemos considerar que esta população se encontra agora mais perto da *urbanização social* (Friedmann, 1978)?

Enquadrando este caso de estudo na região onde se insere, verifica-se que não é um caso isolado. A descoberta de uma das maiores jazidas de carvão levou ao aparecimento de um grande número de projectos de mineração e de infra-estruturas associadas, que implicam reassentamentos. Prevê-se que estes projectos levem ao desalojamento de dezenas de milhares de pessoas nos próximos anos na província de Tete. Não sendo este o foco primordial do trabalho, procurou-se reflectir sobre como transformar este número elevado de reassentamentos, que agregarão as famílias rurais em pequenos centros urbanos, numa oportunidade de desenvolvimento da região.

Será que estes assentamentos poderão ser um motor do desenvolvimento rural e servir, ao mesmo tempo, como travão ao êxodo rural para as grandes cidades a que se tem assistido nas últimas décadas em África?

Ao longo de seis capítulos, este trabalho procura propor algumas pistas de reflexão sobre estas questões, tendo por base pesquisa bibliográfica e trabalho de campo, de índole qualitativa, na zona do caso de estudo.

No primeiro capítulo, faz-se um enquadramento teórico dos reassentamentos forçados, definindo o conceito, apontando os riscos a eles associados e delimitando-os num contexto político e geográfico, no continente africano e em Moçambique em particular. Estes reassentamentos, ao afectarem áreas rurais dispersas, contribuem para a urbanização do campo (Raposo, 1999: 32). Neste quadro, aborda-se a dicotomia entre o urbano e o rural, enfatizando-se a crescente fuga para as cidades a que se assiste, em particular nos países em desenvolvimento, e apresentando-se os pequenos centros urbanos como uma das possíveis medidas para ajudar a prevenir este fenómeno, como vários autores têm defendido (Friedmann, 1978; Rondinelli, 1985; Ornäs, 1990; UN Habitat, 2006; Abdel, 2008; Owuso, 2008).

No segundo capítulo, apresentam-se as reflexões metodológicas, onde se estabelecem as questões e hipóteses, assim como a grelha de análise que serviu de estruturação do trabalho.

No terceiro capítulo, apresenta-se o caso de estudo, o reassentamento efectuado pela empresa Vale em Moatize, enquadrando-o historicamente e no seu contexto regional.

No quarto capítulo, analisa-se o caso de estudo com base na pesquisa documental e na observação directa, entrevistas e grupos focais realizados com as populações reassentadas e os técnicos ligados ao reassentamento, tentando-se perceber se o primordial objectivo dos reassentamentos forçados,

melhorar a qualidade de vida da população reassentada, foi alcançado. Para tal são usadas as categorias e subcategorias definidas nos procedimentos metodológicos.

No quinto capítulo, analisa-se o caso de estudo no seu enquadramento regional, tentando-se perceber formas de transformar os prováveis impactes adversos, resultantes dos reassentamentos maciços previstos para a província, em oportunidades de crescimento regional. Este capítulo não visa encontrar respostas fechadas, mas antes pistas e sugestões para o futuro, que deverão ser exploradas e estudadas com mais detalhe em futuros trabalhos.

Finalmente, sintetizam-se na conclusão as principais ilações retiradas, expondo-se pistas e desafios futuros.

1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo faz o enquadramento teórico dos reassentamentos forçados resultantes de projectos de desenvolvimento, definindo o conceito, apontando os riscos a eles associados e delimitando-os num contexto político e geográfico, no continente africano e em Moçambique em particular. Aborda-se ainda a dicotomia entre o urbano e o rural, e reflecte-se sobre o papel dos pequenos centros urbanos enquanto estratégia de ordenamento do território, e, nessa perspectiva, sobre os reassentamentos enquanto oportunidades.

Os projectos como o do caso em estudo são designados como projectos de desenvolvimento, termo usado pelo Banco Mundial, que os considera como projectos que procuram melhorar o bem-estar das comunidades, regiões e nações (Colson, 1994). No entanto, como vários estudos têm mostrado, mais do que conduzirem a um efectivo desenvolvimento das regiões onde se inserem, eles contribuem sobretudo para um, maior ou menor, crescimento económico destas regiões.

Como refere Amaro (2004), para muitos economistas do desenvolvimento, os conceitos, desenvolvimento e crescimento económico têm estado associados. Para o autor, esta interpretação levou a considerar-se sistematicamente o crescimento económico como condição necessária para o desenvolvimento e a utilizar-se os indicadores de crescimento económico como indicadores de desenvolvimento. Esta promiscuidade entre os dois conceitos alargou-se a outros, nomeadamente à associação do desenvolvimento à industrialização e, mais tarde, à modernização.

Nas últimas décadas, diversos autores criticaram esta visão economicista do desenvolvimento, defendendo que este não se limita ao crescimento económico. Autores como Amaro (2003:35-70) ou Sen (1999) defendem que o desenvolvimento depende de diversos factores, diferentes e interligados, continuando no entanto a considerar o crescimento económico como necessário para que exista desenvolvimento. Amartya Sen (1999:19), por exemplo, defende que o crescimento do PIB e das receitas pessoais pode ser muito importante para o alargamento das liberdades pessoais, das quais, para este autor, depende o desenvolvimento.

Nos últimos anos, no entanto, emerge a teoria do decrescimento, onde se vê espelhado um conceito de desenvolvimento que não depende do crescimento económico, defendendo mesmo que o crescimento económico actual não será sustentável a longo prazo, constituindo-se, por isso, a partir de um certo ponto como travão do desenvolvimento (Hueting, 2008:18; Weilwe, 2008: 143; Latouche, 2011). Este conceito de decrescimento, usado pela primeira vez ainda na década de 70 em França (decroissance), passa a ser aceite oficialmente como uma área de estudo académico a partir de 2008, após a primeira conferência sobre o tema, em Paris (Demaria, 2011).

Abundante reflexão e discussão têm merecido os conceitos de desenvolvimento e crescimento e a inter-relação entre ambos. No entanto, situando-se na linha do que defende o antropólogo francês africanista Sardan (2005: 25), esta dissertação não pretende focar-se nesse debate. Adoptou-se o termo desenvolvimento por ser o mais usado nos autores consultados, mas, à luz da definição de Sardan (1990: 189-90), o conceito apresenta-se aqui como uma realidade existente, independentemente de “funcionar” ou não, de ser positivo ou negativo, interessado ou desinteressado. Mais do que reflectir sobre as teorias e práticas do desenvolvimento, esta

dissertação visa compreender o impacto directo de um projecto dito de desenvolvimento no território e nas populações por ele abrangidas, contribuindo, dessa forma, ainda que indirectamente, para este mesmo debate.

1.2 PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO E REASSENTAMENTOS FORÇADOS

O desenvolvimento económico a que temos assistido nas últimas décadas está assente numa óptica de construção de novas infra-estruturas que possam fazer face às necessidades crescentes de uma população cada vez maior. Em contrapartida, o desenvolvimento de infra-estruturas necessita muitas vezes de terreno ou de outros bens que são propriedade de particulares (Banco Mundial, 2004: xvii).

A aquisição destes bens privados pode afectar, em termos socioeconómicos, a vida das pessoas a quem as propriedades são requeridas, assim como as comunidades em que vivem. Os impactes podem incluir realocação física, interrupção do seu quotidiano, e uma potencial desestruturação das comunidades (Banco Mundial, 2004: xvii).

Na terminologia do Banco Mundial, reassentamento abrange todas as perdas sociais e económicas resultantes da perda ou restrição ao uso da terra, juntamente com as consequentes medidas de compensação e mitigação (Banco Mundial, 2004: 5). Ou seja, é o processo que engloba não só o desalojamento e o realojamento das populações, como todas as soluções que permitam a reestruturação destas populações, em termos sociais e económicos. Este desalojamento pode dever-se a diversas situações como guerras, catástrofes naturais ou projectos de desenvolvimento.

Este termo – reassentamento - é comumente usado em países de expressão portuguesa como Moçambique, Brasil ou Angola, embora não seja utilizado em Portugal. Por exemplo, no mediático processo de deslocação e realojamento da população da aldeia da Luz, quando da construção da barragem do Alqueva, foram utilizadas termos como transposição (Saraiva, 2003) ou deslocalização (Reino, 2008).

No presente trabalho optou-se por utilizar o termo reassentamento, em vez de qualquer um dos outros, por este ser o termo usado em Moçambique, onde se situa o caso de estudo da presente dissertação, e por ser o mais próximo do termo comumente aceite pelas instituições internacionais - *resettlement*.

1.2.1 Refugiados do desenvolvimento

Para referir o tipo particular de reassentamentos devido a projectos de desenvolvimento, tais como parques industriais, aeroportos, hidroeléctricas ou minas, Colson (1994) e Cernea (1999) utilizam o termo “refugiados do desenvolvimento”.

O Banco Mundial denomina estes reassentamentos de “reassentamentos involuntários”, distinguindo-os de outros tipos, porque o reassentamento em si nunca é o objectivo principal do projecto que provoca a deslocação, e porque, a não ser que sejam bem enquadrados pelo Estado, degeneram inevitavelmente em processos de empobrecimento maciço e desarticulação social (Cernea, 1997). No entanto, estes reassentamentos são mais do que involuntários. Como refere Wet (2006), as pessoas não mudam simplesmente de lugar de forma involuntária, elas são forçadas a mudar devido a um projecto, quer queiram quer não, sem ter oportunidade de discutir esse assunto.

Assim, neste trabalho irá usar-se a expressão “reassentamentos forçados”, por se considerar que a expressão “reassentamentos involuntários” não traduz a real dimensão deste processo.

Segundo Dowing, (2001: 34), embora se pudesse pensar à partida que este tipo de reassentamento fosse um processo mais fácil quando comparado com outros refugiados, dado que as pessoas não se perdem umas às outras, e mantêm as suas famílias e vizinhos, a verdade é que as comunidades obrigadas a deixar as suas terras se desintegram existindo uma desarticulação social e Cernea (1996: 6) acrescenta que estas populações sofrem traumas muito semelhantes aos que experienciam os refugiados devido a guerras ou desastres naturais. Além disso, como refere Colson (1994), ao contrário de outros tipos de refugiados, estas pessoas não podem regressar a casa: a sua casa e os laços que os prendiam à sua terra são destruídos de forma permanente. Neste sentido, Bénard da Costa (1994: 102-103), em relação aos refugiados e deslocados de guerra em Moçambique, menciona o referencial da “terra de origem” como uma das formas de união das famílias após a sua deslocação, como local dos antepassados e garante ideológico de sobrevivência. Assim, tal como diz Colson (1994), as populações reassentadas de forma coerciva enfrentam mudanças rápidas, maciças e que afectam o coração das comunidades.

Os “refugiados do desenvolvimento” atraem muito menor atenção do que os refugiados de guerras, secas ou fomes. No entanto, numa estimativa por defeito do Banco Mundial, cerca de 10 milhões de pessoas entram todos os anos no ciclo de reassentamento forçado resultante dos projectos de desenvolvimento, e isto apenas nos sectores das construções de barragens, desenvolvimento urbano e transportes (Cernea, 1999: 34; Cernea 1996: 3), não sendo possível ter estatísticas exactas, por não existir uma forma sistemática de contagem (Mcdowell, 2010: 25). Assim, apenas numa década, e só em projectos do Banco Mundial, prevê-se que entre 90 a 100 milhões de pessoas, em todo o mundo, se tenham tornado “refugiados do desenvolvimento”. Quando comparado com o número actual dos restantes refugiados, 43,7 milhões (UNHCR, 2011), é possível perceber que o reassentamento de pessoas devido a grandes projectos é um problema de proporções muito significativas, embora seja pouco falado (Cernea, 2001: 3). Claro que, como destaca Cernea (1999: 34), estes diferentes tipos de refugiados não são meros “números” que competem entre si: eles são dramas globais paralelos, algumas vezes interligados.

Cernea (2001: 3-4) identifica como possíveis causas para a falta de reconhecimento destes “refugiados do desenvolvimento” diferentes questões, nomeadamente a falta de reconhecimento oficial por parte dos governos e das agências internacionais (ao contrário dos refugiados de calamidades e de guerras), não existindo nenhuma agência global que os proteja; a vulnerabilidade e invisibilidade das populações que normalmente são alvo deste tipo de reassentamentos; e ainda a falta de atenção por parte dos cientistas sociais.

Este tema, que é essencialmente estudado por antropólogos e sociólogos (Cernea, 1999: 11), tem merecido um destaque maior nos últimos anos; no entanto, a maioria dos estudos feitos refere-se a casos específicos de reassentamentos e não a uma visão global sobre os mesmos, e centra-se essencialmente nos impactes nas populações no pós-reassentamento, havendo muito poucos estudos sobre o processo em si (vide, por exemplo, Thomson, 2005; Ahmad, 1990; Suárez, 2010,

entre outros). O presente estudo refere-se também a um caso específico de reassentamento, embora apresente uma visão global da região onde se localiza.

1.2.2 Riscos do reassentamento

Apesar dos estudos que têm sido realizados sobre o impacte social dos reassentamentos, continuam a repetir-se muitos dos erros identificados, com resultados dramáticos nas vivências sociais das populações deslocadas. A maioria dos reassentamentos não consegue melhorar, nem tão pouco restituir, as estratégias de sobrevivência e o quotidiano das populações (Cernea 1999: 9).

Cernea (1999: 17-18) identifica oito riscos a evitar durante o reassentamento, por conduzirem ao empobrecimento das populações reassentadas:

- Risco de ficar sem terra – A expropriação de terra remove a base dos sistemas produtivos e dos quotidianos construídos. Esta é a principal forma de descapitalização e de empobrecimento da maioria das populações rurais e de algumas urbanas, que perdem desta forma quer o seu capital natural, quer aquele que foi por si construído.
- Risco de perda de emprego – O desemprego resultante dos reassentamentos tende a estender-se para lá deste processo.
- Risco de perda de habitação – Para a maioria dos reassentados esta perda é temporária pois são assentados noutros locais, no entanto este risco pode tornar-se crónico para alguns segmentos mais vulneráveis que possam não estar englobados nos planos de reassentamento.
- Risco de marginalização – Esta marginalização ocorre quando as famílias perdem poder económico. Começa muitas vezes ainda durante o reassentamento, com a simples chegada do novo projecto e com o aparecimento de uma nova economia, desenvolvida para os trabalhadores da obra, que se encontra vedada à população já residente.
- Risco de insegurança alimentar - O reassentamento forçado aumenta o risco de insegurança alimentar crónica, definida como a ingestão de uma taxa de proteínas e calorias abaixo do nível mínimo para um crescimento normal. O decréscimo nas colheitas é comum no pós reassentamento, e a fome daí decorrente tem tendência a ter efeito a longo prazo.
- Risco de aumento da mortalidade – A saúde dos reassentados tende a deteriorar-se, quer por doenças provenientes de germes e vírus, quer pela má nutrição, e ainda pelo aumento do *stress* e traumas psicológicos. Este risco é maior para os segmentos da população mais vulneráveis, nomeadamente crianças e idosos.
- Risco de perda de acesso a recursos comuns – A perda de acesso a recursos comuns (floresta, corpos de água, terras de pasto, etc.) é geralmente compensada abaixo do seu valor real.
- Risco de desarticulação social – A dispersão da comunidade significa o dismantelamento de estruturas de organização social e da rede de ajuda mútua. Esta perda é muito difícil de quantificar.

Estes riscos podem ser mitigados e evitados (por exemplo a perda de terra pode ser mitigada com a aquisição de nova terra para estas populações, embora a nova terra possa não ter o mesmo valor produtivo, para além de ter perdido o seu valor simbólico). É também importante garantir que a

atribuição dos custos seja real e suficiente para que o reassentamento seja bem sucedido (Cernea, 1999: 18-19), pois a mera compensação é normalmente insuficiente para que os reassentados voltem a ter uma fonte de rendimentos sustentável (Van Wicklin III, 1999: 233).

Wet (2006: 3) defende, no entanto, que um processo de reassentamento feito apenas com o objectivo de mitigar estes riscos não será suficiente para responder de forma justa à dimensão cultural, que é complexa e multidimensional. Este autor defende que será necessário olhar para os reassentamentos não apenas com o objectivo de restaurar os rendimentos da população, mas sim olhar para o que constitui o reassentamento e o que o envolve, utilizando para tal termos sociológicos.

1.2.3 Curva de rendimentos dos reassentados

Em termos económicos, analisando a curva de rendimentos dos reassentados (Figura 1.2.1) verifica-se que, além da compensação, a população deverá usufruir de recursos que lhe permita regressar ao patamar onde se encontrava (Cernea, 1996: 24-26).

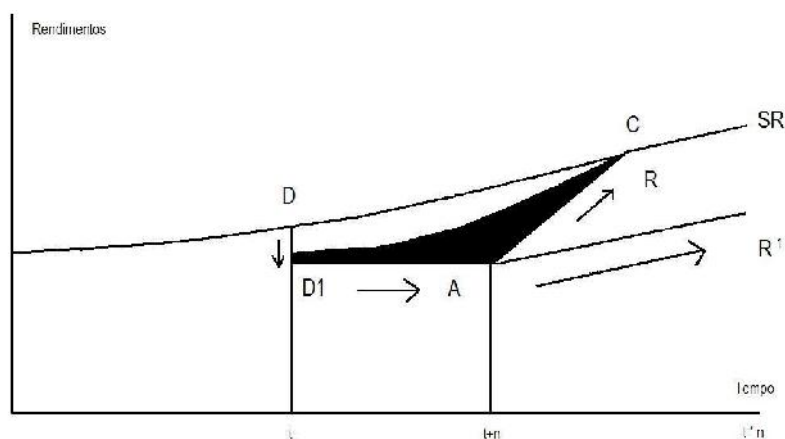


Figura 1.2.1 – Curva dos rendimentos do reassentamento (Fonte: Cernea, 1996 - adaptado)

Nesta figura o eixo horizontal representa o tempo e o eixo vertical os rendimentos. A curva SR (Sem Reassentamento) ilustra o potencial de rendimentos e activos acumulados pela população ao longo do tempo sem o projecto, considerando um valor de crescimento conservador de 1% ao ano. Quando um projecto desaloja pessoas, esta curva de rendimentos é de repente interrompida num determinado ponto D. Para as pessoas desalojadas, isto significa um imediato declínio nos rendimentos e activos, representado pelo segmento decrescente D-D1, seguido de uma fase de transição e ajustamento, representado pelo segmento D1-A (ajustamento), durante o qual os rendimentos se mantêm baixos. Se a ajuda aos reassentados é efectivamente providenciada, uma nova curva de desenvolvimento é estabelecida desde o ponto A, representada pelo segmento R (reabilitação). Para a população poder recuperar o nível de rendimentos de que usufruía sem o projecto, a taxa de crescimento do caminho R tem de ser maior que a de SR, de forma a atingir o ponto a que a população chegaria espontaneamente, sem o projecto, no momento t+n.

Repor apenas os activos produzidos irá, na melhor das hipóteses, criar as bases para se iniciar um caminho R1, onde a comunidade reassentada estará sempre numa pior situação do que sem o

projecto. Para que o caminho R seja possível será necessário um investimento adicional de recursos que permitam restabelecer e restaurar os rendimentos perdidos. Se o caminho R continuar a crescer bastante além de SR depois do momento $t+n$, continuando a linha a A-C para lá do ponto C (*catching-up*), isto significará que os reassentados melhoraram os seus rendimentos em relação à situação sem o projecto.

Os rendimentos perdidos por causa da deslocação são representados, de forma simplificada, pela soma da área branca com a área sombreada (D,D1,A,C). Esta perda de rendimentos é um dos custos escondidos do projecto, que é raramente tido em conta nas análises de custo do mesmo. Idealmente, estas perdas devem ser compensadas.

No entanto, o impacte de um reassentamento numa comunidade não se reduz à dimensão da racionalidade económica. O tecido social destas comunidades, a rede de solidariedade e os nós que as sustentam em alturas de crises são destruídos com a deslocação e o reassentamento e são muito difíceis de restaurar. Esta rede social é o único seguro com que podem contar as populações vulneráveis. Quando este tecido social é desestruturado, as leis do mercado por si só não irão compensar de forma justa a perda da população (Clark, 2000).

Nesta óptica, Scudder, citado por Windsor (2005), considera que um reassentamento leva pelo menos duas gerações para poder ter sucesso. Frequentemente, no entanto, esse sucesso não acontece, pois as populações nunca recuperam da interrupção económica e psicológica criada pelo reassentamento, por perderem as suas estruturas sociais e a sua “percepção espacial” (“sense of place”).

1.2.4 Política de reassentamento

Por reconhecer os danos severos que o reassentamento pode causar nas comunidades reassentadas, o Banco Mundial adoptou a sua primeira política de reassentamento, a que chamou “reassentamento involuntário”, em 1980, como um Manual Operacional (Banco Mundial, 2004: 3). Esta política foi revista em 1990 para uma Directiva Operacional (OP 4.30). O primeiro foco desta directiva era o reassentamento devido a grandes barragens, mas, quando convertida em Política Operacional (OP 4.12), em 2002, passou já a incluir um conjunto de outros sectores (Banco Mundial, 2004: 3).

O Banco Mundial refere, no entanto, que a sua política não substitui políticas domésticas, e aconselha vivamente os países em desenvolvimento a adoptarem políticas nacionais e quadros legislativos adequados às suas circunstâncias, que devem regular práticas insatisfatórias de reassentamento (Cernea, 1997).

O Banco Africano para o Desenvolvimento começou em 1995 a trabalhar nas suas próprias políticas para reassentamentos causados por projectos por si financiados (Cernea, 1997). Esta política foi publicada em 2003, com o principal objectivo de assegurar que as pessoas desalojadas fossem tratadas com igualdade e que partilhassem os benefícios do projecto causa do reassentamento (African Development Bank, 2003).

Neste continente, a maioria dos reassentamentos são feitos pelas agências governamentais, sob um vazio de legislação. Na maioria dos países africanos existem leis sobre a ocupação das terras, mas não sobre o restauro da qualidade de vida e das actividades produtivas. As leis de expropriação estão

geralmente apenas centradas na compensação financeira. O primeiro país africano a adoptar uma lei de “reassentamento involuntário” foi a República Centro Africana, em 1996 (Cernea, 1997). Moçambique está actualmente a preparar a sua política de reassentamento¹.

Consideram-se necessárias políticas nacionais que instituem normas justas e equitativas. São comuns, actualmente, situações díspares, que permitem, por exemplo, que numa mesma província, um projecto financiado pelo Banco Mundial siga as suas políticas e um projecto vizinho, por não ser financiado, não se norteie pelos mesmos princípios e direitos (Cernea, 1996: 28).

1.2.5 Os reassentamentos resultantes de projectos de desenvolvimento no continente africano

A escala de fluxos populacionais em África é muito grande. O Banco Mundial estimava que em 1990 o continente africano tivesse mais de 35 milhões de migrantes, mais de metade do total mundial (Cernea, 1997) e a OIM estima que o continente africano tem actualmente cerca de 19 milhões de migrantes internacionais².

Segundo Cernea (1997), o continente africano tem sido palco de um cenário de reassentamentos maciços de diversos tipos, incluindo o desalojamento involuntário de comunidades. A maior causa de desalojamentos em África não são os projectos de desenvolvimento, mas questões sociais e políticas, guerras e desastres naturais. Vivet (2010: 27), refere que o continente africano tem sido, e continua a ser, palco de muitas guerras civis que, cada ano, resultam em movimentos de população consideráveis. Em Moçambique, por exemplo, foram reassentadas cerca de 4 milhões de pessoas devido à guerra civil que assolou o país entre 1978 e 1992 (Cernea, 1997), tendo, no ano seguinte, cerca de 1 milhão regressado à sua terra de origem, num dos maiores movimentos migratórios de África (Bénard da Costa, 1994: 53).

Os reassentamentos resultantes de projectos de desenvolvimento têm sido muito estudados na Ásia e na América Latina, mas pouco se tem olhado para este tipo de reassentamentos em África. No entanto, neste continente, os reassentamentos afectam uma percentagem mais elevada de habitantes do que em qualquer outro continente (Cernea, 1996: 7).

Ao mesmo tempo, Mburrugu (1994: 49) defende que em África, talvez mais do que em qualquer outra região, a identidade das pessoas está muito presa à sua terra e cultura. As estruturas sociais de comunidades rurais em África constituem “áreas culturais” condicionadas pelos recursos e ambiente físico. As famílias, linhagens ou tribos são também unidades territoriais onde os elementos ambientais são também vistos como elementos permanentes das famílias e comunidades. A terra é identificada como o local dos seus antepassados, e o local onde as futuras gerações vão viver. Assim, não se poderão subestimar os efeitos de disrupção, mesmo em projectos que afectem uma população relativamente pequena.

1.2.6 Conclusão

Tendo em conta os inevitáveis custos sociais e económicos para as comunidades atingidas, devem evitar-se os reassentamentos e, caso sejam realizados, devem ser muito acautelados (Cernea, 1997).

¹ No Anexo I é apresentada o actual enquadramento legal dos processos de reassentamento em Moçambique

² www.iom.int (acedido em Junho de 2011)

Em situações onde o reassentamento é inevitável, este deverá ter por base os seguintes princípios (Cernea, 1996: 32 e World Bank Operation Evaluation Department, 2000):

- A existência de políticas e normas que defendam os direitos das populações reassentadas;
- A alocação dos recursos suficientes, internalizando os custos desde as fase iniciais;
- O *empowerment* das populações reassentadas, de modo a que possam ter voz e participem nas decisões e no processo de reassentamento;
- O planeamento de oportunidades de geração de rendimentos e a continuação do acompanhamento da população reassentada até que esta reinvente as suas estratégias de sobrevivência;
- O trabalho em conjunto com ONGs, sector privado, agências governamentais e doadores externos para diminuir os riscos e aumentar as probabilidades de sucesso.

O comprometimento do governo com as populações reassentadas é também condição para se evitarem os riscos de desestruturação. Por sua vez, a monitorização e avaliação deverão ser parte fundamental do planeamento e implementação e os planos deverão ter suficiente flexibilidade para que possam ser alterados com base nos resultados da monitorização (World Bank Operation Evaluation Department, 2000).

Em última instância, o maior desafio do reassentamento assenta na prevenção e em evitar o empobrecimento das populações (Cernea, 1997). Mas, conforme refere Clark (2000), a ênfase não deverá ser colocada na recuperação dos níveis de vida, o que sugere uma estagnação ou deterioração resultante da instalação do projecto, mas antes na melhoria imediata dos níveis de vida, o que supõe a implementação de um projecto de desenvolvimento da comunidade paralelo ao projecto de desenvolvimento económico que determinou o reassentamento.

1.3 ENTRE O RURAL E O URBANO – PEQUENOS CENTROS URBANOS

1.3.1 Urbanização ecológica vs urbanização social

Para este capítulo recorre-se aos conceitos utilizados em 1978 por John Friedmann de *urbanização ecológica* e de *urbanização social*, na sua reflexão sobre o processo das aldeias comunais em Moçambique, em contexto idêntico ao que actualmente se vive nos processos de reassentamento em estudo. A *urbanização ecológica* significa, de acordo com o autor que cada vez mais pessoas vivem e trabalham nas cidades, e a *urbanização social*, que uma percentagem cada vez maior da população tem acesso aos benefícios sociais urbanos, ou seja, às infra-estruturas urbanas e sociais básicas. Assim, a urbanização social não assenta na mudança das populações para as cidades, mas na melhoria das suas condições de vida, a qual não requer que se viva na cidade onde, aliás, parte importante da sua população, nomeadamente das suas periferias, vive em condições precárias (Friedmann, 1978).

1.3.2 A fuga do campo para a cidade

Vivemos numa época em que, pela primeira vez, mais de metade da população do mundo (quase 4 biliões de pessoas) vive nas cidades e estamos no meio daquela que é certamente uma das maiores épocas de 'construção de cidades' da história da humanidade (Friedmann, 2009a).

Segundo o Relatório do Estado das Cidades do Mundo 2008/2009 (UN Habitat), nos próximos 40 anos cerca de 70% da população do mundo irá viver nas cidades. Em África a população urbana era, no ano de 1950, de cerca de 30 milhões de habitantes, tendo aumentado em 2005 para cerca de 340 milhões, o que corresponde a um aumento de cerca de 11,3 vezes, enquanto que, no mesmo período, a população rural apenas aumentou cerca de 3,8 vezes. Assim, embora este continente se mantenha essencialmente rural (cerca de 62 % é actualmente rural), assiste-se a um crescimento urbano muito acelerado, com previsão de triplicação da população das cidades até 2050 (Raposo, 2010: 184).

Este cenário observa-se também em Moçambique: embora actualmente a maioria das pessoas ainda se concentre nos espaços rurais, os quais ocupam cerca de 95% do território nacional, e onde vive cerca de 68 % da população, este panorama tem vindo a alterar-se aceleradamente nas últimas décadas (Francisco, 2007: 8).

Na Figura 1.3.1 apresenta-se a evolução da população rural e urbana em Moçambique. É possível observar que a população urbana, entre 1950 e 2005, passou de cerca de 150 mil pessoas para sete milhões de habitantes, tendo aumentado quase 50 vezes, enquanto a população rural aumentou pouco mais do que o dobro ao longo do mesmo período de tempo.

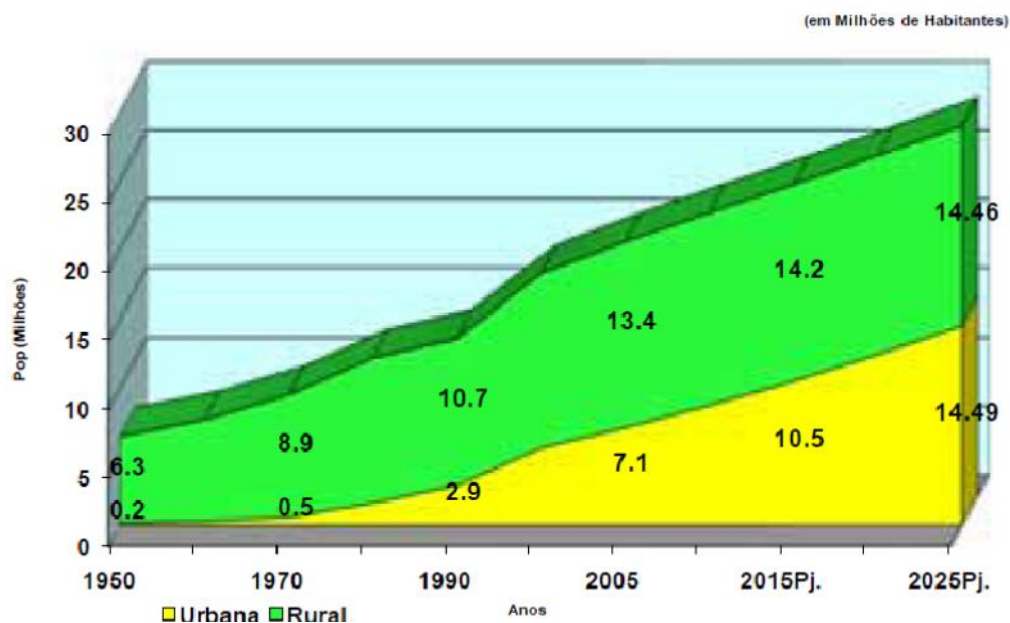


Figura 1.3.1 – Crescimento da população rural e urbana em Moçambique (Fonte: Francisco, 2007)

A este ritmo de crescimento, prevê-se que em 2025 a população urbana seja igual ou ligeiramente superior à rural (Francisco, 2007: 8).

A explosão urbana das últimas décadas, nos países em desenvolvimento e especificamente em África, deve-se a dois factores principais: rápido crescimento da população – resultante da relativamente grande redução das taxas de mortalidade e da pequena alteração das de natalidade, que se mantêm bastante elevadas – e um aumento do êxodo rural para as grandes cidades, cuja situação económica, todavia, não permite o acolhimento de todos os novos habitantes (Rondinelli, 1985: 173 e Raposo, 2010: 185).

Segundo Rondinelli (1986: 236), a migração para a cidade é motivada por diferentes razões. Para a maioria dos migrantes jovens, com mais elevados níveis de ensino e homens solteiros – mais móveis e mais abertos à mudança e à inovação – a migração é principalmente motivada pelo sonho das oportunidades das cidades (são “puxados” pelas cidades). Os mais velhos, geralmente com mais baixos níveis de ensino e casados – migrantes com menos mobilidade – abalam para a cidade para fugir à pobreza rural e ao desemprego (são “empurrados” pelo campo). A estas motivações Raposo (2010: 185) acrescenta, particularmente em África, políticas de desenvolvimento rural contraproducentes, guerras e catástrofes naturais.

Em qualquer dos casos, as cidades são vistas pelas populações rurais como locais onde é possível ter uma melhor qualidade de vida, tendo esta a ver com saúde e trabalho, mas também com acesso a mobilidade, assistência médica, casa, segurança e cultura (Lopes, 2009). Ou seja, como identifica Holm (1992: 238), a migração urbana é basicamente motivada por uma expectativa de aumento de qualidade de vida, ou, segundo Friedmann (1978), por uma expectativa de uma *urbanização social*.

No entanto, a rápida urbanização em África, em situação de crise económica, ao longo das últimas décadas, tem levado a uma série de consequências negativas em termos de abastecimento de água, saneamento, habitação, ambiente e emprego, entre outros. A maioria das cidades em África tem assistido a um aumento muito significativo da população, sem que a este aumento corresponda o desenvolvimento das infra-estruturas urbanas (Akatch, 2001). A maioria dos novos habitantes das cidades destes países tem-se concentrado essencialmente nos bairros periféricos, onde os governos não têm conseguido providenciar os serviços fundamentais às populações – 62% da população urbana da África Subsariana vive em *slums* ou bairros de lata (UN, 2007). Esta população sofre desta forma apenas uma urbanização ecológica (Friedmann, 1978), vivendo na cidade, mas não beneficiando das infra-estruturas sociais da mesma.

O relatório das Nações Unidas lançado em 2003 que tinha como tema “O desafio dos *slums*”, alertava precisamente para a questão das condições de vida nestes bairros precários, em particular nos países em desenvolvimento, e para a dificuldade de se vir a atingir o 7º objectivo do milénio³, que diz respeito à sustentabilidade ambiental e tem como uma das metas a melhoria das condições de vida da população a viver em *slums* (melhoria da vida de, pelo menos, 100 milhões de pessoas até ao ano de 2020) (UN, 2003).

Apesar das oportunidades das cidades, lugares de concentração de riqueza para a melhoria da qualidade de vida das populações, os benefícios da cidade não são partilhados equitativamente por todos os cidadãos. As cidades são marcadas por uma forte dualidade e segregação sócio-espacial, com clara divisão entre os que têm acesso aos recursos e os que são marginalizados. A exclusão,

³Em Setembro de 2000, chefes de Estado e de Governo de 189 países, incluindo Portugal, reuniram-se nas Nações Unidas e assinaram a Declaração do Milénio, comprometendo-se a lutar contra a pobreza e a fome, a desigualdade de género, a degradação ambiental e o vírus do VIH/SIDA. Assumiram ainda o compromisso de melhorar o acesso à educação, a cuidados de saúde básicos e à água potável. Para avaliar o cumprimento deste compromisso, estabeleceram 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a alcançar até 2015.

como resultado de barreiras físicas, sociais e económicas, faz com que muitos grupos não tenham acesso a uma total participação na vida das cidades e ao usufruto dos seus serviços (Pedro, 2010).

O recente crescimento das grandes cidades africanas é muito mais rápido que o vivido nos países ocidentais nas primeiras décadas da revolução industrial (Raposo, 2010: 184). Além de ter sido mais gradual, o desenvolvimento no ocidente não se baseou só no crescimento dos grandes centros urbanos, mas incluiu também um padrão relativamente disperso (Rondinelli, 1986: 231). Já em África, Raposo (2010: 184) refere que as grandes cidades continuam a absorver recursos, numa lógica competitiva, atraindo e concentrando investimentos nacionais e estrangeiros, em detrimento dos pequenos e médios centros urbanos que, segundo Rondinelli (1986: 233), tendem a ser poucos, economicamente fracos e distribuídos desequilibradamente em termos geográficos.

Desta forma, um aspecto que precisa de ser discutido na actualidade é o de como encorajar a urbanização social das áreas rurais e de como criar as condições materiais para a produção colectiva, dando prioridade ao desenvolvimento rural (Friedmann, 1978), e ao desenvolvimento das pequenas e médias cidades, com vista à diminuição da fuga para as grandes cidades.

1.3.3 Pequenos e médios centros urbanos

Em reacção aos efeitos adversos da crescente urbanização nos países em desenvolvimento e na busca de sistemas de urbanização que consigam gerar crescimento económico e equidade social Abdel (2008: 69) refere que tem renascido, na última década, um grande interesse e debate em torno das pequenas e médias cidades.

De facto, segundo Rondinelli (1985), não existem evidências sólidas de que concentrar os investimentos numa área urbana, ou em grandes cidades principais, em situação de crise económica, favoreça o desenvolvimento dos países mais pobres. Pelo contrário, conforme afirma ainda Rondinelli (1985), vários autores defendem que estes países, se promoverem a equidade do desenvolvimento social e geográfico e investirem em centros urbanos médios ou em mercados centrais regionais se desenvolverão mais rapidamente, conseguindo um alívio da pobreza, aumento da produtividade agrícola e geração de rendimentos. Os pequenos e médios centros urbanos surgem, assim, segundo Ornäs (1990: 143), como uma alternativa viável à vida urbana, que se estabelece através da melhoria da sustentabilidade entre o urbano e o rural, e por um aumento da *urbanização social* (Friedmann, 1978)

Segundo Owuso (2008), este interesse pelas pequenas e médias cidades cresce como reacção aos resultados nefastos alcançados no passado por abordagens ao desenvolvimento do ponto de vista da macroeconomia *top-down*, que falharam em considerar, ou simplesmente ignoraram, os níveis mais baixos de sistemas espaciais, e enquadra-se nas políticas pragmáticas preocupadas com os efeitos de tendências de urbanização e desenvolvimento regional nos países em desenvolvimento.

No relatório *Meeting Development Goals in Small Urban Centres - Water and Sanitation in the World's Cities*, a UN Habitat (2006) enfatiza que as pequenas cidades são a primeira ligação dos mercados e da provisão de serviços aos trabalhadores rurais e, por isso, defende que o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) vai depender em larga escala de se conseguir reforçar a economia local e melhorar as condições de vida nas pequenas cidades.

Verifica-se assim um consenso, ao nível internacional, sobre o papel das cidades pequenas no desenvolvimento das economias locais e na redução da pobreza. Owuso (2008) identifica, como um factor bastante estudado na literatura, que estes centros urbanos, por estarem mais próximos das comunidades rurais, podem funcionar como eficientes pontos nodais, conectando os produtores rurais a mercados, com centros de serviços sociais que possam ser acessíveis para as comunidades rurais e centros de transmissão de políticas governamentais e de modernização.

No entanto, embora exista este interesse, Bell (2009: 683) realça que as pequenas cidades têm sido negligenciadas por um lado por urbanistas, que se centram principalmente nas grandes cidades e nas formas de as gerir, e por outro lado pelos especialistas em planeamento rural, que normalmente as vêem como travões ao desenvolvimento rural.

1.3.3.1 Definição de pequenas cidades

Não existe consenso entre os investigadores sobre a definição de centros pequenos e intermédios. Diferentes autores usam diferentes categorias de dimensões de população (Odudho, 1990: 52), até dentro do mesmo país. Pedersen (1995) sugere como pequenas cidades aquelas entre 2 000 e 50 000 pessoas, enquanto que Anderson (2002) as define entre 2 500 e 9 999, ambos para o Zimbabué. Owuso (2008) considerou, para um estudo feito no Ghana, pequenas cidades entre os 5 000 e os 49 999 habitantes, abaixo dos quais considera assentamentos rurais. Bell (2009: 689) identifica estudos feitos nos Estados Unidos da América onde a cidade é considerada pequena se tiver menos de 50 000 habitantes, mas considera que em países em desenvolvimento se poderá identificar um centro urbano pequeno se tiver entre 5 000 e 20 000 habitantes.

Embora a dimensão da população seja, de facto, o principal factor usado para distinguir os diferentes tipos de cidades, a verdade é que a sua definição envolve outros conceitos complexos, tais como a divisão do trabalho, densidade, tamanho e características do ambiente construído (Odudho, 1990: 52 e Kasarda, 1991: 467-501). Rondinelli, citado por Bell (2009: 689), sugere que os centros urbanos não são tão importantes pelo seu tamanho, mas sim pelas suas características funcionais. Um objectivo primordial deverá ser prever as diferentes formas como as pequenas cidades podem trabalhar para desenvolver estes países e como interagem com outras cidades e zonas rurais.

Neste sentido, a UN-Habitat estabeleceu, em 1985, alguns critérios para definir um pequeno centro urbano (Odudho, 1990: 52):

- Uma parte da sua força de trabalho desenvolve-se em actividades não-agrícolas;
- Tem um papel administrativo pequeno e normalmente alguma concentração de serviços públicos tais como centros de saúde, escolas, posto policial, etc.;
- Tem um papel relativamente pequeno na produção nacional, mas um importante papel enquanto centro onde os serviços e bens estão disponíveis para as populações rurais e enquanto centros que ligam as populações às redes nacionais;
- É o centro com o qual as pessoas rurais e ligadas à agricultura apresentam mais conexões.

Esta definição poderá ser considerada ainda actual, se a ela acrescentarmos o papel destes centros no desenvolvimento rural das áreas adjacentes, tornando-se este um dos seus principais objectivos.

1.3.4 Visão das pequenas e médias cidades ao longo dos tempos

As teorias sobre as pequenas cidades têm, em África como em todos os outros locais, mudado substancialmente ao longo dos anos.

Entre 1960 e meados dos anos 80 do século XX enfatizou-se o papel das pequenas cidades no contexto do desenvolvimento regional e nacional, embora ele fosse sendo visto de diferentes formas (Owuso, 2008).

Durante a década de 60, as pequenas cidades eram, em geral, vistas como algo positivo, como potenciais centros dinamizadores da economia, que constituíam a ligação mais periférica dos sistemas urbanos, através dos quais a inovação e os serviços urbanos podiam ser difundidos pelas comunidades rurais envolventes. Estes centros eram, assim, vistos como uma espécie de povoações intermediárias que permitiam a ligação entre as zonas rurais e as grandes cidades. O seu principal objectivo não seria crescerem e tornarem-se grandes cidades, mas crescerem enquanto centros sociais e políticos e ajudarem com isso ao desenvolvimento de toda a região (Pedersen, 1990: 89-91 e Hinfetink, 1988: 404).

No entanto, na maioria dos casos isto não aconteceu, uma vez que os serviços e políticas não se alastraram e mantiveram-se apenas nas grandes cidades. Assim, estas pequenas cidades transformaram-se em enclaves de economia de pequena escala, sem qualquer impacte directo nas populações rurais circundantes (Pedersen, 1990: 89-91 e Hinfetink, 1988: 404).

Na década de 70 surgem novas percepções sobre as pequenas cidades que passaram a ser vistas como centros de exploração através dos quais os sistemas capitalistas em geral, e particularmente os sistemas coloniais, sugavam os recursos das áreas rurais (vide sobre estas posição, Kabwegyere, 1979 e Ahmed, 1979).

Os sistemas urbanos, na maioria dos países em desenvolvimento, eram dominados por uma ou duas grandes cidades construídas como locais de implementação do poder colonial, assim como portos de exportação dos recursos extraídos. Segundo Pedersen (1990: 89-91), a independência destes países não mudou, em grande medida, esta situação. Os pequenos centros urbanos passaram a ser vistos como centros administrativos para a extracção de recursos e para controlo, mais do que como centros para o desenvolvimento rural. Consequentemente, na década de 70, estes centros não eram considerados positivos em termos de desenvolvimento. Actividades não agrícolas a operar em áreas rurais e em pequenas cidades eram vistas como parte da administração e hierarquia corporativa (Pedersen, 1990: 89-91).

Esta visão foi-se gradualmente alterando nos anos 80, passando as pequenas cidades a ser vistas como “motor de desenvolvimento” em benefício das comunidades rurais, privilegiando os mercados e centros de serviços (Hinfetink, 1988: 404). Para tal contribuiu o facto de diferentes países africanos (por exemplo Quênia e Zimbabué) terem introduzido novas políticas urbanas que favoreciam o desenvolvimento das pequenas cidades, enfatizando principalmente o papel destas cidades enquanto fornecedoras de serviços necessários para melhorar a produtividade da agricultura (Pedersen, 1990: 89-91).

Nesta década passou a defender-se que a localização de serviços e infra-estruturas em pequenos centros pode ter impactes importantes no padrão de produção e de trocas de uma região. Em vez de

a urbanização ser considerada travão do desenvolvimento rural, passa a considerar-se que o crescimento de centros urbanos pode providenciar uma economia de escala que permite o aumento da eficiência nos serviços de apoio à agricultura, serviços comerciais e de finanças básicos, assim como de infra-estruturas. Passa também a considerar-se que estas pequenas cidades podem ter, um grande leque de empresas comerciais e de agro-processamento de pequena escala, que podem promover trabalho não agrícola para trabalhadores rurais que saíram das suas aldeias, ou membros das famílias que não entraram no ramo da agricultura (Rondinelli, 1986).

Assim, enquanto na década de 60, o conceito de pequenas cidades se focava essencialmente no desenvolvimento de centros de grandes investimentos e projectos, na década de 80, foca-se mais em pequenas iniciativas de desenvolvimento local e regional. É dada maior relevância às ligações entre os pequenos centros urbanos e o mundo rural do que com as grandes cidades (Pedersen, 1990: 89-91).

Nas últimas duas décadas emerge um rejuvenescido e renovado interesse pelo papel das pequenas cidades no desenvolvimento regional e no desenvolvimento de sistemas espaciais que possam promover a redução da pobreza, bem como num desenvolvimento mais equilibrado dos países em desenvolvimento (Owuso, 2008).

Este renovado interesse resulta principalmente da crítica aos paradigmas anteriores, por, segundo Hinfetink, (1988: 404), apenas terem em conta a estimulação da inovação do meio rural - década de 60 -, ou a exploração – década de 70 -, ignorando, segundo Owuso (2008), as ligações urbano-rurais, com os fluxos de pessoas, bens e dinheiro entre o meio rural e urbano, que têm um impacto significativo em ambas as unidades espaciais.

Surge assim uma nova visão, que Owuso (2008) chamou de teoria intermédia, que não vê o papel destas cidades por si só, mas sim na sua interacção com o que as rodeia (Owuso, 2008 e Hinfetink, 1988: 404).

1.3.5 Vantagens dos pequenos centros urbanos

Ao longo destas décadas, foram sendo atribuídos diferentes tipos de vantagens aos pequenos centros urbanos (Rondinelli, 1985: 173-196; David, 1992: 33; Abdel 1992: 69, Burrowns, 1992: 198, Owuso, 2008):

- Desenvolvimento da indústria para estimular o processamento local dos produtos agrícolas, podendo levar à diversificação da agricultura e da produção de recursos.
- Providenciar espaço para a descentralização dos serviços públicos através de escritórios locais de ministérios ou agências nacionais, ou gabinetes de governos regionais, provinciais ou distritais, fornecendo desta forma um melhor acesso, quer dos habitantes rurais, quer dos urbanos a estes serviços.
- Providenciar serviços melhorados e oportunidades para a melhoria da qualidade de vida para a maioria da população rural.
- Oferecer habitações, bens de consumo, serviços comerciais (podendo servir como mercados centrais dos produtos rurais) e oportunidades de trabalho não agrícola, no sector formal e informal, que podem complementar a actividade agrícola.

- Servir como centro de transportes e comunicação entre a cidade e as populações rurais, podendo assim constituir um meio de suporte para que as populações rurais tenham acesso a uma série de infra-estruturas e serviços que normalmente lhes são vedadas.
- Finalmente, se estas cidades tiverem tamanho suficiente, podem servir como centros de transformação social: absorvem migrantes rurais, que poderiam de outra forma ir directamente para as grandes cidades; integram e encorajam a integração social de diversos grupos sociais, étnicos, religiosos e tribais; e suportam organizações que podem ajudar a socializar e assimilar a população rural na vida urbana e promover novas oportunidades para as pessoas que procuram mobilidade social e económica.

As pequenas cidades têm assim o mérito de permitir o acesso das populações rurais a serviços, infra-estruturas e empregos que não existiam nestas áreas. E têm sido vistas como um impulsionador do desenvolvimento rural e também como inibidor da crescente migração para as cidades, com todos os seus efeitos adversos (Abdel, 2008: 69).

No entanto, para que estas cidades desempenhem um papel importante na promoção rural e no desenvolvimento regional, o planeamento e o funcionamento destes centros têm que ser pensados para contribuir para uma efectiva integração do meio rural na economia nacional e numa ordem política, através de um crescimento económico equilibrado em termos sociais e geográficos como um dos objectivos em termos de políticas nacionais (Hindetink, 1988: 405 e Rondinelli, 1985).

Além disto, as cidades, por trazerem melhores serviços urbanos para perto das áreas rurais e aumentarem as oportunidades económicas (Burrows, 1992: 198), contribuem fortemente para uma “urbanização social” de diversas áreas interiores, contribuindo assim para conter a taxa de “urbanização ecológica”, retomando os conceitos de Friedmann (1978). Esta contenção da taxa de urbanização ecológica ajudará a resolver os problemas actuais das áreas urbanas, ao mesmo tempo que o acesso das populações rurais a uma urbanização social irá ajudar a diminuir as diferenças sociais, especialmente entre as áreas urbanas e rurais (Friedmann, 1978).

1.3.6 Conclusão

No entanto, a análise dos problemas de desenvolvimento baseada na dicotomia “urbano-rural” conduz, com frequência, a programas e políticas de ajuda que não representam as relações entre o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento rural e ignoram, ou não têm em conta, os benefícios dessas ligações (Rondinelli, 1986: 238). Como resultado, as políticas de desenvolvimento urbano e rural foram durante muitos anos implementadas de forma separada. Actualmente é cada vez mais reconhecido que as áreas rurais e urbanas estão ligadas por um fluxo de pessoas, bens, serviços, informação e estruturas sectoriais (Owuso, 2008 e Andreasen, 1990), falando vários autores de uma forte interdependência entre as cidades e os campos em África (Coquery-Vidrovitch *et al*, 1996).

Nos estudos sobre o papel das pequenas cidades no desenvolvimento regional e na redução da pobreza, tem sido ressaltado o papel da forma de governação do governo local e das suas instituições, e a necessidade de descentralização no planeamento e na administração do desenvolvimento regional (Owuso, 2008).

Um ponto-chave da descentralização no papel das pequenas cidades para o desenvolvimento regional e nas ligações urbano-rural é que providencia oportunidades para o crescimento de políticas

de contexto local. Isto ajuda a articular a unicidade de cada região. A descentralização ajuda a evitar generalizações, na medida em que as possibilidades e os constrangimentos ao desenvolvimento são tão específicos de cada pequena cidade e região que é necessário existir algum nível de decisão local no desenvolvimento de programas regionais (Owuso, 2008).

Friedmann (1978) defendia que uma política territorial para o desenvolvimento rural devia pôr a ênfase no papel dos centros urbanos de menor importância, especificamente as capitais de distrito, transformando estas mini-cidades em bases importantes para o desenvolvimento rural. Para este autor, o desenvolvimento rural não deverá ser ditado de cima, mas antes ser produto do aumento da produção e produtividade nas áreas rurais, particularmente nos sectores familiar e cooperativo. Esta concepção mantém-se pertinente na actualidade.

O processo de desenvolvimento de cidades secundárias como meio de promover o desenvolvimento rural é um processo demorado e complexo e deve ser feito de forma diferente segundo os diferentes países e regiões. Os efeitos positivos destas cidades não surgem automaticamente com a urbanização e o investimento: como referia Rondinelli, em 1985, a sua economia e as ligações entre elas e as áreas rurais têm de ser estruturadas.

2 METODOLOGIA

2.1 QUESTÕES E HIPÓTESES

Os reassentamentos forçados causam uma desestruturação das comunidades, que conduz, geralmente, a impactes muito negativos e difíceis de compensar ou mitigar. Esta dissertação parte do pressuposto de que uma das preocupações mais importantes ao definir-se um reassentamento é que este deve atender não somente à compensação directa dos bens afectados, mas principalmente à melhoria das condições de vida da população, com grande ênfase na melhoria das suas fontes de rendimento. O principal objectivo dos reassentamentos deverá ser, nesta perspectiva, a melhoria da qualidade de vida da população reassentada.

Neste quadro, colocou-se a questão sobre se será efectivamente possível melhorar a qualidade de vida de uma dada comunidade, forçada a deslocar-se do seu lugar de origem, após o seu reassentamento. Para responder, usou-se como caso de estudo o reassentamento efectuado pela empresa Vale na vila de Moatize, na Província de Tete, em Moçambique, do qual resultou a criação do bairro 25 de Setembro, de características peri-urbanas, e da comunidade de Cateme, de características rurais.

Este caso de estudo não é um caso isolado nesta província, a qual se encontra a sofrer enormes transformações pela multiplicação de grandes projectos, ligados à exploração recente do carvão, obrigando ao reassentamentos de comunidades. Importa perceber, neste contexto, se será possível aproveitar a criação destes novos aglomerados, enquanto centros urbanos, para o desenvolvimento da região, transformando os impactes negativos em efectivas oportunidades de desenvolvimento.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Numa primeira fase, para ajudar a construir a problemática de investigação, foi feita uma pesquisa de base documental e foram realizadas diversas entrevistas exploratórias. As leituras ajudaram a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida, enquanto as entrevistas contribuíram para identificar novos aspectos a ter em conta e alargar o campo de investigação (Campenhoudt e Quivy, 2005: 69).

Para a recolha e análise da documentação não se partiu de um caminho pré-definido, optando-se por uma leitura atenta e crítica de algumas obras de referência, o que permitiu registar pistas e encontrar linhas orientadoras de reflexão. Relativamente às entrevistas de carácter exploratório, procuraram-se especialistas da área social, com experiência em reassentamentos⁴. Optou-se pela realização de entrevistas semi-directivas ou semi-estruturadas, a partir de um guião⁵, com o objectivo de perceber a abrangência do tema do reassentamento, as problemáticas que lhe são inerentes, e ainda de explorar linhas de discussão e reflexão sobre o assunto. Dados os objectivos das entrevistas exploratórias, a sua análise foi efectuada de forma muito aberta, sem utilização de uma grelha de análise precisa.

Numa segunda fase, desenvolveu-se a etapa de observação / recolha de dados, ao longo de dez dias de trabalho de campo nas áreas reassentadas do caso de estudo. Para o efeito, foram utilizados

⁴ Ver a lista de pessoas entrevistadas no Anexo II

⁵ Ver o guião das entrevistas no Anexo II

diferentes técnicas de pesquisa: recolha de informação documental; grupos focais com a população reassentada; entrevistas a pessoas reassentadas, a técnicos responsáveis pelo projecto de reassentamento e a entidades governamentais envolvidas no processo; observação directa das áreas reassentadas, com registo fotográfico.

A recolha de informação documental foi efectuada essencialmente nos escritórios da empresa Vale, em Moatize. Os grupos focais foram feitos em ambos os bairros reassentados, com grupos de cerca de dez pessoas, divididos em líderes comunitários, homens, mulheres e jovens, separadamente, para que cada grupo tivesse autonomia para falar por si próprio. As entrevistas⁶, à semelhança das primeiras entrevistas exploratórias, foram semi-directivas ou semi-estruturadas, com base num guião. A observação directa, não participativa e de curta duração, não teve um espaço particular de aplicação, mas foi utilizada como instrumento associado aos outros métodos de observação, por ser o único que *capta os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos* (Campenhoudt e Quivy, 2005: 127). Esta técnica pretendeu complementar as restantes.

Pode, assim, considerar-se que a metodologia de abordagem se insere na denominada *field research*, que pretende estudar as situações concretas no seu contexto real, através de uma coexistência de diferentes técnicas de recolha e análise de dados complementares, dentro de um sistema flexível e coerente de procedimentos, geridos por quem desenvolve o estudo e dentro do rigor científico que o mesmo exige (Campenhoudt e Quivy, 2005: 234).

A análise dos dados recolhidos assumiu um carácter eminentemente qualitativo, optando-se neste trabalho empírico pela utilização da análise de conteúdo, pois, segundo Campenhoudt e Quivy (2005: 145 227), ela “*oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade*”. Neste sentido, foi fundamental proceder à criação de uma grelha de análise e à definição de categorias e subcategorias que possibilitassem um tratamento organizado da informação recolhida (todos os dados recolhidos em campo, bem como a sua análise, constam do Relatório de Trabalho de Campo – Anexo III).

A criação desta grelha assenta no conceito de qualidade de vida, por duas razões, (i) a melhoria da qualidade de vida dever ser, segundo as melhores normas internacionais, o principal objectivo dos reassentamentos; (ii) a busca de uma melhor qualidade de vida ser um dos principais factores apontados para a fuga do campo para a cidade. Este indicador funciona assim como um denominador comum entre as duas problemáticas. No estudo não se pretendeu discutir a real abrangência deste indicador, mas usá-lo como grelha estruturadora da reflexão sobre a problemática desta dissertação.

2.2.1 Qualidade de vida

O termo qualidade de vida foi associado, na primeira metade do século XX, à melhoria do padrão de vida, principalmente relacionado com a obtenção de bens materiais, como casa própria, carro e salário (Meeberg, 1933). Actualmente, o tema expandiu-se e não se centra apenas numa visão material e economicista, mas incorpora também valores imateriais como a satisfação, a qualidade dos

⁶Os nomes das pessoas entrevistadas nesta fase não será revelado, de forma a que as opiniões transmitidas no âmbito neste trabalho não ponham em causa a sua integridade.

relacionamentos, a realização pessoal, a percepção de bem-estar, as possibilidades de acesso a eventos culturais, as oportunidades de lazer (Nahas, 2001) e ainda valores como a felicidade, a solidariedade e a liberdade.

Este tema tornou-se de particular interesse para pesquisadores da área das ciências sociais, intensificando-se a exploração de indicadores socioeconómicos, com diferentes focos para medir a qualidade de vida pessoal ou da sociedade. Assim, dois grandes grupos surgiram dentro da investigação deste conceito: um focado na qualidade de vida urbana e outro na do indivíduo (Myers, nd).

Estes indicadores aparecem desta forma como resposta a um mundo que não se revê em indicadores puramente económicos e que, tal como dizia Aristóteles, citado por Amartyan Sen (1999: 30), considera que *“a riqueza não é manifestamente o bem que buscamos; pois ela é meramente utilitária, em vista de outra coisa”*. Esta “outra coisa” é no fundo a felicidade, cujo alcance é muito subjectivo e não tem qualquer correlação directa com a riqueza de cada um.

De facto, como referem alguns autores, nem sempre existe uma ligação directa entre as condições objectivas das pessoas e o seu bem-estar subjectivo (Gleick, 1999), pelo que a medição da qualidade de vida é subjectiva e a melhor forma de se perceber a qualidade de vida de uma população é medindo a sua percepção directa da qualidade, e não apenas através de aproximações teóricas e quantitativas.

O termo “qualidade de vida” é percebido por cada pessoa de forma diferente, com base na sua cultura, interesse e objectivos, mas também em função da situação em que se encontra no momento do levantamento. Pode assim, de alguma forma, ser visto como a medida da relação entre aquilo que são os gostos e objectivos de cada um e aquilo de que cada um dispõe e onde se situa.

Assim, e uma vez que o processo de investigação não consiste apenas na aplicação de um conjunto de regras precisas, por uma ordem predeterminada, mas também na invenção e concretização de um dispositivo original, que responda às exigências particulares do caso analisado e contribua para o conhecimento geral nesse campo (Quivy e Campenhoudt, 2005: 234), elaborou-se um esquema específico de categorias e subcategorias ou indicadores (Quadro 2.2.1), apropriado à leitura do caso de estudo, que permitisse comparar a qualidade de vida que as pessoas têm actualmente com a que tinham antes do reassentamento.

Estes indicadores dizem apenas respeito aos resultados do reassentamento, assumindo-se que o processo de reassentamento em si será discutido com base nos resultados e nas condições de qualidade de vida das populações.

Quadro 2.2.1 – Categorias e subcategorias (indicadores) utilizadas para a análise do caso de estudo, com base no conceito de qualidade de vida

Condições sócio-espaciais	Habitação Educação Saúde Mobilidade Segurança Organização espacial Apropriação do espaço (<i>Sense of Place</i>) Cultura/Sagrado
Condições ambientais	Sistema de abastecimento Acesso a energia Instalações sanitárias Tratamento e disposição de resíduos
Condições económicas	Produção agrícola Estratégias de sobrevivência Acesso a Emprego

No âmbito do presente estudo pretendeu-se fazer uma análise mais quantitativa da qualidade de vida, através da construção de questionários que pretendiam não só medir cada um dos indicadores, como também a sua importância para a população, permitindo por isso uma ponderação que reflectisse a percepção directa da qualidade de vida pelas pessoas. No entanto, a aplicação destes questionários, quer por perguntas desadequadas, quer por dificuldades na sua implementação em campo, não permitiu obter conclusões consistentes⁷.

Com o decurso da pesquisa e do trabalho de campo, tal como referido, considerou-se a análise qualitativa dos dados como a mais adequada à sua natureza e ao presente estudo, tendo como referência um determinado enquadramento teórico e baseando-se no modo segundo o qual os itens e indicadores se revelam individualmente e se articulam uns com os outros. Estes são aqui descritos de uma forma qualitativa, embora para alguns se recorra a uma forma quantitativa ou mista.

2.3 LIMITAÇÕES

Como primeira limitação ao trabalho, refere-se a localização geográfica do objecto de estudo, que condicionou o trabalho de campo desenvolvido, custeado de modo próprio e efectuado apenas durante o tempo disponível para férias pessoais. As restrições financeiras e temporais reflectiram-se por exemplo na incapacidade de recolher alguns dados específicos e na impossibilidade de contactar determinadas entidades ou profissionais, que poderiam enriquecer e tornar mais abrangente ou incisivo o estudo efectuado. Este facto dificultou ainda o esclarecimento de determinadas dúvidas e novas questões, suscitadas pela análise dos dados recolhidos.

⁷ Ver o boletim dos questionários e os resultados no relatório de trabalho de campo, apresentado no anexo III

A segunda limitação prende-se com as dificuldades inerentes ao processo de recolha de dados e à natureza dos mesmos, que se fizeram sentir em particular nas entrevistas e nos grupos focais a diferentes níveis:

- O facto de o português não ser falado pela maioria da população, obrigando a que nos grupos focais se recorresse a um tradutor, com a inevitável perda de informação daí decorrente, e a que nas entrevistas apenas tenham sido escolhidas pessoas que falassem português.
- A presença de um técnico da empresa Vale em todos os grupos focais, o que pode ter influenciado as questões levantadas pela população, assim como a presença de líderes locais no assentamento de 25 de Setembro, que por diversas vezes entrevistaram junto das pessoas dos grupos focais.
- A impossibilidade de entrevistar membros do governo actual de Tete, tendo apenas sido entrevistados membros do governo anterior, que estava no poder durante todo o processo de reassentamento.
- Por último, não se pode deixar de referir, enquanto entrave ao diálogo com a população, a “estratégia da mão estendida”, a qual foi sempre posta em primeiro lugar durante todos os processos de entrevistas e grupos focais. A província de Tete, por ter sido uma das mais fustigadas pela guerra, foi também das mais ajudadas no pós-guerra, com ajuda humanitária atribuída normalmente com base no nível de pobreza que a pessoa expressava ter. Francisco (2010) referia que esta distribuição gratuita e indiscriminada dos produtos de emergência criou atitudes de dependência no seio de muitas pessoas nas comunidades.

Considera-se que as limitações apresentadas, apesar de terem introduzido dificuldades acrescidas ao desenrolar do trabalho, funcionaram também como um estímulo para ultrapassar os obstáculos encontrados e cumprir os objectivos propostos, para além de constituírem um dado acrescido de compreensão do lugar.

Por último, refere-se ainda a limitação da pesquisa aos textos em língua portuguesa e inglesa, que se reflectiu na parte teórica onde muito poucos autores de língua francesa, que poderiam dar uma visão diferente sobre estes temas, foram referenciados.

3 ENQUADRAMENTO DO CASO DE ESTUDO

3.1 A PROVÍNCIA DE TETE

A província de Tete fica situada na região noroeste de Moçambique, entre as fronteiras com o Malawi e o Zimbabué. Com uma superfície de 100 724 km² e uma população de 1 783 967 habitantes (INE, 2010), é actualmente um dos pólos de crescimento económico mais dinâmicos de Moçambique.

Nesta província, à luz do cenário que tem ocorrido em todo o país, boa parte da população foi objecto de deslocamentos forçados, ora como consequência de projectos específicos de desenvolvimento ou de políticas de agrupamento rural repressivos levados a cabo pelo regime colonial (aldeamentos coloniais) ou pelo regime socialista nos primeiros anos de independência (aldeias comunais), ora na sequência da cruel guerra civil na qual o país mergulhou. Segundo Thomaz (2008: 177), a experiência de desterritorialização acompanha a memória de parte significativa da população moçambicana e, especificamente, da província de Tete.

Tete desempenhou um papel importante desde o início da colonização portuguesa, a partir do século XVI. Do século XVI ao XIX predominaram os “prazos”, grandes concessões de terra que o reino português arrendava às famílias portuguesas. Com o decaimento dos prazos, e já na primeira metade do século XX, há indicações de um intenso fluxo migratório, tanto de atracção, como de expulsão, em função de empreendimentos económicos (Rio Doce Moçambique, 2006: 10).

Durante a guerra pela independência (1964-1974), a província foi uma das mais atingidas, especialmente a partir de 1970, quando a Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) reabre a frente em Tete, como forma de contrariar e dispersar a pressão exercida no norte de Moçambique pelo exército português (Rio Doce Moçambique, 2006: 10).

Durante o mesmo período, assistiu-se à formação de vários aldeamentos por parte do governo colonial. Estes aldeamentos tinham como objectivo inicial ajudar ao desenvolvimento da região, providenciando serviços básicos a toda a população. No entanto, na realidade, estes aldeamentos foram usados como uma importante estratégia para concentrar as pessoas das zonas rurais e impedi-las de contactarem com as milícias da Frelimo (Borges Coelho, 1993: 433).

Num curto período de 6 anos, cerca de 70 % da população da província de Tete foi forçada a viver em 250 aldeamentos, que se situavam ao longo das estradas e dos rios, como forma de estratégia territorial de controlo dos avanços da Frelimo. Borges Coelho (1993: 433) defende que, se se olhar para os objectivos sociais e económicos destes aldeamentos, eles foram um desastre, destruindo a organização social e económica das comunidades. Pela primeira vez houve falta de terra para a agricultura, o que, ligado à interrupção das ligações para trocas rurais antes estabelecidas, levou a que estes aldeamentos não tivessem qualquer sustentabilidade e dependessem exclusivamente de ajuda externa para poderem sobreviver.

Nos primeiros anos de independência, e sob um governo de inspiração socialista, foi lançada a política de aldeias comunais, que tinham como principal objectivo acabar com a “exploração do homem pelo homem”, através da criação de novas relações de produção nas zonas rurais. Assim, as aldeias teriam o objectivo de promover a melhoria da qualidade de vida das populações, o que apenas seria possível se estas vivessem concentradas, perto dos principais serviços tais como escolas e de saúde (Borges Coelho, 1993: 434; Raposo, 1999). Vários factores contribuíram para que

estas aldeias também não tivessem sucesso, em particular o facto de o Estado ter sido incapaz de assegurar as condições básicas necessárias (Borges Coelho, 1993: 436) e a desestruturação da organização política, social, económica e espacial das comunidades rurais e da ligação às terras dos seus antepassados (Raposo, 1999).

No fim dos anos 70 eclodiu a guerra civil, que terminou em 1992 com a assinatura dos acordos de paz em Roma. A província de Tete foi muito afectada por esta guerra e, como consequência da situação de insegurança, registou-se um êxodo rural em direcção às áreas urbanas da província, principalmente para a cidade de Tete, e milhares de pessoas refugiaram-se nos países vizinhos (Malawi, Zâmbia e Zimbabwe) (COBA e Impacto, 2011; Rio Doce Moçambique, 2006: 11).

A situação de estabilidade política e segurança, bem como o clima de prosperidade económica, essencialmente motivado pelo desenvolvimento da indústria de mineração na província de Tete, têm conduzido, nos últimos anos, ao regresso gradual de grande parte da população refugiada, bem como à afluência de migrantes provenientes de outras províncias e dos países vizinhos. Graças aos seus abundantes recursos mineiros (principalmente as suas vastas jazidas de carvão), a província de Tete é hoje palco de projectos de grande escala, atraindo a atenção de diversos investidores internacionais (COBA e Impacto, 2011).

A actividade gerada pelos grandes empreendimentos actualmente em curso na província tem actuado como estímulo a um crescimento económico sem paralelo no resto do país. No entanto, não obstante o clima de crescimento e prosperidade económica, é importante notar que a província de Tete é, em termos de Desenvolvimento Humano, uma província com uma elevada taxa de pobreza, mesmo tendo registado alguma melhoria entre 1997 e 2007, em particular ao nível da taxa de analfabetismo e da mortalidade materno-infantil⁸.

3.2 A VILA DE MOATIZE E O PROJECTO DE MINERAÇÃO

A história da exploração de carvão em Moatize tem início em 1895, quando a Companhia da Zambézia concede à Companhia Hulheira do Zambeze o privilégio exclusivo e geral da pesquisa, exploração, registo e lavra das Minas de Hulha. Anos depois, passa a chamar-se Zambeze Mining Company e posteriormente, em 1923, alia-se a um grupo belga formando a Société Minière et Géologique du Zambeze, grupo financiado pela Union Minière Haut Katanga (Rio Doce Moçambique, 2006: 11).

As informações históricas disponíveis mostram que a actividade mineira é determinante no desenvolvimento desta região. Em 1949 é construída a Central Eléctrica da Companhia Carbonífera e inaugurado o ramal dos caminhos-de-ferro. É nesse contexto que se forma a vila de Moatize, alicerçada nas minas e nos caminhos-de-ferro (Rio Doce Moçambique, 2006: 11).

Em 1976 e 1977, ocorreram dois acidentes graves, que mataram perto de três centenas de trabalhadores, tendo o último, ocorrido em Chipanga III, provocado uma reacção dos trabalhadores que levou à morte de sete membros da administração, portugueses e belgas. No seguimento deste acidente, o Estado moçambicano independente passa a intervir sistematicamente na mina, formando

⁸www.ine.gov.mz (acedido em Janeiro de 2011)

uma nova equipa para gerir os trabalhadores, até à sua nacionalização e constituição como Carbomoc, E.E. (Rio Doce Moçambique, 2006: 11-12).

A partir de 1982, em razão da generalização do conflito armado, a economia de Moçambique sofreu um grande declínio e a ferrovia Beira-Moatize foi paralisada, pelo que a Carbomoc suspendeu grande parte das suas actividades (Rio Doce Moçambique, 2006: 12).

Em 2004, o Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique, com a assistência da International Finance Corporation (IFC), conduziu uma licitação internacional, a fim de seleccionar um empreendedor para o depósito de carvão de Moatize. Assim, em Novembro desse mesmo ano, o governo de Moçambique concedeu os direitos de exploração de áreas carboníferas em Moatize à Companhia Vale Moçambique (Aurecon, 2010).

O depósito de carvão de Moatize situa-se no noroeste da República de Moçambique, a aproximadamente 1100 km a norte de Maputo, a capital nacional, e é considerado uma das maiores reservas carboníferas do mundo. A vila de Moatize está localizada dentro da área de desenvolvimento, concedida à empresa Vale Moçambique pelo governo do país.

A Figura 3.2.1 mostra a localização do Projecto de Carvão de Moatize.

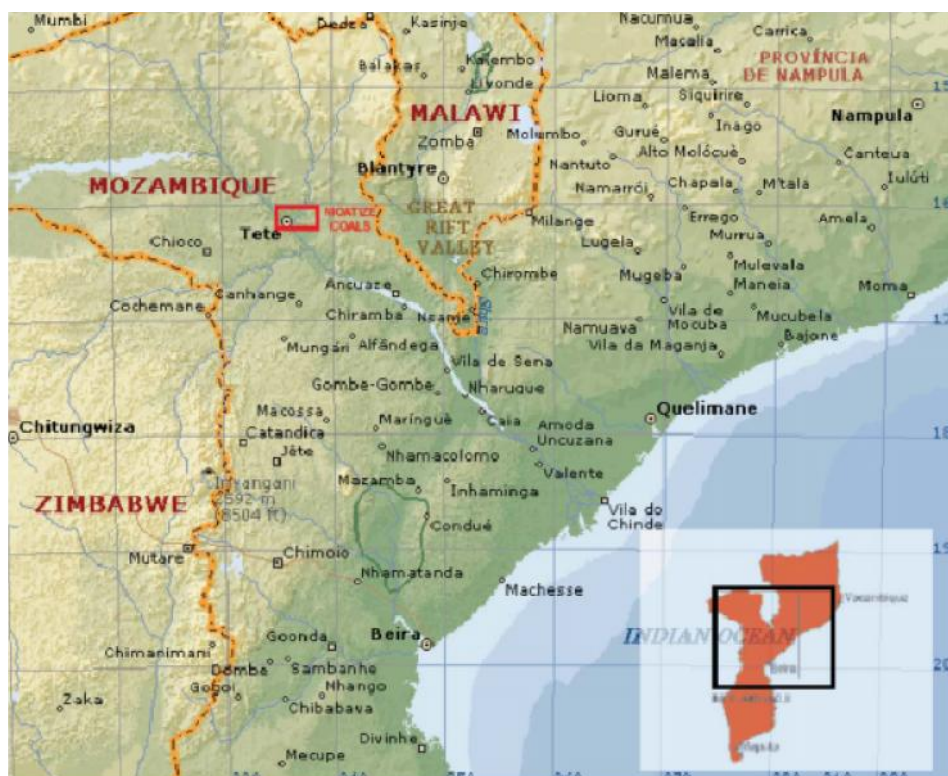


Figura 3.2.1 – Localização do Projecto de Carvão de Moatize (Fonte: Aurecon, 2010)

A Planta de Processamento de Carvão de Moatize entrou em operação em Julho de 2011. Com um investimento de 1,7 milhões de dólares, a mina tem capacidade para a produção de 11 milhões de toneladas de carvão térmico e metalúrgico por ano. É o maior investimento da empresa Vale no segmento.

A realização do projecto de Moatize teve como uma das consequências a necessidade de deslocação e reassentamento/compensação das famílias, outras entidades e seus respectivos

activos que se encontravam nos bairros urbanos e rurais concessionados. Foi necessário o reassentamento de mais de mil famílias, por se encontrarem dentro de zonas destinadas a lavra ou instalações industriais.

3.3 A VALE

A Vale é uma empresa mineira global, com sede no Brasil e actividade em cerca de 40 países, nos cinco continentes, produzindo e comercializando minério de ferro, níquel, concentrado de cobre, carvão, bauxite, alumínio e outros minerais. É a segunda maior empresa mineira do mundo e a maior empresa privada da América Latina, empregando actualmente mais de 126 mil pessoas.

Iniciou as actividades em Moçambique em 2004, ao vencer o concurso internacional para o estudo de viabilidade do Projecto de Carvão de Moatize. Possui actualmente um escritório central na capital Maputo e, além das concessões para a extracção de carvão em Moatize, está a desenvolver o projecto Evate, na província de Nampula, para produção de rocha fosfática.

A Vale encontra-se ainda a investir na infra-estrutura logística moçambicana, para melhorar o escoamento do seu carvão, estando neste momento a desenvolver o projecto de expansão do corredor ferroviário que liga Moatize a Nacala, o maior porto natural de águas profundas da costa oriental da África, situado na província de Nampula. Para isso, adquiriu em 2010 o controlo da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte S.A. (SDCN), controlando desta forma o Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) - responsável pela concessão de um trecho ferroviário de 872 km em Moçambique, ligando Entrelagos, na província de Niassa, ao porto de Nacala - e a Central East African Railway (CEAR) que detém a concessão de todo sistema ferroviário do Malawi, que actualmente compreende 797 km de ferrovia ligando todo o país nos eixos norte-sul e leste-oeste.

Em 2010 criou a Fundação Vale em Moçambique, que coordena os investimentos sociais da empresa neste país.

3.4 PROCESSO DE REASSENTAMENTO

Para a preparação do reassentamento, em consequência da exploração das minas de Moatize, foi elaborado um Plano de Acção para o Reassentamento (PAR), em obediência às directrizes do governo de Moçambique, às políticas de sustentabilidade da empresa Vale e em conformidade com os parâmetros preconizados pelas principais instituições internacionais de desenvolvimento, com destaque para o Banco Mundial e agências congéneres como o IFC. O processo foi participativo/consultivo e foi orientado no sentido de repor e normalizar os modelos de vida das pessoas afectadas, de modo a garantir que estas vissem a sua qualidade de vida melhorar de forma contínua.

As acções de consulta e de preparação visaram garantir que as pessoas afectadas e os seus representantes a vários níveis (formais e informais) fizessem parte da concepção dos modelos de reassentamento/compensação, conhecessem as opções disponíveis e escolhessem, de forma consciente, as opções mais ajustadas aos seus interesses.

Nesse sentido, o processo foi conduzido com base nos seguintes módulos:

- **Módulo 1:** Fase de conhecimento da realidade, que por sua vez foi composta por quatro processos, nomeadamente: (i) acções preliminares, (ii) estudos e investigação, (iii) preparação de melhoria dos relatórios da avaliação, considerando as propriedades e culturas, e (iv) sistema de diagnóstico integrado.
- **Módulo 2:** Criação do PAR, centrado na definição de alternativas e planificação de acções para permitir a libertação de áreas de intervenção. Por sua vez, este módulo envolveu três processos: (i) elaboração do plano em si, (ii) negociação com todas as partes interessadas e afectadas, com destaque para as pessoas e famílias directamente afectadas, (iii) formulação do modelo de gestão a ser adoptado.
- **Módulo 3:** Implementação do PAR, compreendendo a elaboração do projecto executivo para as áreas de acolhimento de destino (áreas de reassentamento, neste caso) e a elaboração de instrumentos de controlo e concessão dos direitos às pessoas/famílias afectadas. Este módulo também envolve um processo formal para as famílias terem acesso aos seus direitos, o acompanhamento durante as obras, a transferência das famílias para as novas áreas, o apoio social pós-reassentamento, e o acompanhamento e avaliação da implementação do modelo de gestão.

O conjunto das acções de formulação do PAR foi precedido de debates com o Governo e em Março de 2006 foi estabelecida uma Comissão de Reassentamento, com o objectivo de se ocupar do acompanhamento do conjunto do trabalho. Esta comissão foi composta pelos representantes dos Conselhos Provinciais (provenientes dos sectores dos Recursos Minerais, Coordenação da Acção Ambiental, Obras Públicas e Habitação, Agricultura), o Administrador do Distrito de Moatize e o Presidente do Conselho Municipal de Moatize, sem nenhuma representação de líderes comunitários. A comissão foi presidida pelo Secretário Permanente do Governo da Província de Tete.

3.4.1 Áreas de estudo reassentadas

A área de estudo do reassentamento incluiu três polígonos (Figura 3.4.1), totalizando 10 912 ha, nomeadamente (Diagonal Urbana, 2006: 15):

- **Polígono 1:** compreende uma área de 9 126 ha, localizada a sul do centro urbano de Moatize e na faixa leste, que se estende até ao limite da área de exploração mineira. Este polígono englobava parte dos bairros de Mithethe e das comunidades Bagamoyo, assim como a totalidade da comunidade de Chipanga.
- **Polígono 2:** compreende uma área de 189 ha, localizada a noroeste do centro urbano de Moatize, compreendendo parte da comunidade de Chithata e áreas de cultivo ao lado do Rio Revúboè.
- **Polígono 3:** compreende uma área de 1 597 ha, localizada a norte do centro urbano de Moatize, a oeste do Rio Revúboè. As fronteiras orientais deste polígono são limitadas pelo perímetro da área de desenvolvimento. Este polígono abrigava a comunidade rural de Malabwé e as grandes extensões de áreas de *machambas* e de pastos localizados dentro dos limites de Moatize.

No momento em que foi efectuado o censo de levantamento de dados, na área acima descrita foram cadastrados 1 191 imóveis, incluindo 43 propriedades não residenciais, destinadas a utilizações tais

como comércio, instituições públicas locais e outras, e 1 148 imóveis residenciais (Diagonal Urbana, 2006).

O processo de reassentamento abrangeu 1 046 agregados familiares⁹, dos quais 70% tinham características rurais, correspondendo à comunidade de Malabwé e parte da de Mithethe, e 30% características peri-urbanas, correspondendo à comunidade de Chipanga e parte das comunidades de Bagamoyo e Chithata.

3.4.1.1 Breve caracterização das áreas reassentadas

Analisando o território abrangido pela área de operação, pode-se distinguir entre dois tipos de assentamentos humanos. O primeiro, que inclui as comunidades dos bairros de Chithata, Bagamoyo e Chipanga, tem, como já referido, características peri-urbanas, pertencendo à autarquia da vila de Moatize. O segundo, composto por núcleos dispersos pertencentes aos povoados de Mithethe e Malabwé, apresenta características rurais, situando-se no território que pertence ao posto administrativo de Moatize (Rio Doce Moçambique, 2006b: 14).

A maioria das famílias da área não possui DUAT (Direito ao Uso e Aproveitamento da Terra) e as poucas que o possuem situam-se nos bairros peri-urbanos (Austral e Impacto, 2006: 23), ou seja, a maioria da população não possui qualquer posse legal da sua habitação e dos espaços que utiliza.

Nas comunidades de Chithata, Mithethe e Malabwé toda a população pertence ao grupo étnico Nhungwé, enquanto em Bagamoyo e Chipanga já se encontram algumas pessoas de outras etnias. 20 % da população em Bagamoyo e 2% em Chipanga são de outras etnias, tais como Nyanja, Sena e Chimanica, todas elas originárias da província de Tete (Austral e Impacto, 2006: 8).

A sociedade é patrilinear, praticando-se o casamento de facto ou tradicional, e existindo alguma tradição de poligamia, a qual tem vindo a decrescer (actualmente apenas 25 % dos homens se declararam polígamos). Nos casos de poligamia, a maioria das esposas (89,5 %) mora perto, mas em quintais separados. No entanto, algumas vivem no mesmo quintal, um fenómeno que ocorre sobretudo na cidade (Austral e Impacto, 2006: 15 e Austral, 2006: 68).

O agregado familiar, geralmente do tipo alargado, tem em média 4 a 8 pessoas (Austral e Impacto, 2006: 6) e é tipicamente constituído pelo pai, mãe, filhos e outras crianças que pertençam à família do pai ou da mãe e que estejam órfãs. O chefe de família é sempre o pai, a não ser em casos excepcionais, por exemplo de viúvas, e, embora a mulher tenha por sua conta certas áreas de gestão familiar (educação das crianças, buscar água, cozinhar, etc.), é o homem que tem autoridade sobre todo o património familiar (Austral, 2006: 68).

Os jovens ficam normalmente em casa dos pais até constituírem a sua família. No entanto, ao atingirem a puberdade, passam por regra a viver no quintal da casa dos pais, afastados da casa principal, numa construção a que se chama “guero” no caso dos rapazes e “nthanga” no caso das raparigas. É nesta divisão que as raparigas recebem o seu noivo e os rapazes a sua esposa durante os primeiros tempos de casamento, decidindo depois se melhoram a edificação e ficam nesse mesmo espaço ou se vão para outro lugar (Austral, 2006: 69).

⁹ A diferença de números em relação a 2006 diz respeito à actualização de dados.

Hoje em dia, a maioria dos casamentos já não são arrançados, mas existe a prática do lobolo, que é o montante que a família do noivo tem de dar aos pais da noiva quando se casa. O lobolo tem duas funções: por um lado garante que em caso de divórcio (não frequente) os filhos pertençam ao pai; por outro lado cria bases de obrigação da mulher em relação ao marido (Austral, 2006: 70-71).

No anexo IV apresenta-se uma pequena descrição sobre a formação dos bairros de onde as pessoas foram desalojadas, assinalando-se os locais principais de cada um.

3.4.2 As áreas anfitriãs do reassentamento

Em função da sua caracterização rural ou urbana, as famílias afectadas foram reassentadas em Cateme (as famílias consideradas rurais) e no Bairro 25 de Setembro (as famílias consideradas urbanas). Um certo número de famílias (perto de 25% do total) recebeu ainda duas formas de indemnização: indemnização assistida (7.2%), que consistiu na ajuda às famílias que se recusaram a ir para as áreas reassentadas na procura e compra de uma nova casa, e indemnização simples (17.7%), que consistiu na troca directa dos bens por um determinado valor.

3.4.2.1 Cateme

A área localizada em Cateme foi eleita para receber o reassentamento da população rural, na medida em que a área apresentou-se adequada para acomodar actividades agrárias e apresentou as melhores condições de topografia para efeitos de abastecimento de água e outras formas de acessibilidade. A área foi escolhida para satisfazer as necessidades de habitação, bem como para estabelecer condições de acesso à terra para efeitos de cultivo.

Trata-se de uma área de aproximadamente 3 800 ha que se localiza na Sede de Moatize (Distrito de Moatize), a 36 km da Vila de Moatize, e a 30 km da Sede de Kambulatsisi. As duas principais estradas de acesso compreendem cerca de 11 km de extensão à saída da N7 e capacidade para um veículo de cada vez.

Para além das casas que albergam as famílias reassentadas em Cateme foram edificadas escolas (primária e secundária), uma unidade de saúde com maternidade, unidade policial, sistemas de abastecimento de água, drenagem e áreas de lazer (um campo de futebol e uma praça pública). As unidades educacionais e de saúde compreendem ainda casas para os professores e agentes de saúde. A gestão destas unidades está a ser passada inteiramente para as entidades provinciais e distritais de educação e saúde.

3.4.2.2 25 de Setembro

O bairro 25 de Setembro, situado dentro da vila de Moatize, na sua zona oeste, foi eleito para acolher a população afectada que se considerou ter um modelo de vida urbano. A localização dentro da vila de Moatize permite aos reassentados continuar a ter acesso aos locais de trabalho e a outras facilidades a que estavam habituados antes de o reassentamento ter tido lugar.

As infra-estruturas de apoio para 25 de Setembro compreendem a ampliação das escolas primária e secundária vizinhas (Samora Machel e Heróis de Moçambique, respectivamente), localizadas na vila de Moatize.

O **Quadro 3.4.1** apresenta as principais intervenções que tiveram lugar em cada uma das áreas de reassentamento, i.e. Cateme e 25 de Setembro.

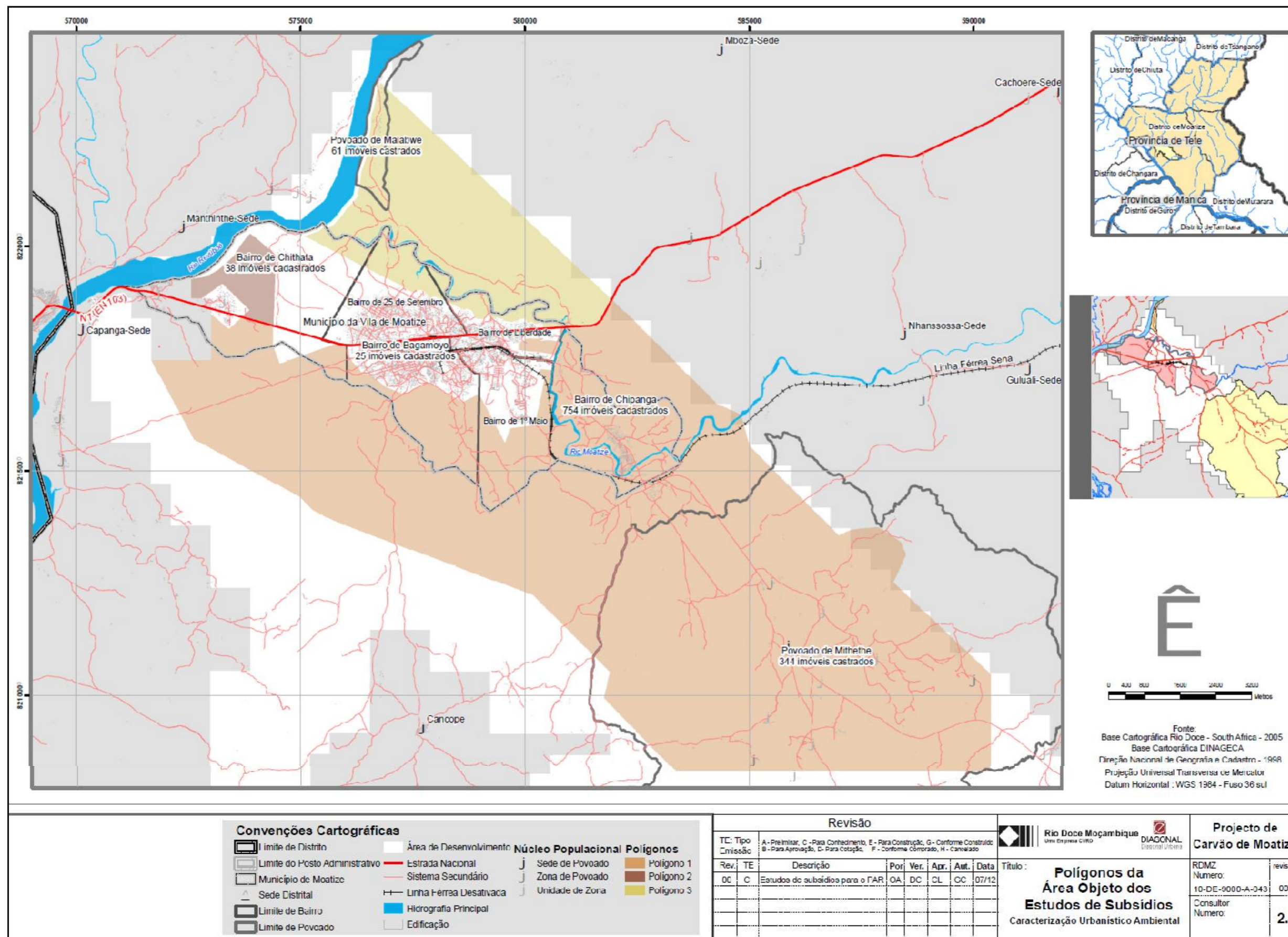


Figura 3.4.1 – Localização dos polígonos a reassentar (Fonte: Diagonal, 2006)

Quadro 3.4.1: Quadro comparativo das estratégias de atendimento em Cateme e 25 de Setembro

Item	25 de Setembro	Cateme
Planificação urbana	Área total: 340 ha 306 terrenos residenciais 24 terrenos para comércio e serviços públicos Áreas verdes	Área total: 3 800 ha 757 terrenos residenciais 99 terrenos comerciais 18 terrenos para serviços públicos 38 residências para servidores públicos Áreas verdes Áreas para feiras livres
Infra-estrutura	Iluminação em ruas e espaços públicos Instalação eléctrica em todas as casas Encanamento de água ligado ao sistema de abastecimento público em todas as casas	Iluminação na rua principal Instalação eléctrica e encanamento de água apenas nas casas que possuíam estas facilidades na área original Sistema de captura, tratamento e conservação de água 16 fontanários 2 campos de futebol Cemitério e Casa de Cerimónias
Escola primária	Construção de 6 novas classes na Escola Primária Samora Machel.	Construção de uma escola com 6 blocos de 3 classes, escritórios, biblioteca e área de desportos. Inclui também a construção de 8 casas para professores e 1 casa para o director da escola.
Escola secundária	Construção de 3 novos blocos com 3 salas de aula cada.	Construção de uma escola com 4 blocos de 3 classes, escritórios, biblioteca, sala de informática, laboratórios e área de desportos. Inclui também a construção de 8 casas para professores e 1 casa para o director da escola..
Posto policial	-	Construção de uma nova unidade.
Centro de saúde	Construção de um novo Centro de Saúde na vila de Moatize ¹⁰ .	Construção do Centro de Saúde, incluindo maternidade e casa para funcionários.
Equipamentos de apoio à produção rural	Estendal, celeiro, capoeira, pombal, pocilga e curral para aqueles que dispunham destas estruturas na moradia anterior	Estendal, celeiro, capoeira, pombal, pocilga e curral para todas as moradias Equipamentos, recursos e orientações para implementar 1 horta e 1 pomar com árvores frutíferas
Área para produção agrícola		Todas as famílias de Cateme receberam uma área de 1 ha para actividade agrícola.
Edificações de apoio	Dormitório de apoio para as famílias que possuíam essa condição anteriormente	Dormitório de apoio para as famílias que possuíam essa condição anteriormente.

¹⁰ A construção deste Centro de Saúde encontrava-se parada na altura do trabalho de campo.

4 ANÁLISE DO REASSENTAMENTO À LUZ DOS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA

4.1 CONDIÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

4.1.1 Habitação

A habitação, mais do que um abrigo, deverá ser considerada uma janela de cultura, na medida em que a própria concepção arquitectónica e os usos dos espaços domésticos estão bastante ligados a valores e práticas culturais. Os espaços domésticos reflectem o modo como as culturas e os seus membros têm de conviver e se relacionar com dialécticas de oposições comuns, nomeadamente necessidades individuais, desejos ou aspirações e motivações *versus* as exigências e solicitações da sociedade no seu todo (Freitas, 1993: 39-42).

As casas nesta região são, na sua maioria, construídas de pau-a-pique com cobertura de palha (construção tradicional). Porém, a par de um relativo aumento do rendimento familiar, tem-se assistido a um substancial aumento das casas construídas com tijolos e com chapas de zinco, em particular nas zonas peri-urbanas, mas também nas zonas rurais (Austral e Impacto, 2006: 22 e Rio Doce Moçambique, 2006b: 24-25) (Figura 4.1.1).



Figura 4.1.1 - Tipo de habitação comum

A maioria das casas onde as pessoas viviam em 2006 (cerca de 70 %) tinha sido construída nos últimos 10 anos, o que se deve, sobretudo, à precariedade das construções, que precisam de ser reconstruídas com alguma frequência (Austral e Impacto, 2006: 21).

Nas comunidades peri-urbanas as casas apresentam normalmente mais divisões do que nas rurais, fenómeno que parece reflectir um processo de transição da casa tradicional, sem subdivisões (modelo ainda encontrado nas zonas rurais), para um modelo mais compartimentado, como resposta às exigências da vida moderna (Rio Doce Moçambique, 2006b: 24 e 25) e urbana (Raposo, 1999).

Para os novos assentamentos foram desenvolvidos conjuntos habitacionais por um escritório de arquitectura em Moçambique. Foram concebidos e construídos cinco tipos de residências, incluindo a casa principal, cozinha e latrina/WC constituídas como três edificações distintas, que perfazem a unidade básica de habitação do agregado familiar, algo que foi inspirado no modelo de habitação prevalecente nas áreas de deslocação.

Inicialmente foi construída uma casa modelo, para que os líderes das comunidades a pudessem visitar e sugerir mudanças e melhorias. No entanto, já não existia nesta fase margem para muitas alterações.

As casas principais têm diferentes tamanhos e procurou-se que cada família recebesse uma casa de tamanho aproximadamente igual ao da casa em que vivia no local de origem. Apresentam uma sala e até 4 quartos, conforme as condições da casa de origem (ver Figura 4.1.2).



Figura 4.1.2 - Visão geral da habitação modelo de reassentamento

Na tabela seguinte apresentam-se, de forma sistematizada, as características da casa principal da habitação onde a população vivia, as expectativas da população para a nova casa e como na realidade as casas são actualmente.

Quadro 4.1.1 – Características da habitação principal

	Anterior ¹¹	Projectada ¹¹	Actual ¹²
População rural	Paredes: paus “maticados” com barro Telhado: paus e capim Chão: terra batida Janelas: aberturas sem protecção. Porta: caniço	Paredes: tijolo ou tijolo queimado Telhado: chapas de zinco Chão: Cimentado Janelas: madeira Porta: madeira	Paredes: em alvenaria - blocos de cimento, rebocados e com pintura por fora Telhado: chapas de zinco, que varia de 2,80 a 3,45 m Chão: cimentado Janelas: de vidro com ferro Porta: madeira (com fechadura)
População peri-urbana	Paredes: tijolos de barro queimado, algumas rebocadas por dentro, mas poucas por fora. Telhado: chapas de zinco Chão: cimentado Janelas: algumas janelas de madeira. Muitas apenas cobertas com grelhas de tijolos separados. Porta: madeira	Paredes: tijolo, alguns indicaram a preferência por tijolos feitos de cimento, rebocadas por dentro e por fora e pintadas. Telhado: chapas de zinco Chão: cimentado Janelas: janelas de vidro, com painéis de madeira e com grades. Porta: madeira	

Uma questão relevante nesta análise é o facto de não se ter tido em conta, na tipologia de construção das casas, a divisão entre o reassentamento rural e urbano, tendo sido usado o mesmo modelo em ambos os reassentamentos. De notar ainda que o modelo utilizado se encontra muito mais próximo do modelo projectado pela população na área peri-urbana do que pela população rural.

Isto é particularmente notado em relação ao material de construção, usando-se em todas as habitações de piso de cimento, paredes de alvenaria (com blocos de cimento), telhados de zinco, que varia de 2,80 a 3,45 m, portas de madeira e janelas de vidro com ferro.

Ao querer fazer-se um modelo facilmente adaptado quer ao meio rural, quer ao meio urbano, que pudesse ser construído de forma rápida e com custos não muito elevados, parecem ter sido descuidadas algumas questões:

- As paredes foram construídas em cimento, para uma população que tem como uma das grandes fontes de rendimento, para além da agricultura, a olaria, com a construção de tijolos. Assim, o uso de tijolos de barro produzidos pela própria população poderia ter sido uma forma de a incluir no processo de reassentamento, uma questão que poderia ser fundamental para que as pessoas sentissem que aquele é o seu bairro.
- Os telhados de zinco foram escolhidos, segundo o técnico da Vale A, com o objectivo de que a “*própria pessoa depois no futuro possa o substituir, já que o zinco é acessível à maioria das pessoas e as telhas, por exemplo, seriam muito caras e é muito complicado*”. E, de facto, este é o tipo de telhado escolhido normalmente pela maioria da população que consegue auferir um rendimento mais elevado, substituindo a cobertura de palha. No entanto, sendo Tete a província mais quente de Moçambique, o uso de chapa de zinco como cobertura (ainda que

¹¹ Austral, 2006: 86-92

¹² Informação recolhida no trabalho de campo

tenham sido feitas caixas de arejamento) leva as casas a atingir temperaturas que tornam difícil o uso do seu interior para as actividades diárias. Segundo Raposo (1999), esta questão pode resolver-se com a inclusão de tectos falsos de madeira ou caniço como algumas famílias mais urbanizadas já utilizavam em Manica nos anos 80, mas estas opções não foram tomadas neste reassentamento. De facto, segundo Paula Antunes, *“deverá se ter em atenção, que por termos mais conhecimento em termos técnicos, às vezes podemos explicar às pessoas as implicações de opções que elas possam pensar como sendo as mais correctas, nomeadamente o caso dos telhados de zinco”*.

- Por último, a opção pelas janelas de vidro parece não ter tido em conta a sustentabilidade referida pelo técnico da Vale, pois são muito difíceis de substituir pelas populações da zona rural, e trata-se de um material bastante frágil.

Em relação à sustentabilidade económica dos materiais utilizados, convém ainda referir que o tamanho das casas foi atribuído em função do tamanho das casas que as populações tinham. Mas, conforme referia um residente de Cateme (A)¹³, *“casais jovens tinham casa pequena, porque não tinha filhos, assim recebem casa pequena, mas depois nascem muitos filhos e não têm onde os colocar”*. Será portanto difícil que estes tenham possibilidades de aumentar a casa mantendo as mesmas condições que ela apresenta actualmente, pois não terão possibilidades financeiras para tal.

Uma característica comum às casas peri-urbanas e rurais nesta região é a existência de muitas edificações anexas à casa principal que servem o agregado familiar. Sendo assim, normalmente as habitações são compostas por mais edificações com funções específicas, tais como os “guero” ou “nthanga” (quartos dos filhos que entraram já entraram na puberdade); cozinhas; casas de banho; latrinas; celeiros e capoeiras (Rio Doce Moçambique, 2006b: 25-27).

De facto, a maior parte das actividades dos agregados familiares (p.e. confecção de alimentos, refeições, conversas e outras actividades de socialização) decorre no exterior da habitação principal, no que poderia ser designado por quintal, onde se localiza uma série de edificações exteriores, sendo estas em conjunto com a edificação principal que realmente constituem a casa.

No Quadro e Figuras seguintes apresentam-se as edificações anexas que as pessoas habitualmente possuíam, em comparação com as agora construídas e com aquelas que a população tinha idealizado.

¹³ Dado se ter optado pela preservação da identidade dos entrevistados, sempre que aparece uma citação de um residente este estará identificado pelo bairro e um letra entre parênteses, que permitirá fazer a relação com os resumos das entrevistas apresentados no Anexo III.

Quadro 4.1.2 – Características das edificações anexas

	Anterior	Projectada	Actual
População rural	<p>Cozinha: feita de caniço e coberta de capim</p> <p>Casa de banho e latrina¹⁴: apenas em algumas casas, feita de caniço e sem cobertura</p> <p>Celeiro: de paus e capim.</p> <p>Curral: feita de paus.</p> <p>Capoeira: feita de paus.</p> <p>Construção para secar o milho: feita de paus.</p> <p>“Guero” ou “Nthanga”: no mesmo material que a habitação principal</p> <p>Vedação: vegetal</p>	<p>Cozinha: construída em tijolos e coberta de chapas de zinco</p> <p>Casa de banho e latrina: paredes de tijolo e coberta de chapas de zinco</p> <p>Celeiro: de paus e capim.</p> <p>Curral: feito de paus.</p> <p>Capoeira: feito de paus.</p> <p>Construção para secar o milho: feita de paus.</p> <p>“Guero” ou “Nthanga”: tijolo com chapas de zinco</p> <p>Vedação: muro de tijolo e cimento.</p>	<p>Cozinha: construída em alvenaria, semi-aberta e cobertura de chapa de zinco</p> <p>Casa de banho e latrina, juntas, paredes em alvenaria, com chapas de zinco</p> <p>Celeiro: feita em metal</p> <p>Curral: feita em metal</p> <p>Capoeira: feita em metal</p> <p>Construção para secar o milho: feita em metal.</p> <p>“Guero” ou “Nthanga”: no mesmo material que a habitação principal, nos casos em que já existia</p> <p>Vedação inexistente</p>
População peri-urbana	<p>Cozinha: com chão de terra batida, feita de tijolo e coberta de chapas.</p> <p>Casa de banho: em alguns casos feita de tijolo e sem cobertura</p> <p>Latrina: em alguns casos feita de tijolo e coberta de chapas,</p> <p>Curral: feito de pau a pique com arame farpado</p> <p>Capoeira: feita de pau-a-pique ou tijolo e coberta de chapa ou de capim</p> <p>Vedação: vegetal; quando se tem possibilidades feita de tijolo.</p>	<p>Cozinha: feita de tijolo e coberta de chapas.</p> <p>Casa de banho: construída de tijolo e coberta com chapas.</p> <p>Latrina: melhorada.</p> <p>Curral: feito de pau a pique com arame farpado</p> <p>Capoeira: feita de pau-a-pique ou tijolo e coberta de chapa ou de capim</p> <p>Vedação: muro de tijolo e rebocado</p>	



Figura 4.1.3 - Cozinhas típicas da população antes de ser reassentada (Fonte: Impacto, 2011)

¹⁴ Casa de banho refere-se apenas ao local onde se toma banho e urina, o local onde se defeca é normalmente chamado de latrina



Figura 4.1.4 – Cozinhas existentes nas novas habitações (Joana Pedro, Junho 2011)



Figura 4.1.5 – Edificações exteriores típicas da população antes de ser reassentada: Curral, Capoeira e Celeiro (Fonte: Impacto, 2011)



Figura 4.1.6 – Edificações exteriores das novas habitações: Latrina, guero, curral e galinheiro (Joana Pedro, Junho 2011)

Tal como em relação à casa principal, poderá perceber-se que também as edificações exteriores são iguais, independentemente de pertencerem às casas rurais ou peri-urbanas. A única diferença é que no meio rural as infra-estruturas agro-pecuárias foram dadas a todos os agregados, sem excepção, enquanto no meio peri-urbano apenas foram dadas a quem já as possuía na sua anterior habitação.

Assim, é de esperar que exista alguma desadequação das infra-estruturas à realidade da população, como se comprova, por exemplo, no facto de muitas famílias já terem fechado a cozinha, para servir como quarto de habitação, ou mesmo como habitação principal (Figura 4.1.7).



Figura 4.1.7 - Exemplos de cozinhas fechadas em 25 de Setembro (a primeira serve de lugar para os filhos e pode-se observar a cozinha do lado de fora; a segunda serve de habitação da dona da casa, que alugou a casa principal a alguém de fora do bairro) (Joana Pedro, Junho 2011)

A opção de fechar a cozinha poderá ainda ter a ver com a questão, levantada nos grupos focais e, em particular em 25 de Setembro, de o reassentamento não ter tido em conta a expansão das famílias, pelo que haverá jovens a entrar na idade de passar para o “guero” e que poderão usar a cozinha para tal. Neste âmbito, diversos agregados construíram já novas edificações nos seus quintais, utilizando materiais locais. De notar que em Cateme a maioria destas construções é de pau-a-pique, enquanto em 25 de Setembro é de tijolo queimado (Figura 4.1.8).



Figura 4.1.8 - Exemplo de novas construções feitas pelas populações (Cateme; 25 de Setembro) (Joana Pedro, Junho 2011)

Como disse Marlene Ribeiro, antropóloga entrevistada na fase exploratória:

“[Por ter existido um reassentamento] Quebrou-se com aquilo que era o padrão de vida local, em que para a família a habitação não era só o local da habitação, mas todo um espaço físico e emocional. As pessoas tinham uma razoável área de habitação com casa, quintal, local para a sua agricultura, animais. Com o novo bairro isso deixou de existir, são colocados em locais delimitados e percebe-se a tendência da comunidade de ir buscar o rural para o seu bairro, constrói uma cozinha fora com as características que tinha antes.”

Esta questão acentua-se pelo facto de a população não ter participado no processo de construção das suas próprias casas, não as sentindo por isso como realmente suas, o que é principalmente relevante dado tratar-se de uma população onde cerca de 90 % das pessoas viviam em casas construídas pelas próprias (Austral e Impacto, 2006: 21).

De facto, uma técnica da empresa Diagonal (D) referia que:

“As pessoas sentem que eles conhecem como fazer a casa, eles conhecem a “nossa casa” e agora eles receberam esta casa pronta, feita por outros, com uma tecnologia que não conhecem, e mesmo tendo acompanhado, não é a mesma coisa.”

Parece haver assim um equilíbrio algo difícil de conseguir entre criar casas que mantenham as tradições da população, que possam explorar o seu *know-how*, que tenham sustentabilidade, e que, ao mesmo tempo, sejam de alguma forma motivo de orgulho e por isso também sirvam como alavanca para o recomeço desta nova vida - partindo do pressuposto de que, não sendo condição essencial, o facto de as pessoas se sentirem bem no espaço em que vivem pode ser um contributo para uma maior adaptação à nova realidade.

Desta forma, não é linear que a construção das casas no reassentamento deva seguir obrigatoriamente os padrões que a população tinha. Deverá preferir-se o uso de novas técnicas, mais modernas e seguras, mas utilizando os materiais tradicionais (tal como tem sido bastante explorado nos últimos anos na arquitectura natural ou ecológica), em vez de partir-se logo para materiais distintos e que não fazem parte da realidade da maioria da população.

Em relação à qualidade das casas construídas, parecem existir problemas graves. Ao fim de cerca de um ano de utilização, as casas apresentam já uma série de problemas, nomeadamente rachas e buracos nos telhados (Figura 4.1.9). Esta questão foi muito falada quer nas entrevistas, quer nos grupos focais, sendo um dos primeiros pontos mencionados sempre que se pedia para falar do reassentamento. Tal como referido no grupo focal de 25 de Setembro, por um dos líderes “*as casas estão mal construídas e são armadilhas que podem cair*”.

Aos evidentes problemas que as casas têm junta-se a desconfiança da população em relação às técnicas de construção, nomeadamente ao facto de as casas terem sido construídas sem alicerces. Esta questão foi levantada em todos os grupos focais e entrevistas, e o sentimento da população espelha-se na afirmação de um dos residentes em 25 de Setembro (A):

“As casas não foram bem feitas pela empresa vencedora das obras, pois não fizeram alicerce nas casas, o que está a provocar problemas de fissuras, rachas, trincas e também as portas de madeira estão a ficar empenadas e a ser comidas pela muchém.”

Ou um residente de Cateme (A):

“A maneira como foram feitas as casas, sem alicerce, é uma tecnologia de outro país e as pessoas suspeitam dessa tecnologia.”

Coloca-se a hipótese de a polémica sobre a técnica construtiva ter sido fabricada por pessoas exteriores às comunidades. Isto porque este argumento foi muito utilizado por diversas ONGs que se assumiram contra o projecto (ver por exemplo a conversa com Tomás Selemene do CIP), e parece estranho que a população refira os alicerces, quando as casas construídas são muito diferentes das tradicionais, que as pessoas conhecem melhor, e as casas de áreas peri-urbanas são geralmente construídas sem alicerces.

Estes problemas nas casas acabaram por ser decisivos na opinião das pessoas sobre as mesmas, e tudo indica que, se as casas tivessem sido feitas com a devida preocupação, este poderia ter sido um dos pontos que a população veria como positivos no reassentamento, conforme expressa o um residente em Cateme (C):

“As casas têm problemas que aqui para se resolver é muito difícil. Se não tivessem problemas as casas eram melhores, eram um pouco diferentes das que tínhamos. O tipo de casa gostamos, porque são casas sempre melhores assim!”



Figura 4.1.9 – Exemplos de casas que apresentam rachas (Joana Pedro, Junho 2011)

Se, por um lado, quase todas as pessoas ouvidas nas entrevistas exploratórias criticam as casas, pela sua descaracterização em relação às casas tradicionais (Marlene Ribeiro, por exemplo, dizia que “*se constrói um tipo de casa no reassentamento que vai contra aquilo que são os padrões culturais locais*”), por outro lado, parece haver um certo “orgulho” sentido pelas pessoas reassentadas por viverem em casas deste tipo (um residente de Cateme (A) referia, de forma claramente emocionada, que “*na zona onde vivíamos nunca sonhámos poder ter uma casa desta, por isso damos graças a Deus, e agradecemos*”). Como refere Raposo (1999), o novo tipo de casa aproxima-se do modelo de casa melhorada a que aspiram as populações rurais num percurso de maior mobilidade social e urbanidade.

4.1.2 Educação

Em 2006, 33 % da população com mais de 15 anos não tinha qualquer nível de instrução, 36 % tinha completado o nível primário EP1 e 19 % o nível EP2¹⁵. No entanto, esta não é uma distribuição equitativa por género: enquanto apenas 20 % dos homens não tinham qualquer nível de escolaridade, nas mulheres este valor situava-se nos 68 %. Este é um padrão comum no mundo rural em Moçambique, onde as famílias tendem a privilegiar a educação dos rapazes, em detrimento da das raparigas (Austral e Impacto, 2006: 236-38), fenómeno a que ainda se assiste hoje em dia (Austral, 2006: 18). Na população até aos 17 anos, cerca de 78% frequentava o ensino escolar, destes, 84% tinha menos de 14 anos (Austral e Impacto, 2006: 236-38).

Quanto à oferta escolar, existiam 100 escolas EP1 e EP2 em todo o distrito de Moatize (Austral, 2006: 15) e na vila de Moatize já era possível garantir este nível de escolaridade a cerca de 100 % das crianças em idade escolar, mas nos meios rurais ainda faltava garanti-lo a cerca de 20 % das crianças (Austral e Impacto, 2006: 39). Funcionavam ainda programas de Alfabetização e Educação de Adultos (AEAs). A oferta educacional tem aumentado sobretudo devido à vontade da Autoridade de Educação em Moçambique, pretendendo-se atingir a “educação para todos” até 2015, no âmbito do seu programa de acção em conexão com os ODM (Austral, 2006: 15).

Em Cateme foram edificadas duas escolas, uma primária e outra secundária (Figura 4.1.10), com capacidade para 100 % das crianças e jovens reassentados, e ainda para as que já se encontravam nas áreas anfitriãs. Estas escolas foram construídas pela empresa Vale, mas foram entregues ao governo, pelo que é este quem assume a direcção da escola e a colocação de professores. A

¹⁵ EP1 é o primeiro ciclo do Ensino Primário em Moçambique e compreende as primeiras cinco classes. O EP2 é o segundo ciclo e integra as 6.ª à 7.ª classe.

construção das escolas incluiu também a construção de casas para os professores (prática comum em Moçambique nas zonas rurais).



Figura 4.1.10 – Escolas Primária e Secundária de Cateme (Joana Pedro, Junho 2011)

A população que vivia na zona peri-urbana de Moatize (Chipanga, Bagamoyo e Chithata) tinha já acesso quer a escola primária (todos estes bairros possuíam uma), quer a escola secundária (em Moatize, ou, no caso de Bagamoyo, no próprio bairro) pelo que não existiu uma grande melhoria ao nível do acesso à escola - podendo-se no entanto considerar que houve alguma melhoria nas condições materiais.

Em relação às crianças de Malabwé e Mithethe, o acesso à escola ficou muito facilitado pois estas só possuíam aulas até à 1ª e 5ª classe, respectivamente. As crianças destas comunidades têm agora melhores condições de acesso a uma instituição de ensino.

No entanto, e porque tanto as escolas nos bairros de origem como as da nova área são geridas pelo Estado, é de supor que o grau de qualidade de ensino seja semelhante ao existente previamente. Assim, muito possivelmente manter-se-ão as questões referidas nos estudos de 2006, afirmando-se que, embora a oferta escolar esteja a aumentar, a qualidade do ensino é muito baixa, devido a sobrelotação das salas, currículos desajustados e deficiente preparação dos professores (Austral, 2006: 17).

As novas escolas são referenciadas em todos os grupos focais e entrevistas, como um dos pontos positivos do reassentamento, pois *“têm boas condições, carteiras, luz, ventoinha e telhado, por isso os alunos têm sempre aulas, porque na outra escola não havia telhado e quando chovia não tinham aula”*, conforme afirmou um residente em Cateme (A) em entrevista. No entanto, o mesmo senhor refere que tem medo do futuro, pois *“o número de pessoas está a crescer e isso tem que ser equacionado na dimensão da escola”*. As turmas dos filhos dos entrevistados apresentam actualmente entre 45 a 50 alunos (valor normal em Moçambique), pelo que têm medo que no futuro as escolas deixem de ter capacidade para a integração de todos os alunos.

Em Cateme deverá referir-se também a construção de uma Estação de Conhecimento, que ainda não está em funcionamento, e que tem o objectivo de fornecer diferentes cursos técnicos à população, nomeadamente nas áreas de agricultura e pecuária.

A Estação de Conhecimento vem assim procurar dar resposta às preocupações com uma educação demasiado generalista, com um número muito baixo de pessoas com cursos técnicos (Austral e

Impacto, 2006: 40), e colmatar a falta que existe de institutos de formação técnica no distrito. Em Moatize existe apenas uma escola de ensino técnico profissional, o Instituto Técnico de Geologia de Minas, que está directamente relacionado com a exploração carbonífera da zona e com o seu passado (Austral, 2006: 16).

Em 25 de Setembro, não foram construídas quaisquer infra-estruturas escolares, mas foram reabilitadas as já existentes na vila de Moatize, para que tivessem capacidade de resposta para a nova demanda de alunos. No entanto, a população deste bairro, quer nos grupos focais, quer nas entrevistas, queixou-se da existência de *“problemas com a escola para os primeiros anos, porque as escolas são longe, e se os pais não acompanharem as crianças, não conseguem andar até lá”*¹⁶ (a escola primária está a cerca de 900 metros de distância do bairro 25 de Setembro). Dado que a maioria da população em 25 de Setembro vem de bairros peri-urbanos, que possuíam escolas primárias, este foi um retrocesso, devendo ser previsto algum tipo de escola, ou transporte escolar, pelo menos para as crianças até à 2ª classe, pois são as que têm mais dificuldades em deslocar-se.

Complementarmente, no âmbito do programa social da empresa Vale, têm ainda sido realizados alguns cursos e formações, para ajudar na gestão pública, assim como algumas actividades, nomeadamente na área do desporto, englobando não só as escolas pertencentes ao reassentamento como também as restantes escolas do distrito de Moatize.

4.1.3 Saúde

No perfil epidemiológico do distrito de Moatize destacam-se as chamadas “doenças da pobreza”, tais como diarreias, cólera, malária, tuberculose, doenças infecciosas, muitas delas relacionadas, nos tempos mais recentes, com o HIV/SIDA (Austral, 2006: 20).

O distrito, por se situar no corredor Malawi/Zimbabué, tem uma forte incidência de HIV/SIDA. Calcula-se que passem em Moatize 100 a 200 camiões por dia e existe um local chamado “Ntusi”, que lhes serve de estacionamento à noite, e que é conhecido pelos seus negócios na área da prostituição (Austral, 2006: 21). A este fenómeno junta-se, nos últimos tempos, o grande aumento do número de trabalhadores que afluem a esta área por causa dos grandes projectos económicos que têm surgido, na maioria homens, sem a sua família.

Em 2006, quando questionada sobre qual o meio a que recorrem quando estão doentes, 98 % da população dizia recorrer ao centro de saúde. Isto demonstra que os métodos tradicionais começam a ser abandonados, o que deve estar associado ao aumento do nível de instrução e à extensão e relativa eficácia da rede de serviços de saúde. No entanto, apesar de ter havido alguma expansão na rede de saúde no distrito de Moatize, esta é ainda bastante limitada para responder à procura. Existiam 12 unidades, mas apenas 2 (uma em Moatize e outra em Zobué) com internamento. Cerca de 40 % das pessoas que foram reassentadas demoravam mais de uma hora a andar para chegar a um centro de saúde (Austral e Impacto, 2006: 50-51 e Austral, 2006: 22).

Em Cateme foi construída uma nova unidade de saúde com maternidade (Figura 4.1.11), a qual foi referida em todos os grupos focais como uma das coisas positivas da mudança para o novo bairro. No entanto, o grupo focal dos líderes levantou alguns problemas sobre este centro, nomeadamente

¹⁶ Entrevista com um dos residentes de 25 de Setembro (A)

por ser muito pequeno e por não existir ambulância que possa transportar os doentes mais graves para o hospital. Um residente de Cateme (C) levantou ainda as seguintes questões durante a sua entrevista:

“Temos Centro de Saúde, mas tem problemas: a sala da consulta está ligada à zona da farmácia, e isso não tem lógica, seria melhor se fosse uma coisa separada. Tem também falta de enfermeiros. Pessoas demoram muito tempo a ser atendidas. Se a empresa ou governo aumentasse o número de enfermeiros seria outra coisa. Na maternidade um doente (...) tem que levar própria capulana e usar, por que não tem nada organizado para o doente.”

Este centro de saúde (à semelhança do que se passou com as escolas) pertence agora ao governo, que é responsável quer pela sua administração e gestão, quer pelo recrutamento dos técnicos.



Figura 4.1.11 – Centro de Saúde de Cateme (Joana Pedro, Junho 2011)

Em 25 de Setembro não foi construído nenhum centro de saúde, mas está a ser construído um hospital ao lado do bairro, que deverá servir não só o novo bairro como parte da população da vila de Moatize. Esta construção encontrava-se, na altura da realização do trabalho de campo, parada há já algum tempo, sem previsões de recomeço das obras. A população queixou-se nos grupos focais de que tem de ir ao hospital da Carbomoc, a cerca de 7 Km do bairro, sendo isto um problema principalmente para as mulheres grávidas e durante a noite. De referir que a maioria da população que está em 25 de Setembro se encontrava próxima de alguma unidade de saúde.

No âmbito das actividades do pós-reassentamento, têm também sido organizados alguns cursos na área da saúde, em particular para as gestantes, no sentido de incentivar o parto institucionalizado, assim como algumas campanhas de vacinação e desparasitação. Este trabalho é sempre feito com o envolvimento dos líderes locais e do centro de saúde.

4.1.4 Mobilidade

A população reassentada proveniente de Bagamoyo, Chithata e Chipanga habitava dentro dos limites da vila de Moatize, sendo este um ponto fundamental no seu quotidiano e nas trocas comerciais do dia-a-dia. Malabwé e Mithethe encontravam-se já mais longe da vila de Moatize, mas mesmo assim com a possibilidade de trocas mútuas, nomeadamente recorrendo à bicicleta (Mithethe e Malabwé encontravam-se apenas a cerca de 10 Km).

Actualmente, em Cateme a população está a uma distância de cerca de 36 Km da vila de Moatize, e a 11 km da estrada principal (N7). Estes 11 Km que distanciam Cateme da estrada principal são

feitos por uma estrada de terra batida, em mau estado de conservação, o que torna o seu acesso de difícil (Figura 4.1.12).



Figura 4.1.12 – Estrada que liga a Cateme à N7 (Joana Pedro, Junho 2011)

Embora já comecem a existir alguns serviços de chapa¹⁷, estes são ainda muito diminutos, pelo que toda a população dos grupos focais se queixou de dificuldades de transporte para a vila de Moatize. Isto é particularmente crítico tendo em conta que foi criada uma grande expectativa na população sobre novos postos de trabalho, que se encontram na vila de Moatize, e que a esta distância e sem um sistema regular de transportes se encontram vedados à população reassentada.

No bairro de 25 de Setembro, embora se encontre dentro dos limites da vila de Moatize, os grupos focais dos líderes e dos jovens queixaram-se de não haver chapa de ligação entre a estrada principal e o bairro (cerca de 1 Km).

4.1.5 Segurança

Em ambos os reassentamento, 25 de Setembro e Cateme, surgiu nalgum dos grupos focais a queixa de a criminalidade ter aumentado nos últimos tempos e culpam a falta de ocupação dos jovens, pois, ao contrário das expectativas levantadas, a maioria não tem emprego.

Em relação a estruturas de combate à criminalidade, em 25 de Setembro existem as que já existiam no bairro anfitrião antes do reassentamento e em Cateme foi construído um posto policial. Este posto não estava inicialmente previsto no PAR, tendo surgido a discussão sobre a sua necessidade no âmbito da Comissão de Reassentamento.

4.1.6 Organização espacial dos novos aglomerados

Nas comunidades que se encontravam nas zonas rurais, o uso do solo atendia predominantemente a actividade agrícola e de pastoreio. A ocupação do território dava-se através de “grupos de palhotas” que se conectavam por acessos de terra batida (Rio Doce Moçambique, 2006b: 23- 24).

Estas comunidades contavam com poucos equipamentos de uso colectivo, que se limitavam, na sua maioria, à presença de pequenas escolas primárias e às “sedes” das organizações político-administrativas locais (Figura 4.1.13) (Rio Doce Moçambique, 2006b: 23-24).

¹⁷ Transporte semicolectivo utilizado em Moçambique

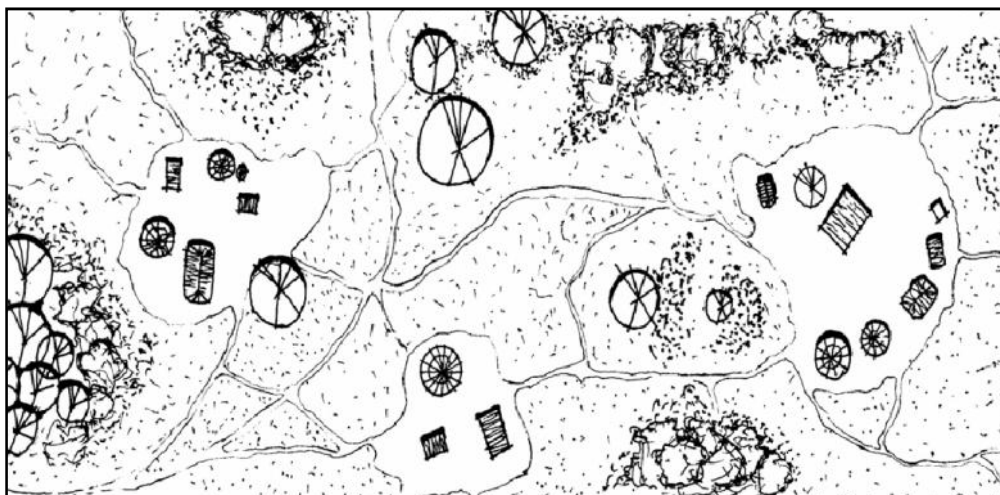


Figura 4.1.13 – Tipo de ocupação do solo nas áreas rurais (fonte: Diagonal Urbana, 2006)

O novo aglomerado de Cateme foi desenhado em talhões perfeitamente lineares e vias ortogonais, com uma planta em nada semelhante às plantas tradicionais (Figura 4.1.14), com talhões residenciais e não residenciais e áreas verdes, seguindo o modelo das aldeias comunais (Raposo, 1999).

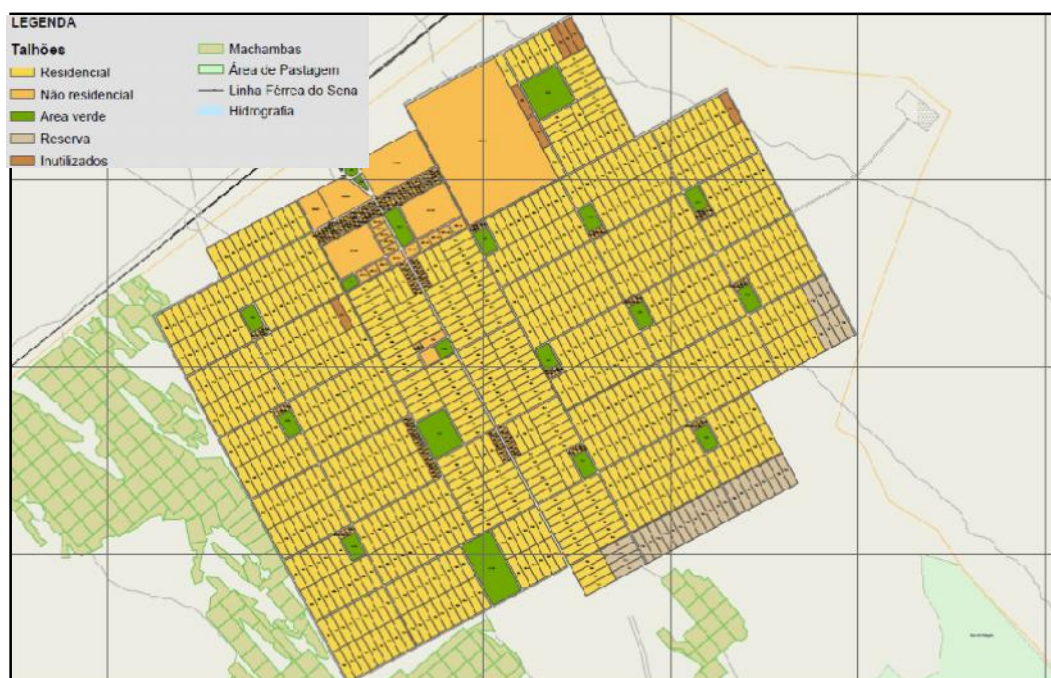


Figura 4.1.14 - Planta geral de Cateme¹⁸

Esta organização contrasta muito com a organização espacial habitual e obriga a que se crie uma nova forma de vivenciar o espaço.

Tal como referido no caso da habitação, embora de fora se sinta que o bairro perdeu a “sua vida”, também neste caso se vê nas pessoas algum orgulho nesta nova organização espacial. Os jovens, no grupo focal, frisaram como uma das coisas boas do novo bairro o facto de as “casas estarem bem

¹⁸ Cedida pela empresa Vale em Junho de 2011

organizadas em termos de parcelamento” (Figura 4.1.15) e um residente de Cateme (A) referia que *“estas casas estão bem organizadas, com a comunidade em arruamentos, enquanto antes estava tudo baralhado. Assim parece que é uma nova vida e realmente é impressionante esta maneira de viver, e ninguém sonhava viver numa maneira como esta”*. Mas esta afirmação demonstra também uma total rotura com a vivência no anterior bairro, enfatizando como a nova configuração implica uma nova forma de viver, aqui referenciada como algo de positivo.



Figura 4.1.15 - Visualização da organização espacial das casas (Joana Pedro, Junho 2011)

Nas áreas peri-urbanas da região, os assentamentos caracterizavam-se pela adopção de um padrão misto de ocupação do território: em parte seguiam a estrutura física dos núcleos urbanos, mantendo as actividades rurais como a agricultura familiar e a criação de animais (Rio Doce Moçambique, 2006b: 22-23).

O processo de aparecimento e ampliação destes bairros não obedece a um planeamento físico específico e a sua forma é irregular, com incidência em ruas curvilíneas e espaços comuns definidos, na sua maioria, pela presença de elementos naturais de importância para a comunidade. O uso do solo é predominantemente habitacional, com presença de poucos equipamentos de uso colectivo, tais como escolas primárias, igrejas, posto de saúde, “sedes” de organizações político-administrativas e campos de futebol (Figura 4.1.16) (Rio Doce Moçambique, 2006b: 22-23).

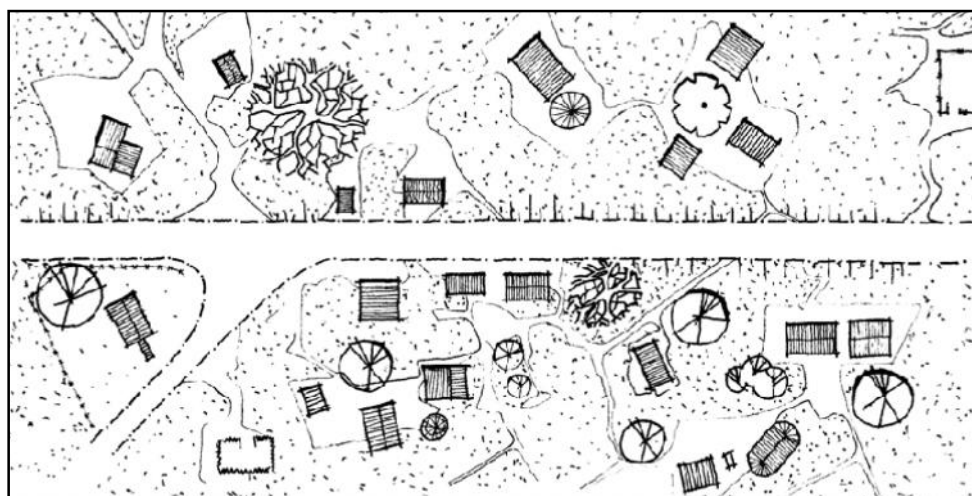


Figura 4.1.16 – Tipo de ocupação do solo nas áreas peri-urbanas (fonte: Diagonal Urbana, 2006)

O reassentamento peri-urbano foi realizado numa extensão do bairro peri-urbano 25 de Setembro, mantendo o mesmo nome e seguindo o mesmo padrão referido para Cateme (Figura 4.1.17).



Figura 4.1.17 – Planta Geral de 25 de Setembro¹⁹

À semelhança do que se passa em Cateme, também no caso de 25 de Setembro parece haver um orgulho por alguns dos residentes nesta nova organização, expresso por um dos residentes e 25 de Setembro (A), ao dizer que *“as casas têm um bom alinhamento e estão bem organizadas”*. No entanto, este orgulho não se sentiu de forma tão forte quanto em Cateme, talvez porque, embora estejam também muito longe da realidade em que viviam, a diferença não é tão grande como a da maioria da população que foi reassentada em Cateme.

Além da questão da forma de organização rectilínea, tão diferente da tradicional, é impossível não reparar na falta de espaços livres, locais de lazer e espaços centrais que possam constituir pontos de encontro para a população. Em Cateme, à volta dos fontanários foram deixados talhões não habitacionais, que deveriam ser utilizados por quem queria construir lojas ou para construir antigos espaços comuns, como igrejas, mas isto parece não acontecer.

Um residente de Cateme (A) queixava-se de que, no *“caso das igrejas e assim, foi dado espaço e indemnização, mas o dinheiro foi pouco para voltar a conseguir erguer essas igrejas, por isso as pessoas estão a rezar dentro da residência”*, e outro residente (C) foi entrevistado dentro da sua banca de negócios, que construiu no próprio quintal, e não nos locais previstos no planeamento.

Em 25 de Setembro todos os grupos focais se queixaram da falta de campo de futebol e sítios de divertimento.

¹⁹ Cedida pela empresa Vale em Junho de 2011

Parece assim haver um desfasamento entre o planeamento e a realidade e a falta de sítios centrais poderá ser também um motivo de desestruturação das comunidades, uma vez constituem locais-chave para a construção de comunidades e vizinhanças, ao levarem a três gestos fundamentais: juntar, centrar e ligar (*gathering, centering, linking*) (Friedmann, 2009).

Além da questão da organização espacial em si, interessa ainda perceber a organização das vizinhanças, pois, em particular em comunidades rurais com baixos rendimentos, são fundamentais as redes sociais informais, as quais funcionam como redes de suporte social e privilegiam a vizinhança como fonte de recrutamento dos seus membros.

Durante o reassentamento, as pessoas foram parte integrante do processo de escolha e definição das vizinhanças. Assim, as mulheres em 25 de Setembro apontam como uma das coisas positivas do novo bairro a mudança de vizinhos. E um residente de Cateme (A) refere que *“foi muito boa a forma como se organizaram com os vizinhos, em cada talhão podíamos escolher onde ficávamos”*.

4.1.7 Apropriação do espaço (*Sense of Place*)

De uma maneira mais ou menos profunda, as populações identificam-se com os seus espaços residenciais. Francisco (2010) defende que é essa identidade, operada através de elementos comuns aí presentes, que produz condições apropriadas para os mais variados processos.

Segundo o mesmo autor, é esta apropriação do território por parte das aglomerações humanas que as leva a constituir uma comunidade, na medida em que a organização do quotidiano leva à criação de canais particulares de expressão, assim como cria relações que, de modo limitado, cumprem diversas funções. A comunidade é o quotidiano e os indivíduos e grupos que partilham condições sociais e, face a elas, organizam o seu ambiente de relações dentro de uma dinâmica própria.

A importância desta apropriação do espaço para o bem-estar da população não pode ser subestimada. De facto, o espaço onde a comunidade se constrói dá aos indivíduos e grupos um sentimento de segurança e um sentimento de controlo do próprio destino (Windsor, 2005).

Assim, o facto de os indivíduos perderem o seu espaço de pertença tem graves impactes. As alterações do espaço transformam-se numa perda de protecção espiritual dos antepassados, perdendo estas pessoas, em simultâneo, a sua entidade enquanto grupo e a ligação à terra enquanto indivíduos.

O processo de reassentamento é encarado como a expressão mais profunda de perda, a partir da qual não é mais possível controlar o espaço físico, que conseqüentemente se traduz numa perda de identidade individual, com a mudança para um local novo e estranho.

No reassentamento em estudo, a maioria da população, 87%, declarava que tinha sempre vivido nos locais de onde foi desalojada, embora a família fosse na maioria proveniente de outro local (Austral e Impacto, 2006: 16-18) - algo que se entende historicamente devido à grande afluência populacional que Moatize teve na altura de funcionamento das minas, devendo parte da população ter chegado a esta região, onde se viria a instalar.

Este apego ao local onde viviam foi expresso em diferentes ocasiões durante o trabalho de campo, nomeadamente por um homem do grupo focal de 25 de Setembro que dizia que o local de onde saíram era o *“sítio onde cresceu e sempre viveu e por isso sentiam-se amarrados lá”*, ou no comentário de um dos residentes de Cateme entrevistados (B), ao afirmar que:

“Desde que saí nunca voltei a Malabwé porque, se voltar lá e vir pessoas a pescar e pessoas nas *machambas*, vou mudar de ideias e vou voltar. Quando muito vou a Moatize, mas não vou nas *machambas*, se não vou mudar a minha cabeça”.

Será difícil que as pessoas sintam agora que este é o seu bairro, principalmente devido à falta de envolvimento na sua efectiva construção, que leva a que muitos sintam que o bairro não lhes pertence a eles, mas à empresa, como expressa um dos residentes de Cateme (C):

“A empresa, desde o momento em que nos tiraram de lá para aqui, não nos podem deixar abandonados. Têm que nos estar a acompanhar até... Aqui somos hóspedes, não temos onde ir, na nossa visão não temos como sobreviver, temos que ter comida aqui, e a empresa tem que dar apoio, (...) Lá sabíamos e tínhamos para onde ir e sabíamos como viver, era a terra da origem. Mas aqui esta terra é nova para nós, tudo sempre é novo, tudo é novo para nós.”

Deverá notar-se, no entanto, que embora a maioria da população afirme ter sempre vivido no mesmo local, muitas destas pessoas não consideram os anos de guerra civil, em que a maioria foi forçada a deslocar-se das suas áreas de origem - pelo que a experiência de desterritorialização acompanha já a memória de parte significativa da população na província de Tete. No entanto, esta desterritorialização está associada, para a maioria da população, a algo traumático, desta forma, se por uma lado, pode contribuir para uma melhor adaptação às novas formas de vida, por outro lado pode contribuir para o medo e a falta de abertura a esta mudança.

Actualmente as equipas sociais das empresas Diagonal e da Vale estão a trabalhar no programa de pós-ocupação, que tem como objectivo que as pessoas aceitem que este bairro é realmente delas, que se desvinculem do reassentamento da empresa e sejam elas próprias a desenvolverem-no. No entanto, demorará muito tempo para se voltar a criar o tecido social perdido e, segundo Scudder, citado por Windsor (2005), demorará pelo menos duas gerações até que as pessoas assumam o novo bairro como efectivamente seu.

4.1.8 Cultura/Sagrado

Em relação à religião, em 2006 60% dos habitantes diziam não ter nenhuma (o que significa que praticam a religião tradicional), 21% diziam pertencer à igreja evangélica, 15% à católica e apenas 1% à islâmica (Austral e Impacto, 2006: 42).

O mundo dos espíritos é bastante influente nestas comunidades, principalmente nas rurais: a causa de todos os azares e doenças é sempre explicável pelo envolvimento dos espíritos e a rotina diária é quebrada esporadicamente por momentos de festa e cerimónia (Austral, 2006: 72).

Quase todas as cerimónias envolvem pessoas da família, vizinhos e membros da comunidade que queiram participar. As festas são normalmente acompanhadas pelo som do batuque e pelas danças e muitas incluem convívio social onde são servidas comida e bebida tradicional (alcoólica) (Austral, 2006: 72). Estas cerimónias têm normalmente a liderança do curandeiro, que tem um papel muito importante na vida das pessoas e na estrutura da sociedade (notar que, no âmbito do presente trabalho, os grupos focais com os líderes tiveram sempre a presença de algum curandeiro).

Com o reassentamento, as pessoas foram obrigadas a alterar o seu espaço físico e, conseqüentemente, também as expressões culturais se alteram, observando-se um duplo fenómeno ao nível das práticas culturais tradicionais: por um lado, algumas práticas deixam de ter lugar, devido à sua ligação com a Natureza; e por outro, certas cerimónias são adaptadas à nova realidade.

A cerimónia Sembe, por exemplo, que corresponde a uma cerimónia pública conduzida pelo líder da comunidade e pelos anciões, consistindo na evocação dos ancestrais para eliminar males que afectam a comunidade (como secas, pragas, mortes, entre outros) e expressar gratidão (por boas colheitas, sabedoria, protecção), era realizada pelos habitantes de Chipanga junto ao rio Moatize, com um simbolismo próprio e importante. Nas condições actuais, a cerimónia Sembe passou para o nível familiar e nem sempre o líder da comunidade e os anciões participam (Aurecon, 2010).

Em relação aos cadáveres sepultados nos locais de reassentamento, estes foram exumados ou não, segundo a vontade da família (a maioria foi exumada). Estas exumações foram feitas respeitando todas as cerimónias e costumes necessários. No entanto, a maioria das pessoas do meio rural tem cemitérios familiares e não existe o hábito de se visitar os locais onde as pessoas são enterradas. As pessoas são enterradas sem campas ou algo semelhante e só se volta ao local ou para novos enterros ou noutras situações específicas. Os cemitérios são todavia lugares sagrados, que correspondem às terras onde estão enterrados os antepassados e por isso têm uma grande importância simbólica.

Assim, a criação de novos cemitérios colectivos leva a que as pessoas criem novas relações com os mortos, diferentes das que tinham, o que na opinião de Tomás Selemene “*criou uma ferida no imaginário colectivo da população*”. Já segundo Marlene Ribeiro “*a relação com os mortos, não se tendo perdido, teve que se adaptar a esta nova forma de estar*”. No entanto, esta adaptação não deverá ser tão fácil quanto esta última frase possa transparecer, são crenças de muitas gerações que terão agora que se modificar, será preciso sarar esta ferida no imaginário colectivo e só depois começará a real adaptação.

Relativamente ao processo de saída da população, este foi feito tendo em conta o respeito pela cultura e pelo sagrado, pelo que as próprias pessoas puderam decidir quais as cerimónias que seria preciso realizar, quer nas áreas de onde iam sair, quer nas novas áreas anfitriãs. No caso das áreas anfitriãs, as cerimónias efectuadas tiveram em conta quer as pessoas reassentadas, quer a população que já lá vivia.

A questão do sagrado só foi levantada no grupo focal das mulheres de Cateme, que se queixou de uma cerimónia familiar que não foi feita como deveria ter sido. Em todas as entrevistas com os técnicos que trabalharam no reassentamento esta questão foi referida como uma das mais delicadas e complicadas do processo de reassentamento.

4.2 CONDIÇÕES AMBIENTAIS

4.2.1 Sistema de abastecimento de água

Para abastecimento de água, as comunidades peri-urbanas utilizavam fontanários colectivos instalados pelo governo local, enquanto as comunidades de Mithethe e Malabwé usavam apenas rios e lagos. A primeira usava o rio Revúboè, que tem água disponível durante todo o ano, e a segunda usava uma lagoa formada a partir de uma trincheira aberta na década de 70 (Rio Doce Moçambique, 2006b: 32-33). A maioria da população encontrava-se a menos de meia hora dos locais de recolha de água e não gastava dinheiro com a água. E aqueles que o faziam raramente gastavam mais de 50 meticais (cerca de €1.10) mensais (Austral e Impacto, 2006: 24-27).

Actualmente, Cateme é abastecida através de fontanários e em 25 de Setembro as pessoas têm acesso a água canalizada no seu próprio quintal.

Em Cateme estava prevista a construção de um depósito de água de betão numa montanha próxima da localidade, que abasteceria por gravidade toda a comunidade através de fontanários. No entanto foram antes construídos ao longo do aglomerado diversos depósitos em plástico, que, para poderem servir os fontanários por gravidade, foram colocados sobre estruturas de madeira. Este sistema de abastecimento tem um tempo útil de vida relativamente baixo (Figura 4.2.1).



Figura 4.2.1- Depósito e fontanários em Cateme (Joana Pedro, Junho 2011)

Para elevar a água para os reservatórios existem bombas que funcionam com electricidade, pelo que os grupos focais das mulheres e dos líderes referiram o problema de não haver água sempre que há um corte na electricidade, sendo este um fenómeno relativamente frequente e que às vezes demora muito tempo a resolver.

Os jovens queixaram-se de que os fontanários estavam distantes uns dos outros, uma preocupação que não foi no entanto referida pelas mulheres (nem no grupo focal de mulheres, nem no de líderes, que também era composto por algumas mulheres). Dado ser o papel de ir buscar água exclusivamente delas e das crianças, é de esperar que a distância e quantidade de fontanários não seja um problema.

A disponibilidade de água para outros fins que não o consumo humano parece ser um problema maior, tendo-se a população queixado, nos grupos focais, da falta de água para agricultura e para os animais. De facto, sem nenhuma fonte natural de água nas imediações do novo assentamento (como um rio, represa ou pequeno lago), não foram pensadas quaisquer outras alternativas que permitissem à população armazenar água, sendo os fontanários construídos a única opção para a sua obtenção.

Um residente de Cateme (B) expressa bem este problema dizendo que no novo local “*a temperatura está boa, mas não têm água e sem água não se arranja dinheiro aqui*”.

Em 25 de Setembro existe encanamento de água ligado ao sistema de abastecimento público em todas as casas, de modo que todos os agregados possuem uma torneira no seu quintal. No entanto, nos grupos focais as pessoas queixaram-se por terem agora de pagar um preço muito alto pela água. Segundo o grupo focal das mulheres, agora têm de pagar entre 300 a 1000 meticais por mês (cerca de 6 a 22 euros), valor bastante significativo se se tiver em conta que antes a maioria da população gastava menos de 50 meticais mensais, e que o salário mínimo nacional para a área de agricultura se estabelece nos 2005 Mtc (cerca de €46). A quem não consegue pagar este valor a água é cortada e as pessoas têm de recorrer aos fontanários do bairro vizinho, pagando para tal um valor semelhante ao que pagavam no bairro de origem.

A água era consumida sem qualquer tipo de tratamento, o que, segundo as autoridades de saúde, é um factor determinante no índice de incidência de diarreias e cólera, que têm uma forte expressão no perfil epidemiológico do distrito (Austral e Impacto, 2006: 24-25 e Austral, 2006: 20). Embora não existam estudos feitos neste sentido, pressupõe-se que a água continue a ser consumida sem qualquer tratamento, mas, sendo as fontes de água agora mais fiáveis em termos de qualidade, espera-se que isso possa contribuir para a diminuição daquele tipo de doenças.

4.2.2 Acesso a energia

Para cozinhar a maioria da população usava, em 2006, lenha (91 %) ou carvão (8%). A maioria dos agregados quase não despendia dinheiro para o uso deste recurso. Assim os gastos tendiam a limitar-se ao tempo e esforço exercido nesta tarefa (Austral e Impacto, 2006: 31). Actualmente a maioria da população deverá continuar a usar estes recursos, tendo sido este o sistema encontrado nas casas visitadas. De notar que em 25 de Setembro é agora muito difícil encontrar lenha, pelo que a maioria da população deverá ter de gastar dinheiro na compra de carvão ou de percorrer longas distâncias para obter a lenha.

Em relação à iluminação, apenas 12 % dos agregados familiares recorria à electricidade antes de serem reassentados, recorrendo o resto da população a lenha, carvão, petróleo e velas (Austral e Impacto, 2006: 33).

Em Cateme foi colocada iluminação pública apenas na avenida principal, e, ao redor desta, foram instalados todos os agregados que já tinham electricidade e que continuaram a ter também no novo assentamento. Todas as outras casas têm instalação eléctrica montada, mas a rede não chega lá. Desta forma, têm sido feitas puxadas de energia de forma informal e, aos poucos, a rede tem sido expandida pelos próprios moradores.

Em 25 de Setembro foi colocada iluminação pública e todas as habitações estão também ligadas à rede, independentemente da situação que tinham antes do reassentamento. Este facto foi dado como positivo em todos os grupos focais; no entanto, os jovens e homens queixaram-se de alguma deficiência nas instalações eléctricas, nomeadamente nas públicas, que segundo os mesmos não desligam durante o dia e por isso fundem muito rapidamente, não sendo depois substituídas.

4.2.3 Instalações sanitárias

Relativamente às instalações sanitárias, em 2006 84 % da população dizia não utilizar qualquer tipo de instalação (Austral e Impacto, 2006: 28), e, quando existiam, predominava o sistema de latrinas melhoradas ou convencionais. Nas comunidades rurais, os dejectos produzidos eram lançados directamente no solo nas vizinhanças dos núcleos habitados (Rio Doce Moçambique, 2006b: 33).

Nos novos assentamentos, como referido no ponto sobre a habitação (4.1.1), todas as casas, independentemente de pertencerem ao reassentamento de tipologia rural ou urbana, têm uma edificação que inclui a casa de banho e latrina melhorada (Figura 4.2.2).



Figura 4.2.2 – Edificação sanitária (vista exterior; vista interior da casa de banho; vista interior da latrina) (Joana Pedro, Junho 2011)

Em Cateme não houve quaisquer comentários sobre as latrinas, mas, dada a limpeza das que foram visitadas, ficaram algumas dúvidas sobre se estas são realmente utilizadas para as suas funções. De facto, tradicionalmente, quanto existem, as latrinas não se localizam habitualmente tão próximas das habitações e a sua construção, sem campanhas de sensibilização associadas, poderá não ser suficiente para a respectiva utilização. Não foi, no entanto, identificado qualquer outro tipo de utilização das mesmas durante o período de trabalho de campo.

Em 25 de Setembro a questão das latrinas já surgiu nos grupos focais, com queixas sobre o seu mau funcionamento, por a canalização não estar bem feita e entupir com bastante facilidade (Figura 4.2.3).



Figura 4.2.3 - Indícios de problemas na latrina (vestígios de inundação no chão e exemplo de local onde tiveram de escavar um dreno do tubo da casa de banho para que água conseguisse escoar – neste caso, para a via pública) (Joana Pedro, Junho 2011)

Em termos de sustentabilidade, importa referir que as latrinas, ao encherem, devem ser tapadas e deve ser construída uma latrina noutra local. O facto de terem sido feitas com materiais inacessíveis à maioria das pessoas e de a técnica do seu funcionamento não ter sido explicada levará a que a população sozinha não tenha provavelmente capacidade para mudar as latrinas de local quanto isso se tornar necessário. Este problema é maior em 25 de Setembro pela falta de espaço disponível.

4.2.4 Tratamento e disposição de resíduos

A recolha do lixo deveria ser da responsabilidade do município, mas este não tem conseguido dar resposta ao problema.

Em 2006 a maioria das pessoas dizia que deitava o lixo no quintal (cerca de 61%), 21% enterrava-o no quintal e 13% queimava-o (Austral e Impacto, 2006: 28). Apesar deste sistema precário, não se encontravam pontos de acumulação de grandes quantidades de lixo, o que se devia, em princípio, à pequena geração de resíduos sólidos pela população, devido ao baixo poder de compra (Rio Doce Moçambique, 2006b: 35).

Em Cateme mantém-se o cenário de não se encontrarem pontos de grande acumulação de lixo, com excepção da área do novo mercado, onde a população criou um buraco para o poder enterrar. Já em 25 de Setembro observam-se alguns amontoados de resíduos (Figura 4.2.4), principalmente em valas abertas na altura das chuvas para drenagem das águas. Isto deverá acontecer, por um lado, por a maioria das pessoas ter maiores rendimentos que em Cateme, gerando por isso mais resíduos e, por outro lado, por as pessoas se encontrarem mais aglomeradas.



Figura 4.2.4 - Zonas de amontoamento de resíduos em 25 de Setembro (Joana Pedro, Junho 2011)

Não houve qualquer referência aos resíduos em nenhuma das entrevistas ou grupo focais, não parecendo ser este um problema para a população.

4.3 CONDIÇÕES ECONÓMICAS

4.3.1 Produção agrícola

A população reassentada, quer de Cateme, quer de 25 de Setembro, tal como a maioria da população moçambicana, tem na agricultura familiar a sua fonte de subsistência (Austral, 2006: 25) e são os ritmos da agricultura que estruturam o quotidiano das populações e que garantem a sua sobrevivência, mesmo das que estão nos bairros peri-urbanos. A agricultura não é especializada e

também por isso apresenta grande risco, sendo apenas preciso que a chuva falhe para se entrar num período de fome. Além disso, é muito pouco produtiva, com uso de técnicas muito arcaicas (Austral e Impacto, 2006: 68 e Austral, 2006: 26-27).

Nesta área as pessoas produzem essencialmente milho, meixoeira e mapira e a maioria da população não possuía árvores de frutos (Austral e Impacto, 2006: 69-70).

O estilo de agricultura dita a dieta da população, muito semelhante e pobre ao longo de todo o ano, o que está por detrás de uma forte incidência de má nutrição e de doenças relacionadas (Austral e Impacto, 2006: 70 e Austral, 2006: 21).

Esta área tem ainda um grande potencial e uma prática significativa de produção animal e 66% dos agregados familiares diziam ter algum animal de criação, dos quais 60% são bovinos. Importa destacar que a maioria da população não usa estes animais directamente na sua alimentação, tendendo a guardá-los para usar como moeda de troca em alturas de necessidade.

A maioria da população moçambicana vive em zonas rurais (68%) da população vive no campo, dedicando-se à agricultura, que é a grande fonte de rendimentos das famílias. No entanto, por insuficiência de recursos (financeiros, humanos qualificados, acesso à tecnologia) e por se continuar a utilizar técnicas de cultivo rudimentares, os camponeses dependem ainda das condições naturais do clima e muitas vezes os resultados não chegam para compensar os recursos gastos no processo de produção, o que conduz à perpetuação da situação de miséria em que muitos camponeses se encontram (Francisco, 2010).

O reassentamento deveria ter na agricultura familiar um dos pontos-chave para a sua sustentabilidade, através de uma passagem de um sistema de sequeiro para um sistema de irrigação, de um tipo de agricultura com técnicas muito arcaicas para outro que recorra a novas técnicas, mais produtivas e sustentáveis (evitando a agricultura de corte e queimada, que apresenta um alto impacte ambiental negativo), pelos incentivos à organização da população em associações e cooperativas e acesso a créditos e subsídios agrícolas.

No entanto, em relação à atribuição de terras, no reassentamento peri-urbano de 25 de Setembro, as famílias não tiveram direito a *machambas*. Estava previsto que o tivessem, mas, passado um ano do reassentamento, não houve ainda atribuição de terrenos para este fim por parte do governo. Se é verdade que em todos os agregados aqui reassentados existia pelo menos uma pessoa com algum trabalho fixo, que garantia algum rendimento, a agricultura familiar, tal como visto nos estudos realizados, continuava a ter um papel fundamental no seu orçamento mensal. Assim, o facto de estes agregados terem perdido as *machambas* é, sem qualquer dúvida, um impacte muito negativo que poderá gerar o agravamento das situações de pobreza, que, a acontecerem num bairro onde, por exemplo, a água é paga, poderão degenerar em situações graves e crónicas.

Algumas pessoas de 25 de Setembro têm ainda recorrido às suas antigas *machambas*, mas a maioria está dentro da delimitação dos terrenos da empresa Vale, e mesmo as que não o estão, devido à vedação colocada pela empresa, encontram-se muito longe das áreas de habitação, tal como explicou um dos residentes em 25 de Setembro (A):

“Todas as pessoas antes tinham as suas *machambas* e há pessoas que querem ainda agora ir para as suas *machambas* que ficaram fora da concessão da Vale, mas por causa das vedações da Vale têm que fazer grandes rotas e fica difícil passar.”

A importância das *machambas* para famílias peri-urbanas tem sido amplamente estudada no contexto africano, sendo estas consideradas uma importante fonte de rendimentos extra para trabalhadores industriais (Andræ, 2006: 208) e de extrema importância face a crises ou problemas (vide, por exemplo, Gefu, 1992 e Mlozi, 1992). Assim, o reassentamento destas famílias só deveria ter acontecido após decisão do governo não só sobre o local de edificação das casas, mas também sobre os locais das *machambas*.

No caso de Cateme, foi atribuído 1 ha de machamba a cada família (embora o acordado fossem 2 ha). No entanto, também neste caso, diversos problemas se têm observado em relação às *machambas*, conforme a descrição de um dos entrevistados em Cateme (A):

“Em relação às *machambas*, aqui é necessário outra técnica de produção, usando adubo. A empresa deu adubo, mas as pessoas não sabiam como usar e por isso cada um vendeu o adubo. Existem pessoas que não têm *machambas* porque lhes foram arrancadas pelos antigos donos. Muitas das zonas de machamba têm um grande número de pedras e não dá para cultivar.”

O facto de haver *machambas* retiradas às populações pelos antigos donos levanta um problema real, que é o de o reassentamento ter levado também a um outro pequeno reassentamento. De facto, a área de Cateme, tinha já população residente, a qual foi reassentada juntamente com a população que veio da área de Moatize. Existiam também *machambas* nesta área, tendo sido os donos indemnizados pela sua perda.

A questão da fraca produtividade das *machambas* foi também referida por todos os grupos focais, apresentando como justificações para tal: fraca aptidão do solo, invasão das *machambas* por animais e falta de água.

Não foi possível de comprovar a fraca aptidão agrícola dos solos, embora tenha sido queixa permanente n os fóruns de discussão, principalmente devido ao excesso de pedras. O único dado recolhido relativamente a este parâmetro é o relatório feito no período de pesquisa de áreas anfitriãs, que considerava que esta área tinha apenas uma aptidão agrícola moderada (Rio Doce Moçambique, 2006c: 29). No entanto, o facto já antes ali existirem *machambas*, e de os antigos donos continuarem a vir reclamá-las, poderá denotar que pelo menos algumas zonas terão alguma aptidão. A reclamação poderá ter a ver com, independentemente do acordado institucionalmente com a empresa, o sistema costumeiro implique que os novos residentes tenham de pagar alguma coisa aos antigos donos para obterem as suas *machambas* ou fiquem com os piores terrenos como o mostraram vários estudos sobre as Aldeias Comunais (Raposo, 1999 e Geffray, 1991).

Relativamente à invasão das *machambas* por animais, é um facto que as *machambas* atribuídas se situam muito próximas das casas, ao contrário do que acontecia antes do reassentamento, quando mais de 50% da população dizia gastar mais de uma hora para lá chegar (Austral e Impacto, 2006: 68). Este facto devia-se, em parte, ao facto de as pessoas procurarem os terrenos com melhor aptidão agrícola para as suas plantações, mas também ao facto de os animais que as pessoas possuem andarem tipicamente soltos pela aldeia, destruindo *machambas* que estejam muito perto dos povoados. O caminho que as pessoas tinham de fazer todos os dias para chegar às suas *machambas* é muitas vezes visto como um momento de socialização.

Outra questão muito falada foi a da falta de água para a agricultura e também para a pecuária, levantada principalmente pela comunidade de Malabwé, que praticava a sua agricultura nas margens

do rio Revúboè. Importa notar que antes do reassentamento a maioria da população cultivava também diversas verduras, sobretudo nas zonas baixas dos rios, que serviam fundamentalmente para a própria subsistência (Austral e Impacto, 2006: 69-70).

Se o objectivo do reassentamento deve ser a melhoria da qualidade de vida da população, isto terá de passar, sem dúvida, pela transformação das práticas actuais de cultivo, muito primitivas e ambientalmente insustentáveis, e, principalmente, pela mudança da agricultura de sequeiro para uma agricultura que use a irrigação.

Um dos residentes de Cateme entrevistados (C) propunha, para resolução deste problema, que a empresa concedesse um empréstimo para se poder montar uma bomba, de forma a ir buscar água aos rios Marazué ou Moatize. Desta forma, a empresa emprestaria dinheiro a um conjunto de pessoas, as quais o iriam depois pagando ao longo do tempo.

Por um lado, neste caso específico, um sistema de irrigação não deve ter de ser conseguido através de um empréstimo, sendo sim um direito de uma população que foi obrigada a sair do sítio onde tinha a sua agricultura estabelecida e acesso a água para um sítio sem esse acesso. Por outro lado, a ideia deste residente é muito interessante do ponto de vista de estratégias de desenvolvimento agrário através de estruturas que possam financiar pequenos projectos agrícolas, fundamentais para o desenvolvimento do tipo de agricultura praticado.

É de referir que no período de pós-reassentamento está a haver um esforço efectivo para o desenvolvimento de novas técnicas de plantio, através de campos de demonstração de resultados desenvolvidos nos quintais de dez famílias. Está no entanto a existir uma grande resistência, nomeadamente por a população estar habituada a que se atenda às suas necessidades imediatas, não pensando normalmente a longo prazo.

Além do que está a ser feito, quando da realização do trabalho de campo estava uma equipa de técnicos especializados em desenvolvimento agrário no local, com o objectivo de estabelecer um plano de acção para os próximos anos, para melhorar a prática agrícola e pecuária de todas as famílias reassentadas.

Este trabalho já deveria, no entanto, ter começado antes da própria deslocação das populações, e não será suficiente se questões como o direito a terra para plantar ou a água para utilizar na agricultura não foram tomadas em consideração no delineamento do processo de reassentamento. Ainda assim, está provado que, em média, o acesso à extensão rural aumenta a produção agrícola em cerca de 8,4% nas zonas rurais em Moçambique (Hanlon, 2008: 362). Assim, esta forma de trabalho directo com as populações, se contextualizada culturalmente e permitindo que a própria população tenha um papel no delinear do processo, poderá levar a um maior rendimento agro-pecuário no futuro.

4.3.2 Estratégias de sobrevivência

As famílias, antes do reassentamento, apresentavam rendimentos muito baixos, com cerca de 72 % da população a viver abaixo do limiar da pobreza²⁰. 71% da população era activa, sendo a agricultura

²⁰ Limite diário de dinheiro considerado pelo Banco Mundial como necessário para satisfazer as necessidades básicas da população. Este limite é actualmente de 1,25dolares, mas era de 1dólar na altura em que este levantamento foi efectuado.

o sector que ocupava a sua maioria. Os restantes trabalhavam como funcionários públicos (4%), em empregos privados (6%) ou a “fazer biscates” (6%). Muitas das pessoas abaixo dos 15 anos também trabalhavam, fenómeno que é muito comum nas zonas rurais de Moçambique (Austral e Impacto, 2006: 56).

Além da agricultura, à qual se deu especial atenção pelo papel que representa para a população, existiam, como evidenciado nas estatísticas, diversas outras estratégias de sobrevivência que foram interrompidas, conforme se pode ler em seguida, em excertos das entrevistas realizadas a dois dos residentes em Cateme (A e B):

“Aqui não se vive melhor, porque não há maneira de apanhar dinheiro, enquanto em Malabwé era fácil: as senhoras iam às *machambas*, apanhavam capim, atavam lenha, atavam peixe e iam vender, e os homens também faziam esteiras e conseguiam cada um sobreviver, agora aqui não há nenhum recurso e isso é uma grande dificuldade.

Nesta família em particular, capinava-se, como a machamba era no rio a qualquer altura tinham hortaliça que podiam ir vender no mercado [as mulheres], eu fazia esteiras [em Cateme não existe o caniço para fazer esteira].”

“Ficámos aqui, ficamos sem nada a fazer, ficar só aqui, parece criança, ficar só, sem fazer dinheiro igual a gente fazia. Nesta época lá tínhamos milho, batata-doce, quiabo e tomate. Eu pescava e fazia isco. E a mamã trabalhava comigo nas *machambas*. Agora as *machambas* aqui não têm nada. Também ficar sem fazer dinheiro não é de jeito nenhum, se não temos que aprender a roubar, é triste. Tem muita gente a sair a voltar para fazer esteira e outras coisas para ganhar dinheiro.”

Também nos grupos focais estas questões foram levantadas. Os jovens em Cateme diziam que antes pegavam num molho de lenha, levavam-no na bicicleta até à vila de Moatize e vendiam-no. Algo que agora se torna muito difícil, pois o reassentamento foi feito a cerca de 30 Km da vila de Moatize.

De facto, o reassentamento de pessoas e comunidades em zonas muito distantes dos seus locais de residência, e portanto dos recursos produtivos e mercados de que dispõem, é considerado um dos factores que dificulta a reposição de estratégias de sobrevivência, o que parece estar já a acontecer em Cateme.

No aglomerado rural surgiu já um mercado informal (Figura 4.3.1). No entanto, este mercado serve apenas as pessoas locais, com pouco poder de compra, não existindo assim entrada de dinheiro exterior que possa estimular a economia. Um facto constatado por um dos entrevistados em Cateme (C), que possui um pequeno estabelecimento comercial:

Na loja o negócio não está a entrar conforme, lá fazia mais negócio, problema do movimento, porque famílias aqui apanhar dinheiro é muito difícil. Amanheceu e é só sentar, não têm nada que fazer, nem horas nem mesmo pensar em cortar lenha e ir vender, onde ir vender? Não tem sítio para ir vender. Por isso o movimento aqui é muito reduzido, mas com razão que as famílias não têm dinheiro.



Figura 4.3.1 - Mercado informal de Cateme (Joana Pedro, Junho 2011)

Outras formas de trabalho foram também subestimadas no processo de reassentamento, nomeadamente a pesca, a que a população de Malabwé recorria, não tendo existido nenhum estudo neste sentido. Há também a questão das olarias, cujos proprietários foram compensados monetariamente, mas sem qualquer contrapartida para pessoas que, não sendo proprietárias, ali trabalhavam.

As actividades de olaria não foram reiniciadas, em Cateme porque a localidade fica muito longe de pontos de venda, e em 25 de Setembro porque agora é preciso pagar uma licença, e as pessoas não parecem dispostas a passar do sistema informal em que viviam para o sistema formal, que normalmente se fecha a populações com menores capacidades financeiras.

O técnico Va-A referia que:

“As actividades que eram desenvolvidas eram só mesmo de sobrevivência, e hoje, quando se fala em programas sociais, estamos a falar de oportunidades das pessoas se desenvolverem usando as capacidade que têm e obtendo até rendimentos maiores do que os que tinham. Mas é também uma questão de opção das pessoas entre ficar na sobrevivência ou começar a trabalhar para vender um pouco mais.”

No entanto, não parece haver nenhuma estratégia concreta para permitir que tal aconteça. Antes de as pessoas serem fisicamente reassentadas, as condições para as estratégias de sobrevivência já devem estar bem delineadas e até já ter sido iniciadas na área para onde se vão mudar, para que seja mais fácil a adaptação. Em particular se se está a falar de pequenos projectos, como uma associação de agricultores ou camponeses, o ideal é criar as condições para as pessoas desenvolverem essas actividades no local ainda antes de serem reassentadas.

A médio e longo prazo, e na ausência de estratégias sustentáveis para a contornar, esta situação poderá traduzir-se num crescente descontentamento por parte das populações e resultar no agravamento da base económica de sobrevivência e na eclosão de conflitos sociais.

4.3.3 Acesso a emprego

Um inquérito feito entre 1995 e 2002 conclui que a maioria da população (33% no urbano e 25% no rural) considera o desemprego como o principal problema que Moçambique enfrenta, e só depois vem a falta de comida, educação, saúde ou água (Hanlon, 208: 352).

Este foi um problema levantando em todos os grupos focais, insistindo um dos residentes em Cateme (A) que *“se houvesse um projecto que pudesse facilitar empregar as pessoas daqui era bem-vindo”*.

De facto, a maioria da população reassentada está desempregada, e é de extrema relevância que as pessoas estejam agora a uma maior distância das áreas de implementação do projecto. Estas populações, que são as mais afectadas pelo projecto, estão muito limitadas no acesso às oportunidades de emprego por ele criadas. Num contexto de grandes expectativas relativamente às oportunidades de emprego, esta situação pode tornar-se um factor de geração de conflitos sociais.

Existe uma Estação de Conhecimento, que irá entrar em funcionamento até 2012, com cursos profissionalizantes, apresentada como medida para o combate ao desemprego.

No entanto, não desprezando a sua importância no âmbito da formação, a verdade é que, observando o mundo real, não podemos deixar de ver, tal como realça Yunus (2006:302), que os

pobres o são não porque lhes falta formação ou porque sejam analfabetos: são pobres porque não podem conservar rendimentos do seu trabalho.

Os programas de formação não devem incidir na implantação de novas competências, mas em desenvolver aquelas que as pessoas já possuem. Muitas vezes as novas competências são transmitidas de forma a que os formandos se sintam ignorantes e, em vez de desenvolver competências, muitos programas destroem de facto as competências naturais das pessoas, fazendo-as sentir-se inferiores (Yunus, 2006: 302-303).

Esta questão está patente na conversa com um dos residentes de Cateme entrevistado (A), sobre um curso que fez: *“já houve um curso «Cozinha Moçambique» e no fim recebemos certificados, mas agora falta sítio onde empregar o que aprendemos, para podermos ganhar dinheiro com isso.”*

Yunus (2006: 301) destaca ainda que os pobres não necessitam que lhes ensinem a sobreviver, porque isso já eles sabem. Será mais importante dar à população reassentada acesso a crédito ou a oportunidades de emprego, que lhes permitam pôr em prática competências que já possuem. O dinheiro que ganham torna-se, pois, num instrumento chave para que possam adquirir novas competências no futuro.

4.4 QUALIDADE DE VIDA

É difícil analisar a qualidade de vida das pessoas reassentadas, principalmente porque ainda não passou tempo suficiente desde a sua deslocação e ainda se estão a adaptar à nova realidade. É também difícil esta análise ser feita por uma pessoa exterior, dada a subjectividade inerente ao conceito. A população reassentada será a melhor para avaliar se a sua qualidade de vida piorou ou melhorou, pois este índice difere de local para local, de cultura para cultura e mesmo de indivíduo para indivíduo em função daquilo que são as prioridades e objectivos de cada um.

Quase unanimemente, as pessoas entrevistadas na fase exploratória responderam que achavam que a qualidade de vida da população teria diminuído. Nos questionários realizados (ainda que os seus resultados tenham de ser usados com cautela), embora a maioria tenha respondido que a vida piorou, ou piorou muito, existe ainda uma percentagem relevante (28% em 25 de Setembro e 34% em Cateme) que considera que a qualidade de vida melhorou ou melhorou muito após o reassentamento. Os dados recolhidos, devido ao limitado tempo de campo, não permitem fazer uma correlação entre estes resultados e as estruturas familiares ou grupos sociais. Mas interessa notar que, como mostrou Raposo (1999) para o processo das Aldeias comunais em Manica, a capacidade de adaptação e de apropriação das novas condições é variável, havendo sempre alguns grupos sociais, mesmo nos reassentamentos mais violentos, que conseguem tirar partido da nova situação de aglomeração e melhorar as suas condições de vida.

Em termos de condições sócio-espaciais, houve uma melhoria clara em questões como a saúde e a educação para a população que foi reassentada em Cateme. Esta melhoria não foi partilhada pelas pessoas reassentadas em 25 de Setembro que, embora se situem dentro do perímetro urbano de Moatize, encontram-se mais longe do hospital e da escola primária. Em relação aos outros indicadores sócio-espaciais, não é linear se houve uma melhoria ou um retrocesso, embora pareça ter existido alguma falha em transportar a identidade cultural das pessoas para esta nova realidade. A

tendência de melhoria ou não dependerá da adaptação das pessoas à nova realidade, sendo ainda muito cedo para a avaliar.

Em termos de condições ambientais, embora existam ainda alguns problemas que devem ser ultrapassados, todos os indicadores parecem ter melhorado em relação à situação em que a população vivia.

Já as condições económicas parecem ter piorado, em qualquer um dos reassentamentos, seguindo assim o que Cernea (1996: 24-26) apresentava na sua curva dos rendimentos do reassentamento (vide Figura 1.2.1). É difícil perceber quanto tempo demorará a fase de transição e ajustamento, durante a qual os rendimentos se mantêm baixos, e se os reassentados conseguirão efectivamente estabelecer uma nova curva de rendimentos, que lhes permita chegar ao valor que tinham anteriormente, ou até superar esses valores.

Assim, existiu claramente uma grande mudança, e poderá considerar-se que a população se encontra agora mais próxima de uma urbanização social, mas será impossível dizer se a qualidade de vida melhorou ou piorou num período tão curto. Isto deverá voltar a ser avaliado mais tarde, sendo provavelmente a categoria das condições económicas e a da apropriação do espaço as mais decisivas para esta melhoria ou retrocesso na qualidade de vida (sendo estas as categorias que mais desestruturadas se encontram nesta altura).

Com base na análise efectuada, avalia-se de seguida se foram evitados ou não os riscos inerentes aos reassentamentos, segundo o modelo de Cernea (1999: 17-18) (vide secção 1.2.2), apresentando-se, para os casos em que estes riscos se mantêm, sugestões de como deveriam ter sido evitados ou como podem ainda ser remediados:

- **Risco de ficar sem terra** – Em Cateme, ainda não sendo uma realidade, este risco existe devido aos conflitos com os antigos ocupantes das machambas, havendo uma parte da população reassentada que se queixa de ter perdido as suas terras. Em 25 de Setembro este risco tornou-se uma realidade pois a população perdeu as suas terras agrícolas e assim a base dos sistemas produtivos e dos quotidianos construídos.

Em Cateme, para se evitar este risco, teria tido que se perceber os sistemas costumeiros da população local, e regido as aquisições de terra também segundo esses sistemas. De facto, embora a indemnização exigida pela lei moçambicana tenha sido atribuída aos antigos donos das *machambas*, é provável que eles continuem a sentir a terra como sua, sentindo-se no direito de a usar ou até de a ceder, mas mediante um valor e aluguer mensal ou anual. Será importante agora tentar remediar o problema com respeito pelas formas e direitos tradicionais.

Em relação a 25 de Setembro, este risco poderia ter sido evitado se o processo de desalojamento e realojamento da população só tivesse ocorrido depois da disponibilização da terra para a prática agrícola por parte do governo. Para remediar agora este problema, enquanto não for disponibilizada esta terra, deveria ser dado acesso à utilização das terras que, dentro da concessão da empresa Vale, não estejam ainda a ser utilizadas. Não sendo possível este acesso, deveria ser equacionado outro tipo de compensação, evitando no entanto a compensação monetária, que só aumentaria a dependência destas populações.

- **Risco de perda de emprego** – Dada a distância dos habitantes de Cateme à vila de Moatize e ao projecto de mineração da Vale, uma estratégia de empregabilidade apontada apenas para a formação deverá levar a um grau de desemprego crónico da população. Para remediar esta situação deveriam ser criados esquemas de transporte entre Cateme e a Vila de Moatize e o projecto, de modo a proporcionar transporte para quem quer usufruir das oportunidades de trabalho destas áreas. Deveria ainda ser pensado num sistema de micro-crédito, para pequenos projectos, assim como incentivos financeiros e institucionais a cooperativas e pequenas empresas.

O bairro de 25 de Setembro mantém-se dentro do perímetro urbano da vila de Moatize, pelo que a população continua próximo dos seus empregos e pode ainda usufruir das novas oportunidades que este novo projecto de mineração pode trazer.

- **Risco de perda de habitação** - Este risco foi evitado, pois todas as pessoas tiveram direito a habitação. No entanto, o facto de as casas terem sido feitas com um tipo de construção e materiais a que a população não tem acesso poderá levar a questões críticas de futuro, nomeadamente em relação aos jovens, que provavelmente já não quererão voltar ao tipo de casa tradicional, mas também não terão possibilidade de construir uma casa com estas condições. Este risco poderá assim ser uma realidade para ambos os reassentamentos.

Deveria ter sido estudada a possibilidade de utilização de técnicas de construção com terra, utilizando os materiais que as pessoas já conhecem, mas empregando novas técnicas, mais resistentes, ainda assim acessíveis à maioria da população.

Actualmente poderia ainda ser estudada a construção de algumas infra-estruturas com técnicas de arquitectura de terra, usando a mão-de-obra local, de modo a que a população possa aprender as novas técnicas, e tenha vontade de fazer as suas próprias casas de futuro desta forma, e não com os blocos de betão utilizados nas casas do reassentamento, para os quais a maioria não tem condições económicas.

- **Risco de Marginalização** - No caso de Cateme, este risco foi bastante agravado com a distância a que a população foi colocada da vila de Moatize. Foi-lhes desta forma vedada uma série de hipóteses de emprego, quer na vila de Moatize, quer no projecto. A população reassentada foi vítima de marginalização económica e geográfica, pelo que o reassentamento de Cateme deveria ter sido feito mais perto do local onde a população residia. Como este risco está muito ligado ao risco de perda de emprego, as mesmas medidas de remediação deverão adequar-se a este caso.

No caso de 25 de Setembro, embora não tenha existido uma marginalização geográfica, a população perdeu uma das suas estratégias produtivas - as suas *machambas* - o que deverá levar ao seu empobrecimento. Por outro lado, os novos projectos de mineração da região têm criado uma nova economia, desenvolvida para os trabalhadores da obra, que se encontra vedada à população já residente. Esta população está então a sofrer situações de marginalização económica.

- **Risco de insegurança alimentar** - Este é um risco que se encontra num grau bastante elevado, dada a fraca produtividade das *machambas* (em Cateme), ou a sua inexistência (em

5 de Setembro), e ainda devido o empobrecimento da população em resultado da quebra das suas actividades produtivas.

Relativamente a 25 de Setembro as medidas de mitigação deverão ser as previstas no risco de perda de terra. Em relação a Cateme, deverão ser tomadas medidas relativas à disponibilidade de água para a agricultura, à cedência de financiamentos e créditos para a compra de insumos ou para outros projectos. Dever-se-á também continuar a apostar no sistema de extensão, com formações e ensino de novas técnicas de cultivo, e ajuda aos pequenos agricultores.

- **Risco de aumento da mortalidade** – Em Cateme não só este risco não se coloca, como provavelmente se irá assistir nos próximos anos a uma diminuição da taxa de mortalidade, devido à proximidade de unidades de saúde e a um maior acompanhamento da população, nomeadamente ao nível da educação para a saúde, havendo já, por exemplo, um aumento evidente de partos institucionalizados. A situação é diferente no bairro peri-urbano de 25 de Setembro, que agora se encontra mais longe do hospital, prevê-se no entanto que, no futuro, com a construção do novo centro de saúde no bairro, este siga também a tendência de Cateme.
- **Risco de perda de acesso a recursos comuns** - A perda de recursos comuns não foi contabilizada no processo de ambos os reassentamentos, pelo que estes não foram compensados e são hoje um dos factores que mais constrangimento coloca ao nível das estratégias de sobrevivência. Principalmente em Cateme, onde se perderam fontes de água que eram usadas para a agricultura e pecuária, lenha usada para uso próprio e para venda, caniço usado nas esteiras, entre outros. Por este motivo, deveria ter sido efectuado um inventário, e a população compensada pelos recursos perdidos.
Nomeadamente em relação à água, esta poderá ainda ser represada, ou poderá ser montado um sistema de irrigação que permita o acesso da população. Em relação aos caniços ou recursos semelhantes, poderão ser feitos estudos para perceber se existem outros materiais que possam ser usados. Em alternativa, deverão ser feitas pesquisas sobre outros tipos de actividades que possam substituir as anteriores.
- **Risco de desarticulação social** - Este risco é praticamente impossível de evitar. No entanto, foi feito um esforço efectivo para que fossem mantidas as relações entre as várias pessoas das comunidades, assim como com as estruturas de poder tradicional em ambos os tipos de reassentamento.

Como referido, passado apenas um ano desde o reassentamento, é ainda muito cedo para perceber como será a vida das populações no futuro - para entender se os principais riscos do reassentamento são evitados e se a qualidade de vida melhora. Será fundamental que exista agora um trabalho contínuo com a comunidade, dirigido principalmente para a sustentabilidade do reassentamento, permitindo que esta se continue a desenvolver, mesmo depois de os técnicos sociais saírem do local.

Este esforço terá no entanto que ser feito não “para” a população, mas “com” a população. Tal como refere Bénard da Costa (1994: 30) estas populações não são vítimas passivas à espera de ajuda, mas são actores que desenvolvem as suas próprias estratégias conducentes à sua sobrevivência.

Desta forma, é necessário sobretudo perceber quais as reais capacidades e estratégias das pessoas para se evitar a tendência de se ajudar como os actores sociais acham que elas precisam, desprezando as suas reais necessidades.

5 DOS IMPACTES ÀS OPORTUNIDADES: REASSENTAMENTOS NA PROVÍNCIA DE TETE

O reassentamento efectuado pela empresa Vale não é único nesta província. Após a descoberta de uma das maiores jazidas de carvão do mundo houve uma enorme afluência de empresas de mineração à região e, neste momento, uma grande parte da área da província encontra-se já concessionada para prospecção e exploração mineira (conforme se pode ver na Figura 4.4.1) - o que, a realizar-se, implicará a existência de mais reassentamentos. Está também prevista para esta província a construção de três grandes barragens (Mphanda Nkuwa, Boroma e Lupata), e a este rápido crescimento junta-se ainda a construção de infra-estruturas associadas, como estradas, pontes ou caminhos-de-ferro, que, embora em número mais pequeno, levarão também ao desalojamento de famílias.

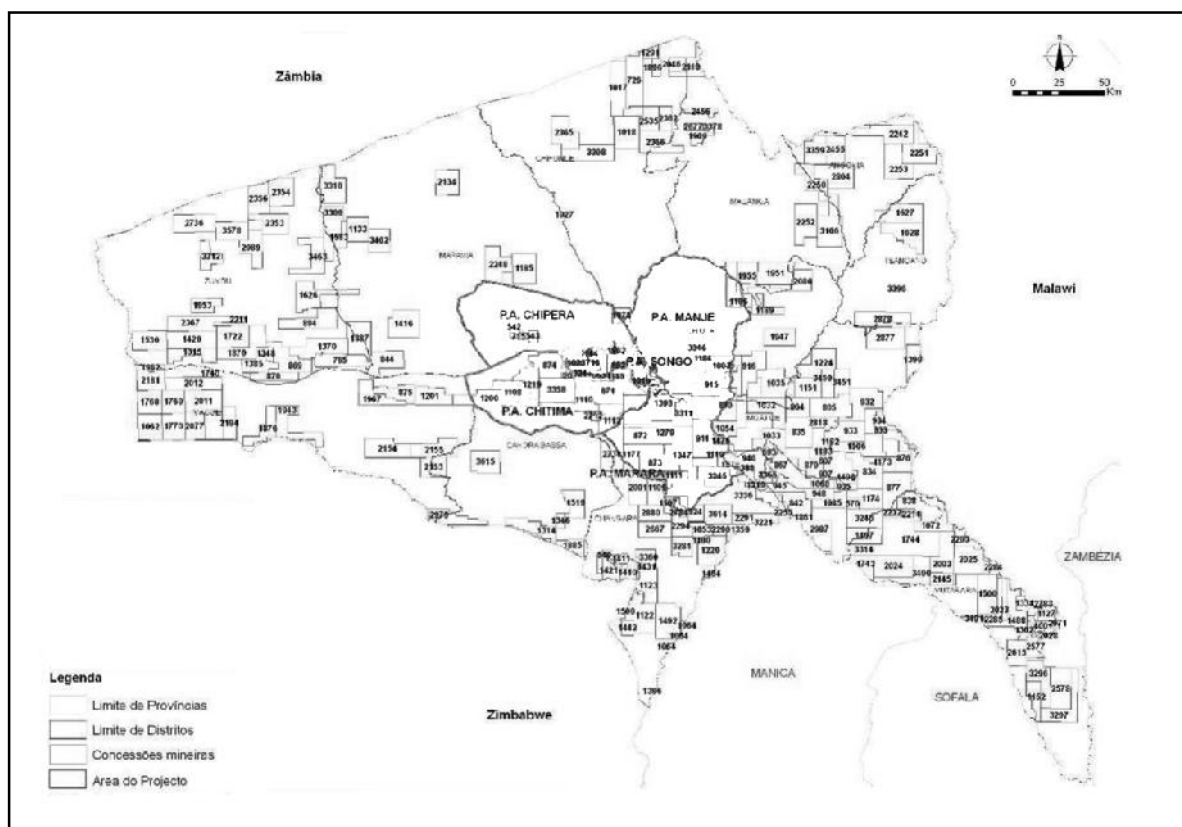


Figura 4.4.1 - Licenças de prospecção mineira atribuídas na Província de Tete (adaptado de: Coba e Impacto, 2011)

São dezenas de milhares de famílias que, nos próximos anos, se irão transformar em “refugiados do desenvolvimento”, pelo que serão necessárias medidas cautelares para evitar a eclosão de conflitos sociais como resultado destes desalojamentos e reassentamentos maciços.

Um dos problemas já visíveis neste momento relaciona-se com a disponibilidade de terra. De facto, para a maior parte destes novos projectos (especialmente aqueles ligados à indústria mineira), a ocupação de terra e a deslocação de pessoas será um dos impactes mais significativos, já que a actual distribuição de licenças de prospecção mineira na região limita a disponibilidade de espaços

adequados para o potencial reassentamento de comunidades. Os recentes exemplos de reassentamento na região (além do reassentamento efectuado pela empresa Vale, foi efectuado um reassentamento de dimensões similares pela empresa Riversdale, actual Rio Tinto, tendo sido formada a vila de Muaradzi, a cerca de 20 Km de Cateme) mostram que estas limitações resultam no reassentamento de pessoas e comunidades em zonas muito distantes dos seus locais de residência, e portanto dos recursos produtivos e dos mercados de que dispõem, o que pode vir a dificultar a reposição das suas estratégias de sobrevivência. A médio e longo prazo, e na ausência de estratégias regionais sustentáveis para contornar esta situação, isto poderá traduzir-se num crescente descontentamento por parte das populações e resultar na eclosão de conflitos sociais. Esta situação é ainda mais grave numa altura em que se começa a falar de reassentamentos trans-provinciais.

Há contudo que referir que as iniciativas de reassentamento podem também constituir oportunidades concretas de desenvolvimento, particularmente numa óptica de ordenamento territorial e melhoria da disponibilidade e do acesso a infra-estruturas sociais, se estas mudanças forem empreendidas com as comunidades e não contra elas. Isto requer, necessariamente, a inclusão e participação das comunidades afectadas e o envolvimento das autoridades provinciais e distritais, na concepção de uma estratégia integrada de desenvolvimento económico e social orientada para as comunidades rurais e mais pobres.

Neste sentido, na província de Tete poderia ser considerado o estabelecimento de um plano de ordenamento do território, por parte do governo provincial, onde se definissem áreas que, pelas suas condições favoráveis, boa aptidão agrícola e elevada densidade populacional, não pudessem ser concessionadas. Este plano deveria ser gerido pelo governo provincial (pelos serviços provinciais da Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial - DINAPOT), mas implicaria uma grande coordenação entre diferentes níveis governamentais, nomeadamente entre os serviços provinciais e o Ministério dos Recursos Minerais (MIREM) e Ministério da Obra Públicas e Habitação (MOPH). O impacto deste tipo de plano dependeria ainda da capacidade institucional do governo provincial.

Poderia ser estabelecida também a obrigação por parte do governo, de, por cada concessão mineira cedida, serem delimitadas, como contrapartida, áreas dentro da própria concessão, ou da província, com boas condições para o reassentamento da população afectada. Para tal, seria necessário que o Ministério dos Recursos Minerais (MIREM) – órgão competente para a definição de concessões de exploração mineira – acrescentasse uma cláusula nos contractos de concessão estabelecidos entre as empresas de mineração e o governo. Para que isto fosse possível seria necessário, por parte do governo central, uma diferente abordagem face à mineração, pois a actual lei (Lei 14/2002 – que se encontra actualmente em revisão), no ponto 4, artigo 43, estabelece que, ao ser emitida uma concessão mineira, todos os direitos de uso e aproveitamento da terra aí existente são considerados extintos mediante o pagamento de uma indemnização justa e razoável ao titular dos direitos. Desta forma, as comunidades a viver em áreas de concessão mineira não encontram os espaços de continuidade dos seus modos de vida tradicionais e identitários protegidos pelo Estado.

Mesmo com a existência de planos de ordenamento eficazes, e mesmo evitando alguns dos projectos previstos, prevê-se que os reassentamentos em massa nesta província prossigam, pelo que urge pensar a longo prazo de modo a evitar que se gerem problemas sociais dramáticos. Para tal, será necessário olhar para o problema de forma integrada, tentando minorar os impactes negativos decorrentes destes reassentamentos e perceber as oportunidades da criação destes pequenos centros urbanos numa área essencialmente rural. A questão que se coloca é se estes centros têm condições para se tornar motores do desenvolvimento da região, através do estímulo do desenvolvimento rural, funcionando como uma ligação entre o urbano e o rural. Se seria possível que estes centros, por estarem mais perto dos pequenos agricultores, funcionassem como incentivo à produção familiar, através da expansão dos serviços de assistência técnica e disponibilização de matérias-primas.

Embora ideologicamente muito diferentes quer dos aldeamentos portugueses, quer das aldeias comunais do pós independência, que constituíram em ambos os casos um objectivo *per se* e não consequência de um outro processo de desenvolvimento, não se pode deixar de fazer algum paralelismo entre esta situação e a existente nesses dois períodos.

Partindo do pressuposto de que estes reassentamentos são inevitáveis, importa recapitular o que correu mal nos casos passados. Como aponta nomeadamente Raposo (1999), a partir do estudo das aldeias comunais da região vizinha de Manica, destaca-se a forma autoritária e coerciva como decorreu o processo, a desadequação dos modelos às diferenças étnicas e culturais da população e o incumprimento de determinados pressupostos anunciados. A aprendizagem histórica e a análise das recentes experiências de reassentamento na província, como as relatadas nesta dissertação, poderão permitir pensar nestes reassentamentos não só em termos de impactes negativos, mas principalmente em termos das oportunidades que a criação de pequenos centros urbanos pode trazer para o desenvolvimento da região, que estão patentes em Cateme pelo acesso a escolas e a postos de saúde, pela proximidade da estação de conhecimento, pela futura elevação deste aldeamento a posto administrativo, e pelas casas que já começam a nascer à volta do assentamento.

Para que este modelo fosse efectivamente possível, deveria existir uma interacção entre os diferentes níveis, sendo desejável que o governo regional tenha algum nível de decisão no desenvolvimento de programas regionais, para que possa resolver os constrangimentos tão específicos de cada pequena cidade e região, e cabendo ao governo central o importante papel da criação de legislação que enquadre os reassentamentos. Actualmente não existe qualquer lei específica, estando apenas legislada a necessidade de compensação dos bens. Em projectos grandes, e principalmente em empresas com projecção internacional, normalmente assumem-se as melhores práticas internacionais (nomeadamente as orientações do Banco Mundial). No entanto, estas são muito gerais e frequentemente difíceis de adaptar à realidade local. A legislação a criar deve ser sobretudo virada para o processo de reassentamento em si, com definição clara dos papéis dos diferentes intervenientes, enquanto questões como as tipologias das casas ou infra-estruturas deverão ter abertura para que se possa expressar a multiculturalidade que caracteriza Moçambique e as especificidades das diferentes populações a reassentar.

Esta linha de pensamento enquadra-se numa política de descentralização a que se vem a assistir no país desde a década de 90, que teve a sua primeira base legal na lei 3/94 (Quadro Institucional dos Distritos Municipais), mais tarde revogada pela lei 2/1997 (Canhangá, 2008: 95-96), e que em 2006 levou à introdução do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OILL), popularmente conhecido como “7 milhões”, que pretendia contribuir para a redução da pobreza através do financiamento de projectos individuais de produção de comida e de geração de emprego e de renda (Sande, 2010: 207).

Estas considerações encontram-se ainda em consonância com o PARP 2011-2014, que estabelece três objectivos gerais fundamentais (República de Moçambique, 2011: 12):

- Aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira,
- Promoção de Emprego decente, com enfoque na facilitação e desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas.
- Aposta no Desenvolvimento Humano e Social, providenciando acesso aos serviços de saúde e educação de qualidade, bem como a programas de protecção social, uma vez que cidadãos educados e saudáveis são necessários para poder incrementar a produção e produtividade agrícola e assegurar maior promoção de emprego.

Encontra-se também em consonância com o PEDSA 2011-2020, que tem como objectivo estratégico geral “*contribuir para a segurança alimentar e a renda dos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável garantindo a equidade social e de género*” (Ministério da Agricultura, 2011: 34), assente nos seguintes pilares (Ministério da Agricultura, 2011: 35-50):

- Pilar I: Produtividade Agrária – Aumento da produtividade, produção e competitividade na agricultura contribuindo para uma dieta adequada;
- Pilar II: Acesso ao Mercado – Serviços e infra-estruturas para maior acesso ao mercado e quadro orientador conducente ao investimento agrário;
- Pilar III: Recursos Naturais – Uso sustentável e aproveitamento integral dos recursos terra, água, florestas e fauna;
- Pilar IV: Instituições – Instituições agrárias fortes.

Desta forma, o desenvolvimento de pequenos centros urbanos, como forma de desenvolvimento rural, apresenta-se enquadrado na política e estratégia do país.

A possível melhoria da qualidade de vida, induzida através de uma urbanização social nestes reassentamentos, poderá contribuir ainda para a fixação das populações nos pequenos centros urbanos criados, contribuindo para a contenção da urbanização ecológica, como referia Friedmann em 1978, ao mesmo tempo que contribuirá para diminuir as diferenças sociais, especialmente entre as áreas urbanas e rurais.

Importa no entanto sublinhar que, de acordo com as experiências passadas, o sucesso destes centros urbanos requer que sejam feitos “para” e “com” as pessoas reassentadas, adaptados à sua própria realidade, de modo a que as comunidades não acabem marginalizadas naquele que deveria ser primordialmente o seu espaço. Existem múltiplos casos documentados de marginalização das

populações reassentadas noutros contextos²¹. No reassentamento analisado em Moatize, esta tendência é emergente, como testemunham as entrevistas em Cateme que referem que algumas pessoas abandonaram ou alugaram as suas casas.

Não obstante o apresentado, seria uma visão preconceituosa imaginar que todas as pessoas que serão reassentadas buscam efectivamente esta urbanização. O modo de vida rural, e em particular o modo de vida tradicional destas populações, não pode ser menosprezado, e deverá ser respeitada a vontade de assim continuar, devendo para tal existir sempre essa opção nos reassentamentos. Aliás, o sucesso destes pequenos centros urbanos surge, em parte, pelos laços próximos com a comunidade rural, o que sugere que esta comunidade rural continue a existir, e que seja um elemento fundamental para qualquer política de desenvolvimento que se queira construir.

²¹ A cidade de New Halfa, criada originalmente para reassentar o povo Nubian, que foi retirado das suas terras devido à construção de uma nova barragem, foi crescendo em termos económicos na região de costas voltadas para a cultura e tradição deste povo, que aos poucos foi abandonando a cidade, encontrando-se agora encurralado entre as periferias da cidade e o rio (Ahmad, 1990).

CONCLUSÕES

Num mundo cada vez mais urbanizado, com sociedades de consumo cada vez mais globalizadas e com maiores necessidades de recursos, a necessidade de terreno para a construção de grandes infra-estruturas e grandes empreendimentos tem também aumentado, levando todos os anos ao desalojamento de milhões de habitantes do mundo rural, que se tornam “refugiados do desenvolvimento”.

Em nome do desenvolvimento, estas pessoas são expulsas das suas terras e privadas das suas redes sociais, das suas práticas e ambientes de ruralidade, e transportadas para pequenos aglomerados, onde são obrigadas a adaptar-se a um modo de vida mais urbano.

Este trabalho procurou olhar para os “refugiados do desenvolvimento” através do caso de estudo do reassentamento efectuado pela empresa Vale, em Moatize, no noroeste de Moçambique, tendo procurado perceber de que forma esta mudança afectou as suas vidas e como se alterou a qualidade de vida da população devido à urbanização a que foi sujeita.

Analisando os vários indicadores escolhidos para avaliar a qualidade de vida, registaram-se progressos quer nos indicadores relativos a condições básicas, como os de saúde, de educação, de acesso a água potável e energia, quer nos relativos às condições ambientais, que dependem em grande medida da construção de infra-estruturas. Em relação aos outros indicadores mais imateriais, observou-se uma franca recessão, pela incapacidade de investir na identidade cultural da população e na reestruturação dos seus quotidianos e estratégias de sobrevivência. Esta incapacidade reflecte-se agora no empobrecimento de algumas famílias e no sentimento, por parte da população, de viver como hóspede e de os novos bairros não lhe pertencerem.

Esta falha resulta, em parte, da falta de participação da população. O reassentamento é, antes de mais, um processo *top-down*, em que as pessoas são forçadas a deixar o seu território familiar sem que tenham qualquer participação nessa tomada de decisão. Neste caso, o contacto com os habitantes teve essencialmente um carácter informativo: a população foi sendo informada sobre o projecto e de como a empresa estava a planear o reassentamento, sem efectivamente participar no processo. Foi exemplo desta situação o caso da consulta feita à população sobre a questão das casas: as pessoas foram chamadas a manifestar a sua opinião durante as visitas às casas-modelo, mas numa fase em que o projecto estava quase fechado, sem margem para grandes alterações. Também na comissão de reassentamento não havia qualquer representação da comunidade, pelo que a sua voz nunca fez parte das decisões que definiram o futuro das suas vidas.

Esta situação conduziu a que a população trate o empreendimento como pertencente à empresa Vale, o que está patente na forma como assumem os problemas actuais do bairro, remetendo constantemente para a empresa a sua resolução. A apropriação do espaço pela população teria sido mais fácil se, desde o início, ela tivesse sido envolvida e tivesse participado activamente nas diversas etapas do processo, tais como: a escolha do local de reassentamento (usando para tal os seus conhecimentos empíricos quer em termos de aptidão agrícola, quer em termos espirituais); o desenho e a escolha dos materiais de construção da habitação (segundo aquelas que são as suas técnicas); a escolha da forma de organização do aglomerado (que respeitasse o seu quotidiano); e ainda a

construção das suas casas e das infra-estruturas do bairro (algo que faz parte das referências da população, que há gerações constrói as suas próprias casas).

Contudo, a análise efectuada carece de um maior aprofundamento futuro, pois reconhece-se uma grande mudança na vida das pessoas, mas é difícil analisar factualmente os níveis de qualidade de vida, até porque decorreu pouco tempo desde a deslocação. A população está a adaptar-se à nova realidade e o trabalho do reassentamento ainda não se encontra concluído.

Uma melhoria da qualidade de vida requer um trabalho continuado com a comunidade e que se invista na mitigação dos riscos do reassentamento que não foram minimizados e se tornaram uma realidade. É o caso, nomeadamente, da perda de terra para *machambas* da população de 25 de Setembro, que não tem onde cultivar e perdeu assim o seu sistema produtivo e parte dos seus hábitos quotidianos; da perda de emprego e marginalização em Cateme, frutos essencialmente da grande distância à vila de Moatize e ao local de implantação do projecto, que estão a conduzir a um empobrecimento da população; da insegurança alimentar, devida sobretudo à fraca aptidão agrícola das *machambas* em Cateme, à sua inexistência em 25 de Setembro e ao empobrecimento da população que foi reassentada; e da perda de acesso a recursos comuns, que nunca foram contabilizados durante o processo.

Conclui-se, neste estudo de caso, que a população poderá ainda melhorar a sua qualidade de vida se lograr apropriar-se do espaço em que habita e recriar as suas estratégias de sobrevivência, esforço que deverá contar com o apoio do projecto responsável pela sua desestruturação. Por outro lado, esta população realojada, por ser a mais negativamente afectada pelo projecto, deveria ser a primeira a partilhar dos seus benefícios. Para isto, o reassentamento, quando inevitável, deverá ser uma prioridade para os projectos de desenvolvimento, em vez de ser tratado como uma externalidade.

As acções de acompanhamento do reassentamento, a serem implementadas por técnicos sociais, deverão ter em vista a sua auto-sustentabilidade, de forma a que a qualidade de vida das populações continue a aumentar, mesmo após a saída da equipa de técnicos do local. Para que estas acções possam decorrer da melhor forma, será necessário um sistema de monitorização e avaliação baseado em indicadores socioeconómicos, que possam em diversos momentos dar indicação aos técnicos sobre os resultados das suas acções.

A eventual melhoria da qualidade de vida no reassentamento de Moatize é induzida sobretudo pela urbanização social, através do acesso a algumas infra-estruturas urbanas e sociais básicas. Assim sendo, estes aglomerados e todos os que se prevêem criar para reassentar a população deslocada pelos projectos em curso, na província de Tete, poderão contribuir para um desenvolvimento rural da região que favoreça a contenção da urbanização ecológica, ou seja, a expansão das cidades, e diminua as diferenças sociais, especialmente entre as áreas urbanas e rurais.

Considera-se que é necessário um esforço concertado entre privados e governos, para que estes novos pequenos centros urbanos favoreçam o desenvolvimento rural através da criação de meios para a melhoria da qualidade de vida da população. Isto requer o acesso aos serviços básicos (água, escolas, centros de saúde, etc.), a reestruturação das redes sociais e o aumento dos rendimentos da

população de modo a que se possa integrar na economia de mercado, como defendia Catherine Coquery-Vidrovitch (1988: 155-159).

Os pequenos centros urbanos criados, por estarem mais próximos das comunidades rurais, podem funcionar, como sugere Owuso (2008), enquanto eficientes pontos nodais, conectando os produtores rurais a mercados, com centros de serviços sociais a que as comunidades rurais possam aceder, e centros de transmissão de políticas governamentais e de modernização.

Neste quadro, considera-se que as iniciativas tomadas no âmbito do reassentamento podem constituir oportunidades concretas de desenvolvimento, particularmente numa óptica de ordenamento territorial e de melhoria da disponibilidade e acesso a infra-estruturas sociais, mas também, no sentido de eliminação de práticas arcaicas (p.e. a agricultura de corte e queimada). Isto supõe que o reassentamento seja orientado por uma abordagem de desenvolvimento sustentável, quer em termos sociais (melhorias para todos na saúde, educação, acesso à água, entre outras), quer na mudança de práticas económicas (de forma a diminuir a dependência de factores climáticos ou a acentuada exploração dos recursos naturais locais). E requer, necessariamente, a inclusão e participação das comunidades afectadas e o envolvimento das autoridades provinciais e distritais na concepção de uma estratégia integrada de desenvolvimento económico e social, orientada para as comunidades rurais e mais pobres.

Importa salientar que não se defende neste trabalho que as pessoas que vivem em ambiente rural disperso devam ser agregadas em pequenos centros urbanos. Defende-se sim que, no processo de contínua e extensiva urbanização rural a que se assiste e se prevê assistir nos próximos anos em Tete, devido ao grande número de projectos com reassentamentos associados, se deverão disponibilizar todos os meios para transformar os seus inevitáveis impactes em oportunidades.

Importa igualmente referir a especificidade deste caso de estudo, que se insere no contexto moçambicano, numa área em que a população tem vindo a ser forçada a fugir e mudar de local de residência ao longo de gerações, devido a decisões políticas, situações de guerra ou catástrofes ambientais - esta desterritorialização poderá, por um lado, facilitar a capacidade da população se adaptar ao novo reassentamento, mas, por estar associada a situações traumatizantes, poderá também constituir-se como um travão à vontade de adaptação. Por outro lado, neste processo de reassentamento, apesar dos aspectos mal sucedidos, foi feito um efectivo esforço para se cumprirem os requisitos do Banco Mundial e ir além destes, o que não é prática comum em projectos que não são financiados por esta entidade.

Não é possível, a partir do único caso estudado, generalizar conclusões para os diversos exemplos de reassentamentos. Os dados apresentados nas referências teóricas indicam que, mesmo que tudo seja feito para que o reassentamento se efectue de forma exemplar, não há fórmulas perfeitas e a mudança imposta às populações é sempre tão grande que existe uma forte probabilidade da sua desestruturação, com a destruição das bases sociais, económicas e ambientais da sua sobrevivência, sem que haja melhoria da sua qualidade de vida. O caso de estudo escolhido revela-se um bom exemplo prático para se perceber de que forma a qualidade de vida da população pode ser afectada e quais são os riscos e potencialidades do processo de reassentamento. Esta análise deverá ser aprofundada e alargada em mais contextos.

Para além da questão relacionada com as oportunidades que podem ser criadas, se os reassentamentos forem efectuados de forma integrada, importa também reflectir sobre qual é o tipo de crescimento/desenvolvimento que se pretende de facto, e à custa de quê e com que impactes é alimentado o paradigma económico que é actualmente dominante.

O termo “desenvolvimento” foi apresentado neste trabalho sem um sentido crítico negativo ou positivo, interessado ou desinteressado. Deste modo, não se analisou o efectivo desenvolvimento que estes novos projectos possam vir a trazer à região de Tete. No entanto, ao se delinearem estratégias regionais, o termo não pode ser utilizado desta forma e é necessário definir para quem se destina e como se processa o desenvolvimento e reconstruir as práticas actuais.

Neste sentido, os reassentamentos (como as outras consequências que os grandes projectos têm ao nível ambiental, económico e social) não podem ser entendidos como externalidades, tomadas em conta apenas ao nível da performance económica dos projectos, mas sim como elementos centrais dessa reflexão crucial sobre se os grandes projectos contribuem para um desenvolvimento sustentável das populações e das regiões. Trabalhos como o aqui apresentado, ao darem voz à população directamente afectada, deverão fazer parte desta reflexão.

FONTES PRIMÁRIAS

Documentos disponibilizados pela empresa Vale

- Austral (2006) *Pesquisa Qualitativa de subsídio ao desenvolvimento do PAR*
- Aurecon (2010), *Estudo de Impacto Ambiental para Corredor de Nacala*
- COBA e Impacto (2011), *Estudo de Impacto Ambiental para a Hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa*
- Diagonal Urbana (2006) *PAR do projecto de carvão de Moatize*
- Rio Doce Moçambique (2006a), *Projecto Carvão Moatize – Diagnóstico Ambiental da Mina de Carvão de Moatize*
- Rio Doce Moçambique (2006b), *Caracterização Urbanístico-Ambiental*
- Rio Doce Moçambique (2006c), *Relatório Técnico De Estudo Das Alternativas Para Definição Da Área Anfitriã*

Legislação Consultada

- República de Moçambique (1997), Lei nº 19/97, de 1 de Outubro - Lei de Terras
- República de Moçambique (1997), Lei nº 20/97 de 1 de Outubro - Lei do Ambiente
- República de Moçambique (2002), Lei nº 14/2002 de 16 de Abril - Lei das Minas
- República de Moçambique (2004), Decreto nº 45/2004, de 29 de Setembro - Regulamento sobre o Processo de Avaliação do impacto Ambiental
- República de Moçambique (2006), Diploma Ministerial nº 130/2006, de 19 de Julho - Directiva Geral para a Participação Pública no Processo de Avaliação do Impacto Ambiental

BIBLIOGRAFIA

- Abdel-Ati, Hassan A. (1992), "Small Towns under Conditions of Environmental Stress: The Case of Sinkat, Eastern Sudan", em: Baker, Jonathan (orgs.), *The rural-urban interface in Africa – Expansion and adaptation – Seminar Proceedings No. 27*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies
- Abramovay, Ricardo (1998/9) "Agricultura familiar e desenvolvimento territorial", *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vols.28 nºs 1,2 3 e 29
- African Development Bank (2003), *Involuntary Resettlement Policy*, sl: African Development Fund
- Ahmad, Adil Mustafa e Mohamed El hadi Abu Sin (1990), "Urban Development in a Rural Context: The Case of New Halfa, Sudan", em: Baker, Jonathan (orgs.), *Small Town Africa – Studies in Rural- Urban Interaction – Seminar Proceedings No. 23*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies
- Ahmed, Abdel Ghaffar e Mustafa Abdel Rahman (1979). *Small urban centers: vanguards of exploitation: two cases from Sudan*, Edinburgh: University Press
- Amaro, Rogério (2003) "Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? - da teoria à prática e da prática à teoria" em: *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa: Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa
- Andersson, Agnes (2002) *The bright lights grow fainter: livelihoods, migration and a small town in Zimbabwe*, PhD Thesis, Stockholm, Stockholm University.

- Andreasen, Jørgen. U (1990), "urban-Rural Linkages and Their Impact on Urban Housing in Kenya", em: Baker, Jonathan (orgs.), *Small Town Africa – Studies in Rural- Urban Interaction – Seminar Proceedings No. 23*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies
- Andræ, Gunilla (1992), "Urban workers as Farmers: Agro-links of Nigerian Textile Workers in the Crisis of the 1980s", em: Baker, Jonathan (orgs.), *The rural-urban interface in Africa – Expansion and adaptation – Seminar Proceedings No. 27*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies
- Bell David e Mark Jayne (2009), "Small Cities? Towards a Research Agenda" *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 33, 683–99
- Bénard da Costa, Ana (1994), *Estudo de Famílias Deslocadas na Cidade de Maputo: Análise das relações e comportamentos sócio económicos*, Dissertação para o grau de Mestre em Estudos Africanos, Lisboa, Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa
- Borges Coelho, João (1993), *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968 – 1982)*, Dissertação para o grau de Doutor em Filosofia, Bradford, Department of Social and Economic Studies – University of Bradford
- Burrows, Sally. (1992), "The role of indigenous NGOs in the Development of small town Enterprise in Ghana", em: Baker, Jonathan (orgs.), *The rural-urban interface in Africa – Expansion and adaptation – Seminar Proceedings No. 27*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies
- Camphenoudt, Luc Van e Raymond Quivy (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 4ª edição.
- Canhanga, Nobre de Jesus (2008), "Os Desafios da Descentralização e a Dinâmica da Planificação Participativa na Configuração de Agendas Políticas Locais" em: Brito, Luís et al (orgs.), *Cidadania a Governação em Moçambique*, Maputo: IESE
- Capra, Fritjof (1994), *Ecology and Community*. California: Center of Ecoliteracy (Online)
Disponível em: <http://www.ecoliteracy.org/essays/ecology-and-community>
- Cernea, Michael (1996), "Understanding and preventing Impoverishment from Displacement – Reflections on the State of Knowledge", em: Mcdowell, Christopher (orgs.), *Understanding impoverishment – the consequence of development-induced displacement – Refugees and forced migration studies- volume 2*, Oxford: Berghan Books
- Cernea, Michael (1999), *The Economics of Involuntary resettlement – Questions and Challenges*, Washington, DC: The World Bank
- Cernea, Michael (1997), *African Involuntary Population Resettlement in a Global Context*. S.I., The world bank: Environment department papers
- Clark, Dana (2000), *Resettlement: The World Bank's Assault on the Poor*, Washington: Center For International Environmental Law
- Coquery-Vidrovitch, Catherine (1988), *Africa: Endurance and Change South of the Sahara*, United States of America: University of Califórnia Press
- Colson, Elizabeth (1994), *Development Refugees: Indians, Africans and the Big Dams*, Oxford: University of Montana, the Refugee Studies Program
- Diniz, Francisco et al. (2002) "O Papel das Pequenas e Médias Cidades no contexto do Modelo de Desenvolvimento Rural: Uma Primeira Abordagem". *Nova Economia e Desenvolvimento Regional. Actas do IX Encontro Nacional da APDR*, Vol. II, pp. 1237-1249

- Downing, Theodore (1996), "Mitigation Social Impoverishment when People are Involuntary Displaced" em: Mcdowell, Christopher (orgs.), *Understanding impoverishment – the consequence of development-induced displacement – Refugees and forced migration studies- volume 2*, Oxford: Berghan Books
- Fleck Marcelo, et al, (1999), "Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100)", *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 21(1), pp. 19-28
- Francisco, António (2010), *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique – Contribuição Para a Sua Compreensão Crítica*, Namacurra: Editora BS
- Francisco, António (2007), "Revolução Verde em Moçambique: Será Possível, Provável ou Viável no Contexto das Estratégias Actualmente Dominantes?", comunicação apresentada na *Conferência sobre o Desenvolvimento Agrário: Estratégia de desenvolvimento Agrário no Contexto da Revolução Verde - Oportunidades para o Empowerment das Comunidades Rurais em Moçambique*, Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), 17 e 18 de Agosto de 2007, Maputo
- Freitas, Maria João (1993), *Acções de Realojamento e Re-estruturação dos Modos de Vida, Um Caso de Estudo*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, Lisboa, ISCTE
- Friedmann, John (1979), *Uma Política Territorial Para o Desenvolvimento Rural: 6 Tópicos Para Discussão*, Maputo: Instituto Nacional de Planeamento Físico
- Friedmann, John (2009a), "From Neighborhood to Neighborhood: Reclaiming Our Cities", comunicação apresentada na *Mexico City Talk*, 2009, México
- Friedmann, John (2009b), *Encounter with development planning* (Online)
Disponível em. <http://www.scarp.ubc.ca/profiles/faculty/John%20Friedmann>
- Geffray, Christian (1991), *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea*, Porto: Afrontamento
- Gleick, James. (1999), *Faster: The Acceleration of Just about Everything*. New York: Random House.
- Hinderink, Jan e M. J. Titus (1988), "Paradigm of Regional Development and the Role of Small Centers", *Development and Change*, Vol. 19, pp.401-423
- Holm, Mogense (1992), "Survival Strategies of Migrants to Makambako – na Intermediate Town in Tanzania", em: Baker, Jonathan (orgs.), *The rural-urban interface in Africa – Expansion and adaptation – Seminar Proceedings No. 27*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies
- Hueting, Roefie (2008) "Why environmental sustainability can most probably not be attained with growing production", comunicação apresentada na *First International Conference on Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity*, 18 e 19 de Abril de 2008, Paris
- Instituto Nacional de Estatística (2010), *Anuário Estatístico 2009 – Moçambique*, Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- International Finance Corporation (2007), *Environmental, Health and Safety Guidelines for Mining*. The World Bank Group
- Kabwegyere, Tarsis (1979), *Small Urban Centers and the Growth of underdevelopment of rural Kenya*, Edinburgh: University Press
- Kasarda, John D. (1991), "Third World Urbanization: Dimensions, Theories, and Determinants", *Annual ver. Sociol.*, 17, pp.467-501
- Latouche, Serge (2011), *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*, Lisboa: Edições 70
- Lopes, Êrnani (2009), *O papel das cidades no desenvolvimento de Portugal*, Lisboa: Sol

- Lopes, Êrnani e ESTEVES, José, (Julho 2011), *Cidades e Desenvolvimento, Um Domínio de Potencial Estratégico para a Economia Portuguesa. Síntese das Principais Conclusões do Estudo*, Lisboa: SaeR e GET
- Macdonald, Mott (2009), *Enhancing Development Benefits to Local Communities from Hydropower Projects, A Literature review*, Washington: The World Bank: Social Development Department
- Mburrugu, Edward (1994), "Dislocation of Settled Communities in the Development Process: The Case of Kiambere Hydroelectric Project", em: Cook, Cynthia (orgs.), *Involuntary Resettlement in Africa: Selected Papers from a Conference on Environment and Settlement Issues in Africa*, Washington: The World Bank
- Mcdowell, Christopher e Morrell Gareth (2010), *Displacement – Beyond Conflict*, s.l.: Berghan books
- Meeberg, Glenda (1993). "Quality of Life: A Concept Analysis" *J Adv Nurs*, 18, pp. 32-38.
- Melo, Vanessa (2008), *Planeamento e Construção Sustentáveis na Periferia de Maputo: o Bairro Mumemo 4 de Outubro no Contexto da Área Peri-urbana da Capital*, Dissertação de Mestrado em Planeamento e Construção Sustentável, Lisboa, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa
- Ministério da Agricultura (2011), *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrícola (PEDSA) – 2011-2020*, Moçambique: República de Moçambique
- Myers, Dowel (s.a.), *Community-relevant measurement of quality of life – A focus on Local trends*, EUA: University of Wisconsin-Madison
- Nahas, Markus (2001), "Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo", Londrina, Midiograf.
- Nwaka, Geoffrey I. (2004), "Decentralized Urbanization and Rural Development in Nigeria: On Promoting Medium and small Towns", Comunicação apresentada na Inter-regional conference on urban-rural linkages, Outubro 2004, Nairobi
- Odudho, Robert. e G. O. Aduwo. (1990), "Small Urban Centers and Spatial Planning of Kenya", em: Baker, Jonathan (orgs.), *Small Town Africa – Studies in Rural- Urban Interaction – Seminar Proceedings No. 23*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies
- Ornäs, Anders Hjort af. (1990), "Town-Based Pastoralism in Easter Africa", em: Baker, Jonathan (orgs.), *Small Town Africa – Studies in Rural- Urban Interaction – Seminar Proceedings No. 23*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies
- Oppenheimer, Jochen e Isabel Raposo (2007), *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa: Edições Colibri
- Owusu, George (2008), "The Role of Small Towns in Regional Development and Poverty Reduction in Ghana" *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 32, pp. 453–72
- Pedersen, Poul Ove, (1990), "The Role of Small Rural Towns in Development", em: Baker, Jonathan (orgs.), *Small Town Africa – Studies in Rural- Urban Interaction – Seminar Proceedings No. 23*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies
- Pedersen, Poul Ove (1992), "Agricultural Marketing and Processing in Small Towns in Zimbabwe – Gutu and Gokwe", em: Baker, Jonathan (orgs.), *The rural-urban interface in Africa – Expansion and adaptation – Seminar Proceedings No. 27*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies
- Pedersen, Pau Ove (1995) "The small towns agents — their policies and strategies." *Regional Development Dialogue*, 16, 76–84.

- Pedro, Joana (2010), "A fuga do campo para a cidade: O caso da África Subsaariana", comunicação apresentada na 1ª conferência da Rede de Língua Portuguesa de Avaliação de Impactos - Transportes, Desenvolvimento Urbano e Avaliação de Impactos, Fundação Cidade de Lisboa, 16 e 19 de Junho de 2010, Lisboa
- Picciotto, Robert et al (2001). *Involuntary Resettlement – Comparative Perspectives*. Washington: World Bank Series on Evaluation and Development.
- Raposo Isabel, (1999) *Urbaniser villages et maisons. Projets politiques et réalités sociales. Manica (Mozambique) et Alte (Portugal)*, Dissertação de Doutoramento, Paris, Institut d'Urbanisme de Paris – Université de Paris XII – Val de Marne
- Raposo, Isabel (2010), "Explosão Urbana em África", *Janus 2010 Portugal no Mundo*, 13, pp.184-185
- Reino, João Pedro (2008), "Mitos e Realidades: de Vilarinho da Furna à Aldeia da Luz", comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia – *Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Universidade Nova de Lisboa, 25 a 28 de Junho de 2010, Lisboa
- República de Moçambique (2011), *Plano De Acção Para Redução Da Pobreza (PARP) 2011-2014*, Moçambique.
- Rondinelli, Dennis A. (1985) "Population Distribution and Economic Development in Africa: The Need for Urbanization Policies", *Population Research and Policy Review*, 4, pp.173-196
- Rondinelli, Dennis A. (1986), "The Urban Transition and Agriculture Development: Implications for International Assistance policy", *Development and Change*, Vol 17, pp.231-63
- Saraiva, Carla (2003), "Aldeia da Luz: Entre Dois Solstícios, a Etnografia das Continuidades e Mudanças", *Etnográfica*, Vol 7, pp-105-130
- Sardan, J. P. Olivier (1990), "Para uma abordagem antropológica das ideologias e práticas de desenvolvimento", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 12 e 13, pp.189-198
- Sardan, J. P. Olivier (2005), *Anthropology and Development: Understanding Social Change*, Reino Unido: Zed Books
- Sen, Amartya (1999), *Desenvolvimento como Liberdade*, Portugal: Gradiva
- Sande, Zaqueo (2010), "'7 milhões": revisão do debate e desafios para diversificação da base produtiva", em: Brito, Luís, et al (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE
- Simon, David (1992), "Conceptualizing Small towns in African Development", em: Baker, Jonathan (orgs.), *The rural-urban interface in Africa – Expansion and adaptation– Seminar Proceedings No. 27*, Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies
- Suárez, Sofía e Saturnino Borrás (Abril 2010), *Desenvolvimento, para quem? - Impacto dos Projetos de Desenvolvimento sobre os Direitos Sociais da População Rural Moçambicana*, Alemanha: Fian International
- The International Bank for Reconstruction and Development (2004), *Involuntary Resettlement Sourcebook - Planning and Implementation in Development Projects*, Washington: The World Bank
- The world Bank: Environmental Department. (1995), *Regional Remedial Action Planning For Involuntary Resettlement In World Bank Supported Projects*, Washington: The World Bank
- Thomaz, Omar (2008) "'Escravos sem dono": a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista", *Revista De Antropologia*, vol 51, 1, pp. 177-214
- Thomson, Elisabeth e Olivia Bennett (2005), "Our Gods Never Helped us Again..." – *The Tonga People Describes Resettlement and its aftermath*, Zambia: Panos Southern Africa

- Thompson, Gaye (2010), *Programa de Desenvolvimento Municipal do Município de Maputo - Fase II - Atualização do Quadro da Política de Reassentamento*, Maputo: Conselho Municipal De Maputo
- UN Habitat (2006), *Meeting Development Goals in Small Urban Centers —Water and Sanitation in the World's Cities* (Online)
Disponível em: <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2057>
- UN Habitat (2008), *State of the World's Cities Report 2008/2009: Harmonious Cities* (Online)
Disponível em: <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2562>
- UN Habitat (1991), *The Management of Secondary Cities in Sub-Saharan Africa: Traditional and Modern Institutional Arrangements*, Nairobi.
- United Nations High Commissioner for Refugees (2011), *Global Trend 2010* (Online)
Disponível em: <http://www.unhcr.org/4dfa11499.html>
- Vivet, Jeanne (2010), *Déplacements forces et citadinités: Les desloçados de guerra à Maputo (Mozambique)*, Dissertação de Doutoramento em Geografia, Paris, Université de Paris Ouest Nanterre la Defense: École Doctorale Milieux Cultures et Societes du Passé et du Présent.
- Weiler, Raoul (2008), “De-Growth for Earth Survival”, comunicação apresentada na *First International Conference on Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity*, 18 e 19 de Abril de 2008, Paris
- Wet, Chis de (2006), *Development-induced displacement – Problems, Policies and People. Studies in forced Migration* - volume 18, s.l. : Berghan Books
- Windsor J.E., MCVEY J.A. (2005), *Annihilation of Both Place and Sense of Place: The Experience of the Cheslatta T'en Canadian First Nation Within The Context Of Large-Scale Environmental Projects*, Canada: the geographical journal
- World Bank Operations Evaluation Department (2000), *Involuntary Resettlement The Large Dam Experience*. Precís: number 194

ANEXOS

ANEXO I - ENQUADRAMENTO LEGAL

LEGISLAÇÃO MOÇAMBICANA

A principal legislação Moçambicana aplicável aos reassentamento involuntários é a seguinte:

- **Lei do Ambiente (Lei nº 20/97 de 1 de Outubro)** – estabelece o enquadramento legal para o correcto uso e gestão do ambiente de modo a garantir o desenvolvimento sustentável. A Lei é aplicável a todas as actividades públicas ou privadas que possam, directa ou indirectamente, ter influência sobre o ambiente, (incluindo o ambiente socioeconómico), estabelecendo a obrigatoriedade de empreender medidas de mitigação destinadas a minimizar os impactos induzidos pelos projectos de desenvolvimento.
- **Regulamento sobre o Processo de Avaliação do impacto Ambiental (Decreto nº 45/2004, de 29 de Setembro)** - De acordo com este Regulamento, a concessão de Licença Ambiental constitui um pré-requisito para a implementação de qualquer Projecto. O Regulamento estipula o processo a seguir para obtenção desta Licença.
- **Directiva Geral para a Participação Pública no Processo de Avaliação do Impacto Ambiental (Diploma Ministerial nº 130/2006, de 19 de Julho)** - Define e harmoniza o processo de participação pública, considerado parte integrante do processo de EIA.
- **Lei de Terras (Lei nº 19/97, de 1 de Outubro)** - Estabelece o princípio de que, em Moçambique, a terra é propriedade do Estado, constituindo o Fundo Estatal de Terras (Artigo 4). De acordo com o Artigo 3, a terra não pode ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada. O acesso à terra por pessoas individuais ou colectivas é, assim, obtido através da aquisição de direitos de uso e aproveitamento da terra (DUATs). A Lei reconhece como modo legítimo de aquisição de direitos de uso e aproveitamento de terra, a ocupação de terra nos moldes tradicionais (Art. 12). A Lei, no entanto, prevê que os direitos de uso e aproveitamento de terra possam ser extintos, mediante justa compensação, por motivos de interesse público (Artigo 18b).

Principais questões legais

Direito de Uso e Ocupação de Terra (DUAT)

Como acima foi referido, a terra pertence ao Estado e não pode ser vendida, alienada, hipotecada ou penhorada (Lei de Terras, Artigo 2). A Lei de Terras foi complementada pelo Regulamento da Lei de Terras, promulgado em 1998 (Decreto 66/98), que regula a implementação da Lei nas áreas rurais. A Lei reconhece o direito dos cidadãos moçambicanos (independentemente do género), de pessoas colectivas e de comunidades locais ao uso da terra (Artigo 10).

No caso das comunidades locais, a ocupação, quando efectuada de acordo com os usos tradicionais, é legítima e tem pleno valor legal. Assim, a inexistência de título formal (DUAT) emitido

pelos serviços cadastrais não implica perda de quaisquer direitos sobre as terras comunitárias. Esclareça-se ainda que o direito a uso e aproveitamento da terra por ocupação não se restringe às comunidades tradicionais, sendo extensível a qualquer cidadão moçambicano que, de boa fé, ocupe e use terra há pelo menos dez anos, mesmo que esse uso não seja feito em moldes costumeiros.

Entidades individuais ou colectivas podem adquirir direitos de uso e aproveitamento da terra em áreas rurais ou urbanas mediante a aquisição das necessárias autorizações. O direito de uso e aproveitamento da terra para fins de actividades económicas é concedido por um prazo máximo de 50 anos, renovável por igual período a pedido do interessado (Artigo 17).

Perda de direitos fundiários

O direito de uso e aproveitamento da terra pode ser revogado por motivos considerados de interesse público, mediante pagamento de justa indemnização (Artigo 18). A Lei, no entanto, não refere os procedimentos necessários para obter a anulação desses direitos e não esclarece se existe ou não possibilidade de apelo contra essa anulação.

Compensação por perdas

Embora indicando a necessidade de compensação pela expropriação de terra por motivos de interesse público, a Lei não fornece detalhes sobre os princípios a observar em termos de adequação da compensação, critérios de elegibilidade, formas de compensação, procedimentos a observar e responsabilidades.

Na prática, as medidas de compensação são normalmente discutidas com os interessados e pautam-se pelas recomendações contidas nas melhores práticas internacionais sobre reassentamento involuntário. Por exemplo, é hoje ponto pacífico que a terra de substituição deve ser, no mínimo equivalente (e, de preferência, melhor), em termos de área, qualidade e localização, à terra perdida a favor do Projecto.

Não existem provisões legais explícitas sobre o direito de apelo, por parte das pessoas deslocadas (PDs) e/ou afectadas (PAs) contra as medidas de reassentamento e compensação. No entanto, reconhece-se esse direito, o qual deve estar contemplado nos mecanismos de resolução de conflitos a implementar ao abrigo do Plano de Acção para o Reassentamento (PAR).

Responsabilidade pela implementação do PAR

Em Moçambique não existe, de momento, nenhuma entidade oficialmente responsável pelo planeamento e implementação de medidas de reassentamento e compensação. Na Província de Tete existe uma Comissão Provincial de Reassentamento cuja função é a de acompanhar os processos de reassentamento em curso e assegurar a sua harmonização. Entretanto, é prática comum que o Proponente do Projecto assuma plena responsabilidade pela atribuição dos direitos que assistem às PÁS e PDs.

NORMAS INTERNACIONAIS

As directivas do Banco Mundial sobre reassentamento involuntário

No caso de projectos financiados pelo Banco Mundial e dos quais resulte deslocação involuntária de pessoas ou comunidades, o Banco requer o cumprimento integral da sua Política Operacional sobre

Reassentamento Involuntário (PO 4.12), como pré-requisito para aprovação do financiamento. Especificamente, a OP 4.12 do BM cobre as seguintes situações:

- Relocação ou perda, temporária ou permanente, de abrigo;
- Perda de recursos ou de acesso a recursos;
- Perda de fontes de rendimento ou meios de subsistência, quer as pessoas afectadas sejam ou não objecto de reassentamento;

Quando os detalhes do Projecto são conhecidos e a natureza e dimensões da deslocação de pessoas podem ser determinadas com rigor, o BM requer a elaboração de um Plano de Acção de Reassentamento. O BM requer a elaboração de um Plano de Acção de Reassentamento completo quando a aquisição de terra para um projecto afecte mais de 200 pessoas, ocupe mais do que 10% da terra disponível e implique a deslocação física de pessoas (OP 4.12, §25). Adicionalmente, e de modo a garantir a transparência do processo e a mitigação efectiva dos impactos negativos induzidos pelo Projecto, o BM recomenda que o Plano de Reassentamento cubra, no mínimo, os seguintes aspectos básicos:

- Assegure que as PAs sejam informadas sobre as suas opções e direitos relativamente ao reassentamento.
- Assegure que as PAs sejam consultadas sobre o processo de reassentamento e tenham a possibilidade de optar entre possíveis alternativas que sejam técnica e economicamente viáveis.
- Assegure que as PAs sejam pronta, efectiva e plenamente compensadas por quaisquer perdas ou danos atribuíveis ao Projecto.

Refira-se ainda que o PAR deve incluir medidas que se dirijam não somente à compensação directa dos bens afectados, mas principalmente à melhoria das condições de vida da população, com um grande ênfase na melhoria das fontes de rendimento das populações.

As directivas do IFC

O IFC (International Finance Corporation) estabelece, através do seu Padrão de Desempenho (Performance Standard) No. 5, de 30 de Abril de 2006 (Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário), um conjunto de directivas para o reassentamento. O parágrafo 12 do Padrão de Desempenho acima mencionado determina que o Proponente do Projecto deverá elaborar um Plano de Reassentamento ou um Quadro da Política de Reassentamento compatível, no mínimo, com as prescrições do Padrão. Segundo o parágrafo 13, o Plano de Reassentamento deverá contemplar os seguintes objectivos

- Mitigar os impactos negativos da deslocação involuntária de pessoas;
- Identificar oportunidades de desenvolvimento; e
- Definir o Quadro de Direitos a aplicar a cada uma das categorias de pessoas afectadas (incluindo, se aplicável, as comunidades hospedeiras), com particular atenção às necessidades de pessoas e grupos vulneráveis.

Como parte do planeamento do processo de reassentamento, o Proponente deve estabelecer o estatuto das pessoas a deslocar através da realização de um Censo, incluindo informação socioeconómica relevante. Este exercício destina-se a:

- Identificar as pessoas que serão deslocadas pelo Projecto (PDs);
- Determinar quem será elegível para reassentamento e compensação; e
- Desencorajar o influxo de pessoas que serão inelegíveis para reassentamento e compensação (parágrafo 11).

O Padrão de Desempenho nº 5 do IFC estipula ainda a necessidade de cumprir, entre outros, os seguintes requisitos:

- Compensar as PDs em espécie ou monetariamente, conforme aplicável (Parágrafo 8);
- Criar condições para que as PDs possam auferir de oportunidades de desenvolvimento (Parágrafo 8);
- Assegurar a disseminação de informação sobre o Projecto, de forma a facilitar a participação das pessoas/comunidades afectadas no processo decisório (Parágrafo 9);
- Estabelecer mecanismos de reclamação e resolução de conflitos consistentes com o Padrão de desempenho nº1 (Parágrafo 10); e
- Garantir às PDs condições de vida melhoradas nas áreas hospedeiras (Parágrafo 16).

ANEXO II – ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS

GUIÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevistas Exploratórias	Objectivo: perceber a abrangência do tema do reassentamento, as problemáticas inerentes e explorar linhas de discussão e reflexão sobre o assunto
<p>Guião da entrevista</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação pessoal (nome, percurso) • Quais devem ser os objectivos de um reassentamento? • Quais devem ser os pontos-chave para um bom reassentamento? • Quais os principais ganhos e coisas positivas que podem advir de um reassentamento? • Quais são as principais perdas e coisas negativas que podem advir de um reassentamento? • Em relação ao reassentamento da Vale, do que tem ouvido, ou do que conheceu, quais são as suas impressões? Coisas positivas e negativas? • Como acha que se sentem as pessoas reassentadas? • É possível que tenham melhorado a sua qualidade de vida? • O que faria diferente se tivesse trabalhado no reassentamento da Vale? • E em relação a Tete? Quais acha que serão os impactes de tantos reassentamentos nesta região? 	

PESSOAS ENTREVISTADAS

Tomás Selemane	<p>Trabalha no CIP</p> <p>Licenciado em gestão e finanças. Pós-graduado em economia extractiva (economia dos recursos minerais)</p> <p>Acompanhou o processo de reassentamento de Moatize, estudou os planos, foi ver os locais antes e depois de terem casas, e já editou 2 relatórios sobre este reassentamento.</p>
Paula Santos	<p>Licenciada em Gestão Ambiental e Mestre em Estudos de Desenvolvimento.</p> <p>Trabalha na área social de Estudos de Impacto Social há 8 anos, antes tinha trabalhado na União Europeia em gestão macro de estudos sociais.</p> <p>Realiza trabalhos sociais em Tete desde 2004. Participou no EIA da mina Benga, e da hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa.</p>
Luís Lage²²	<p>Arquitecto, professor Vice-director da Faculdade de Arquitectura da Universidade Eduardo Mondlane.</p> <p>Encontra-se a trabalhar no plano de expansão de Tete da Riversdale, o qual irá albergar também alguns reassentados.</p>
Carlos Trindade²²	<p>Arquitecto e professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade Eduardo Mondlane.</p> <p>Encontra-se a trabalhar no plano de expansão de Tete da Riversdale, o qual irá albergar também alguns reassentados.</p>
Maurício Vieira²²	<p>Doutorado na área de reassentamentos.</p> <p>Encontra-se a trabalhar no município de Maputo, tendo trabalhado com a Vale durante o reassentamento em Moatize.</p>

²² Entrevista não gravada

Marlene Ribeiro	Antropóloga Trabalha na área de projectos de estrada, mas desde o último ano que está mais virada para projectos de reassentamentos.
Victor Hugo	Historiador, Mestre e Doutorado em antropologia política. Actualmente é consultor responsável pela socioeconómica na impacto Tem trabalhado em diversos Estudos de Impacto Ambiental e Planos de Reassentamento na área de Tete nos últimos anos.

ANEXO III – RELATÓRIO DO TRABALHO DE CAMPO

1 OBJECTIVOS DO TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo teve como principal objectivo a recolha de informação sobre o reassentamento realizado em Moatize, nomeadamente em relação aos seguintes pontos:

- De que forma os diferentes actores foram envolvidos no processo de reassentamento;
- Quais eram as expectativas dos diferentes actores em relação ao reassentamento, e de que forma elas foram ou não alcançadas;
- Quais foram, para a população reassentada, as coisas que melhoraram e as que pioraram com a mudança do bairro onde viviam para o bairro em que se encontram neste momento;
- Quais são as coisas que as pessoas acham mais importantes para ter uma boa qualidade de vida.

2 METODOLOGIA E CALENDARIZAÇÃO

A informação foi recolhida com base em entrevistas, reuniões com grupos focais, questionários e observação directa.

2.1 ENTREVISTAS

As entrevistas foram efectuadas aos actores e intervenientes, directos e indirectos, do reassentamento de Moatize e tiveram como principal objectivo perceber como se processou todo o reassentamento de Moatize, quais as expectativas que as pessoas tinham, e de que forma estas foram ou não alcançadas.

Estas entrevistas foram orientadas com um guião sucinto, que não serviu como questionário, mas como orientador da conversa de forma a que os temas necessários fossem abordados, dando espaço a uma livre expressão do entrevistado.

Foram entrevistados antigos membros do governo de Tete que participaram activamente no processo²³, técnicos da empresa Vale (empresa dona da concessão), técnicos da diagonal (empresa contratada pela empresa Vale especificamente para desenvolver o reassentamento) e ainda algumas famílias reassentadas quer em 25 de Setembro, quer em Cateme.

As entrevistas foram gravadas sempre que possível.

2.2 GRUPOS FOCAIS

As reuniões com os grupos focais tiveram como principal objectivo perceber o que é que as pessoas perderam de bom no bairro onde habitavam, e também o que ganharam neste para onde foram reassentadas, assim como aquilo que ainda tem que ser alterado para que o novo bairro seja melhor.

²³ Foi feito um pedido ao governo actual para autorização a que este pudesse também ser entrevistado, mas até ao fim do trabalho não houve qualquer resposta neste sentido.

A metodologia utilizada foi participativa, explorando ao máximo a interacção com o grupo e a estimulação através de materiais didácticos, de modo a que estes se interessassem pelas reuniões e participem de forma interessada e consciente.

Foram realizadas reuniões em Cateme e em 25 de Setembro, com grupos distintos de líderes comunitários, jovens, homens e mulheres.

Em Cateme as reuniões tiveram lugar a 6 de Junho de 2011, tendo participado 10 líderes, 8 jovens, 6 homens e 12 mulheres.

Em 25 de Setembro as reuniões tiveram lugar a 7 de Junho de 2011, tendo participado 9 líderes, 5 jovens e 13 mulheres²⁴.

Estas reuniões tiveram como grande limitação o tempo, pois tiveram que ser realizados apenas em dois dias e o facto de terem sido realizadas na língua local, obrigando a tradução simultânea, o que leva a que algumas das questões abordadas pelos participantes podem ter sido perdidas na tradução. Nas figuras seguintes apresenta-se algumas fotografias das reuniões nos 2 bairros.



Figura 2.2.1 Reuniões com grupos focais na localidade de Cateme (no sentido dos ponteiros do relógio: líderes, jovens, mulheres e homens) (Joana Pedro, Junho 2011)

²⁴ Não foi possível reunir com os homens neste bairro, dado que a maioria se encontrava a trabalhar na hora em que foram efectuadas as reuniões.



Figura 2.2.2 - Reuniões com grupos focais na localidade de 25 de Setembro (no sentido dos ponteiros do relógio: líderes, jovens, mulheres e mulheres) (Joana Pedro, Junho 2011)

2.3 QUESTIONÁRIOS

O principal objectivo dos questionários era perceber qual a sensibilidade das pessoas para diferentes indicadores de qualidade de vida, e qual a importância que dão a esses indicadores, assim como perceber em relação a que indicadores consideram que a situação era melhor ou pior do que antes do reassentamento.

Os questionários pretendiam possibilitar uma análise quantitativa, no entanto, por alguma falta de adequabilidade e por terem sido aplicados por pessoas não preparadas, os dados analisados foram considerados não fiáveis. Apresenta-se todavia neste anexo os resultados da análise pois que embora quantitativamente não possam ser utilizadas, podem dar pistas interessantes em termos qualitativos

2.4 CALENDARIZAÇÃO

O trabalho de campo decorreu durante todo o mês de Junho, entre 1 e 10 de Junho de 2011. Apresenta-se no quadro seguinte a calendarização do mesmo.

Quadro 2.4.1 – Calendarização do trabalho de campo

Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
1 de Junho	2 de Junho	3 de Junho	4 de Junho	5 de Junho	6 de Junho	7 de Junho	8 de Junho	9 de Junho	10 de Junho
Viagem	Apresentação com a Vale Autorizações	Entrevistas governo antigo	Entrevistas Diagonal	Encontro com a equipa que ia realizar os inquéritos	Grupos focais Cateme	Grupos focais 25 de Setembro	Entrevistas Vale	entrevistas Cateme	Pesquisa documental
	Entrevista governo antigo	Organização diagonal / Pesquisa documental					Pesquisa documental		viagem

2.4.1 Limitações

Ao longo destes dias de trabalho foram diversas as dificuldades vividas, nomeadamente:

- O facto da população na sua maioria não falar português, obrigando a que estivesse sempre presente um tradutor nas reuniões dos grupos focais, podendo haver alguma perda de informação por esta via, e levando à opção de as entrevistas terem apenas sido feitas a pessoas que falavam o português.
- As pessoas desta área, sobretudo as da zona de Chipanga, foram pessoas muito afectadas pela guerra civil que ocorreu no país, e por isso receberam também muita ajuda no pós-guerra, ajuda esta que se pautou pelo assistencialismo, e que muitas vezes se baseava em inquéritos e perguntas sobre a situação actual da pessoa. Assim, foi muito difícil tentar discutir as dificuldades das pessoas, sem que elas achassem que as suas repostas pudessem resultar numa próxima ajuda humanitária.
- Todos os encontros tiveram a presença de um técnico da empresa Vale, o que pode ter influenciado as questões levantadas pela população. Em 25 de Setembro os encontros foram também acompanhados sempre por um líder local que por diversas vezes expressou a sua opinião pessoal nos grupos.

3 RESULTADOS

3.1 VALE / DIAGONAL

3.1.1 Guião das Entrevistas

Técnicos da Vale	Objectivo: Perceber de que forma o processo de reassentamento foi integrado no projecto de mineração
<p>Guião da entrevista</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação pessoal (nome, função, acompanhou todo o processo, experiência anterior neste tipo de processos) • Na altura em que perceberam que seria necessário efectuar um reassentamento, procuraram outras alternativas? • Qual foi a posição tomada pela Vale relativamente ao reassentamento, e de que forma acompanharam o processo? • Quais foram as principais dificuldades que enfrentaram durante o processo? • O que considera necessário para se ter uma boa qualidade de vida? • Pensam que as pessoas que foram reassentadas têm agora melhor qualidade de vida do que tinham? Porquê? 	

Técnicos da Diagonal	<p>Objectivos: Perceber os princípios que orientaram o reassentamento.</p> <p>Perceber se os objectivos que nortearam o reassentamento foram atingidos.</p> <p>Perceber a percepção que os técnicos têm sobre a qualidade vida das populações antes e depois</p>
<p>Guião da entrevista</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação pessoal (nome, função, acompanhou todo o processo, experiência anterior neste tipo de processos) • Apresentação da Entidade (funções específicas para que foram contratados; só o processo de reassentamento? Também monitoria?) • Quais consideram ter sido os pontos-chave do planeamento do reassentamento • Quais foram as principais dificuldades que enfrentaram durante o processo de reassentamento • Houve objectivos que pensam que não conseguiram atingir? Quais? Porquê? • Ainda conseguirão atingir esses objectivos? De que forma? • Estão a monitorizar neste momento a população reassentada? De que forma? • O que ainda falta fazer ao nível do reassentamento? • O que considera necessário para se ter uma boa qualidade de vida? • Pensam que as pessoas que foram reassentadas têm agora melhor qualidade de vida do que tinham? Porquê? 	

3.1.2 Resultados das entrevistas

Nas tabelas seguintes apresenta-se um resumo das informações recolhidas em cada uma das entrevistas efectuadas.

3.1.2.1 Técnicos da Vale

Va-A	<p>Trabalha na Vale desde Fevereiro de 2009. Começou como analista de comunicação com as comunidades, e actualmente trabalha como analista de desenvolvimento social.</p> <p>Já tinha trabalhado anteriormente como jornalista e em ONGs como responsável de comunicação com as comunidades.</p>
<p>Processo</p> <p>Valores da Vale</p> <p>A Vale é uma empresa global que tem valores bem definidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respeito à diversidade • Responsabilidade social, económica e ambiental <p>Abordagem da Vale com as comunidades</p> <p>“Durante todo o processo houve um grande ritmo de conversação com as pessoas, de contacto e uma tentativa de preparar as pessoas para a adaptação necessária face ao que se ia alterar. Houve sempre na perspectiva de se conhecer bem as populações com que estamos a interferir, sobre o ponto de vista da relação que elas têm com a terra, com as árvores com os espíritos e também começar a prepara-las para a nova realidade.”</p> <p>“Existiram contactos permanentes com estas comunidades e na maior comunidade havia um plantão²⁵ permanente, para todas as preocupações que as pessoas queriam trazer, tudo o que era novo. “</p> <p>“Foi muito interessante a questão de se ter começado a organizar visitas aos novos locais. Nesses locais foi construída uma casa de modelo, para as pessoas olharem e sugeriram mudanças.”</p>	

²⁵ Equipa que este em permanência em campo para poder responder às questões das populações

Pontos chave do processo

- “A abordagem de se tentar fazer com que as pessoas assumissem o projecto como projecto delas. Durante o processo permitíamos que as pessoas tomassem decisões.”
- “O reassentamento foi organizado de forma a que os grupos se mantivessem coesos. Hoje os líderes continuam com a mesma liderança e as famílias tiveram oportunidade de, dentro de cada grupo, optar por onde ficar.”
- “Permitir que as pessoas tomassem decisões – Mesmo quando o governo dava o seu consentimento, nós continuávamos a deixar as pessoas falar.”
- “Em relação às *machambas*, [as pessoas] tiveram oportunidade de manter as suas *machambas*.”
- “Para evitar um choque com as pessoas que já lá viviam estas famílias foram também integradas no processo de reassentamento.”
- “A Vale fomentou a criação da comissão de reassentamento. A perspectiva era que esta envolvesse também as comunidades, mas o governo preferiu que fosse só o governo de topo. Teria no entanto funcionado melhor se tivesse as comunidades representadas, porque o que acabou por acontecer foi que nós é que tínhamos que levar algumas questões das comunidades à comissão e depois devolver. Mas a comissão teve muitos méritos e foi uma muito boa iniciativa.”
- “Houve muitas dificuldades, mas foram se resolvendo no caminho. O processo não era rígido, não era fechado, quando se encontrava um problema, tentava-se resolver e se adaptar.”

Pontos negativos

- “Foi difícil fazer o casamento entre o momento em que as pessoas saíam e o início da época agrícola lá, foi muito difícil, porque a pessoa terminava a colheita na origem e teria que começar logo lá. Foi preciso arranjar uma forma de transportar as pessoas para a área a hospedeira, para irem logo preparando as *machambas* ainda antes da mudança.”

O que se está a fazer hoje no reassentamento

“Existe um programa pós-reassentamento que está a trabalhar com as pessoas a questão de que agora o foco é o futuro e não o passado. Neste âmbito foram criadas comissões específicas para que elas se tornem donas do espaço. A ideia é que tenham essa capacidade enquanto sociedade civil, e também que comecem a olhar para vida deles de outra forma, e que agora têm que tomar posição noutras coisas e trabalhar em conjunto com o vizinho. Hoje têm uma rua comum que é preciso limpar e por isso têm que se organizar eles mesmos, porque é um bairro de todos.”

“Existem também programas sociais, na área de saúde, desporto, cultura, que têm como principais focos aquelas áreas dos reassentamentos. Existe uma equipa específica na [empresa] diagonal que trata mesmo desses programas.”

Ganhos com o novo reassentamento

“Eu acredito muito que o desenvolvimento e o futuro de Cateme ainda há-de vir, mas é um processo que vai significar um pouco de sacrifício e que vai precisar de alguma adaptação. Principalmente por causa das escolas que ali existem, penso que estas vão ajudar desenvolver.”

Dificuldades ao Desenvolvimento

“Muitas pessoas não se integram e não aceitam alguns projectos porque sempre viveram de uma outra forma, alguns, como os de Chipanga foram se acumulando porque fugiam da guerra, e sendo comunidades de refugiados eles também beneficiaram muito de ajuda que vinham de fora e essas ajudas eram dadas em função de inquéritos “como estás hoje?” e ainda ficou muito esse espírito.”

Caminho para o futuro

“Acho que o que é preciso insistir é em trazer as pessoas para a escola e melhorar muito a qualidade de educação que isso vai ajudar muito as pessoas a terem uma boa visão do desenvolvimento. Mas nós sempre assumimos que o reassentamento não pertence à Vale, é um processo do estado.”

Indicadores de qualidade de vida

Condições sócio-espaciais

Habitação

“Foi tida em conta a sustentabilidade das casas, ou seja, por exemplo a questão de se usar zinco em vez de telha, teve a ver com a questão de a própria pessoa depois no futuro poder substituir, já

que o zinco é acessível à maioria das pessoas, e as telhas por exemplo seriam muito caras e é muito complicado. Tentou-se que as coisas estivessem dentro do possível próximo da realidade local, para que as pessoas possam usar e substituir.”

Mobilidade

“Uma grande dificuldade é a distância que as pessoas agora estão da Vila²⁶. A primeira opção de reassentamento era mais próxima da Vila, mas a localização do espaço foi uma indicação do governo, e teve que ser lá. “

Cultura/Sagrado

“As pessoas puderam decidir sobre se queriam transferir corpos ou não, se era preciso fazer cerimónias, se a área precisava de cerimónia antes de sair. Foi feito isso quer nas áreas de onde as pessoas saiam, quer nas áreas anfitriãs, porque era preciso uma cerimónia de integração entre os dois.”

Condições económicas

Produção Agrícola

“Existe também a estação de conhecimento que se propõe a desenvolver a potencialidade agrícola. Mas, por exemplo, foram feitas várias formações para produzir melhor, e não houve muita adesão, as pessoas não aderiram. Esta estação pretende também ajudar a comunidade a criar os animais de uma forma mais rentável e sustentável e ajudar a ter maiores possibilidades de vender os produtos e a maior preço.”

Estratégias de sobrevivência

“A maioria das pessoas depende da agricultura, mas nem todos produzem de facto, alguns têm *machambas* muito pequenas, e outros têm *machambas* enormes. Combinámos que independentemente do que tinham as pessoas (sendo compensadas as que tinham a mais) seriam dados 2 ha para a sua *machamba*, no entanto ainda só demos 1 ha, porque ainda não tivemos mais disponibilidade de terra por parte do estado.”

“Mas realmente a maioria das famílias não precisa de tanta *machamba*, aliás, o quintal das pessoas é uma área enorme, e a maioria não utiliza para as *machambas*. Há também que ter em questão que para algumas pessoas é fundamental que a *machamba* esteja distante, porque isso faz parte do processo de socialização, o caminho até à *machamba* era um espaço para irem a falar com as amigas, era um tempo que tinham que podiam usar para isso.”

“O que se regista agora é que algumas pessoas usam esse ha, mas depois tem uma parte que não usa.”

Em relação às actividades que as pessoas tinham anteriormente:

- “Sobre a pesca não foram feitos estudos”
- “As pessoas que tinham produção de tijolos foram todos compensados com 60 000 meticais, por decisão do governo, pois a Vale queria dar um valor diferenciado, conforme o tamanho do negócio. A questão é a maioria eram ilegais e agora, para fazerem tijolos que têm que pagar uma licença para se poder fazer tijolos, mas é assim que o estado funciona. Nós esperávamos que com o dinheiro as pessoas se legalizassem e começassem de novo.”

“As actividades que eram desenvolvidas eram só mesmo de sobrevivência, e hoje, quando se fala em programas sociais, estamos a falar de oportunidades das pessoas se desenvolverem usando as capacidades que têm e obtendo até rendimentos maiores do que os que tinham. Mas é também uma questão de opção das pessoas entre ficar na sobrevivência ou começar a trabalhar para vender um pouco mais.”

“Foi reduzido o tempo desperdiçado, por exemplo o tempo que gastavam todos os anos a ir buscar capim e a fazer novo telhado.”

Qualidade de vida

“Acho que as pessoas sentem que estão melhor, mas raras vezes expressam isto. Porque as pessoas fazem sempre uma ligação entre perguntar o que pensam e ter mais apoios e mais donativos. As pessoas estão num processo de adaptação que vai acabar despoletando numa situação melhor.”

“A qualidade de vida é absolutamente melhor. Olhando para o conceito de pobreza, hoje as pessoas têm oportunidade de se desenvolver de uma forma sustentável, as pessoas têm terra para

²⁶ A “vila” referida constantemente pela população, refere-se à vila de Moatize. Sempre que aparecer esta designação, será escrita com letra maiúscula, como forma de identificação.

produzir, têm acesso mais próximo a água, têm habitação, escola, hospital e segurança. O nosso desafio hoje é melhorar ainda mais, mas as pessoas estão mais perto do desenvolvimento sim.”

“Acho que nós lá aumentamos muito a dignidade de vida das pessoas, mas é um processo de mudança e é um processo muito longo.”

“Também têm que se ter atenção aos diferentes grupos reassentados, os de Malabwé viviam próximo do rio, os de Mithethe viviam longe de tudo, e os de Chipanga estavam perto da Vila numa realidade muito diferente.”

3.1.2.2 Técnicos da Diagonal

Di-A	Assistente social com vasta experiência na área de reassentamentos. Trabalha neste projecto desde o seu início.
<p>Processo</p> <p>“Havia 4 grupos de comunidades que tinham que ser recolocados por causa do projecto do carvão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Chipanga – era uma comunidade que fazia parte da jurisdição do município, ou seja já fazia parte do estilo urbano – [saiu na totalidade] • Bagamoyo - também estava dentro do contexto urbano – [foi removido um pequeno grupo] • Mithethe e Malabwé – inseridas no contexto rural, sendo a gestão feita pelo distrito e não pelo município – [Grande parte da comunidade foi removida, mas uma parte ficou no local]” <p>Trabalho preliminar</p> <p>“O reassentamento deveria ter como premissas as <i>guidelines</i> do Banco Mundial para reassentamentos involuntários, ou seja teríamos que dar condições iguais e melhores, e o desejo é sempre que se possa dar algo a mais.”</p> <p>“No início foram contratadas empresas moçambicanas para fazerem o mapeamento e conhecimento local, para que se pudessem elaborar as estratégias de abordagem inicial.”</p> <p>“Assim, a empresa Austral fez o trabalho de campo quantitativo, e a Impacto fez o trabalho em termos qualitativos.”</p> <p>“Todo este trabalho para caracterizar esta população, perceber quem são, como vivem, quais são as suas expectativas (até em relação à própria casa), o seu modo <i>vivendus</i>, para que se pudesse pensar num reassentamento que trouxesse uma melhor qualidade de vida, mas de forma a não mexer muito na dinâmica das pessoas. Porque são comunidades tradicionais que têm os seus antepassados nestes locais e que vivem as questões espirituais de uma forma muito forte.”</p> <p>Primeira fase do relacionamento Diagonal/comunidade</p> <p>“Houve uma muito boa relação entre diagonal e as comunidades, o que facilitou o trabalho, porém as dificuldades começaram quando foram indicadas as áreas dadas pelo governo para essas populações.”</p> <p>“No caso das populações mais urbanas, por exemplo, era importante estar perto da urbe, pois no imaginário das pessoas, estar perto da zona urbana dava alguma segurança em tempos de guerra. Estas comunidades queriam ser reassentadas, não se opunham, mas tinham muito medo de sair do perímetro da área urbana. Em relação às comunidades rurais estas questões não se colocavam, por isso tornou-se mais fácil de trabalhar com estas comunidades.”</p> <p>“Depois destas duas pesquisas deu-se início ao processo de auscultação da própria comunidade, e também de explicar o que ia acontecer, quais eram os objectivos e quais eram as perspectivas.”</p> <p>Organização das novas casas / bairro</p> <p>“Na fase de auscultação foi apresentado qual era o desejo da diagonal em termos de reassentamento, para o qual foi usado as pesquisa qualitativas feitas com base em grupos focais (jovens, mulheres, formadores de opinião), nesses grupos era perguntado que tipo de casa eles queriam no futuro, e trabalhava-se muito com desenho e foram construindo as casa. Depois foi contratado um escritório de arquitectura moçambicano, que veio fazer connosco a parte do anteprojecto. Como seriam as casas e a organização deles dentro de um novo território, tendo por base as pesquisas qualitativas efectuadas.”</p> <p>“Nesta altura começou a pensa-se como seria a divisão das pessoas dentro da área de reassentamento, pois é uma área única, para onde iriam as 4 comunidades, com as suas</p>	

especificidades, e características muito diferentes. Assim, na área do reassentamento o desenho que se formou foi com as comunidades juntas tentando manter uma unidade, mas mantendo os vínculos das comunidades. O trabalho no entanto consegue-se fazer em colectivo.”

“Claro que houve algumas questões complicadas, nomeadamente o facto de não haver nenhuma outra experiência de reassentamento próximo, e por isso, mesmo se falando com as pessoas, explicando, mostrando o protótipo e mostrando a área desde o início, para eles tentarem visualizar qual era ideia, as pessoas continuavam a ter alguma dúvida de como seria casa, porque se trabalha muito com o imaginário e quando chegaram lá foi um pouco complicado, porque era diferente do imaginário.”

Pontos fortes

“No geral quem trabalha há muito tempo sente que foi muito satisfatório porque a maioria das pessoas aceitou bem o reassentamento, embora claro tenha havido alguma resistência por algumas pessoas.”

Dificuldades

“Uma questão que foi mais difícil de lidar foi trabalhar também com as estruturas governamentais, quer pela forma que a coisa está organizada no país e também pela falta de experiência nesta questão. No início houve alguma dificuldade, mas as coisas têm avançando de lá para cá, nomeadamente na questão de entender papel da empresa no processo, e de assumir o que próprio governo tem que ser protagonista deste projecto.”

“Houve algumas pessoas que não queriam ser mudadas, mas isso faz parte do processo, é impossível para quem nunca passou por isso perceber o que é ser obrigado a sair do sítio onde sempre viveu.”

“É um processo muito lento, e a própria conjuntura do país faz com que muitas questões ainda sejam muito delicadas e muito sensíveis de serem trabalhadas, é estar constantemente a reinventar o quotidiano.”

“Uma questão que dificultou muito o trabalho é que as pessoas colocam-se constantemente na posição de pedir esmolas e isso é uma coisa que agrava muito o trabalho social. É difícil mudar a mentalidade de populações que durante muitos anos receberam de organizações doações de tudo. Isto terá que mudar e a comunidade geral terá que pensar em se desenvolver por si, mas, para isso, os agentes sociais que estão no território terão que contribuir para que as pessoas observem que há outras formas de desenvolvimento sem necessariamente estar constantemente a pedir.”

“Não havia em Moçambique profissionais formados na área das ciências sociais, o primeiro curso de serviço social começou em 2010. Assim, foi preciso trabalhar com pessoas que não tinham estudo. Teve que ser feita contratação de elementos só com nível secundário, e isto foi um desafio e uma dificuldade. Mas ao longo de 5 anos foi possível formar profissionais na parte prática, que deverá agora ser complementada com a parte teórica.”

Sustentabilidade do reassentamento

“Uma coisa são as quatro paredes, outra coisa é como é que as comunidades se vão reorganizar nas suas estruturas, para que o reassentamento tenha sustentabilidade. O território está organizado e as pessoas têm todas as infra-estruturas necessárias, mas para que haja desenvolvimento é necessário ainda um grande investimento na população. Nomeadamente, as famílias devem querer investir agora na sua edificação para que esta se mantenha, e as pessoas não estão habituadas a isso, isto tem vindo a ser construído. A empresa tem uma preocupação muito grande com a sustentabilidade do empreendimento, por isso ainda há muito investimento tendo em vista possibilitar às famílias um ganho não só na casa, mas no seu próprio modo de vida, e que elas possam construir novas relações e também para poderem melhorar o seu poder aquisitivo (melhorando assim a qualidade de vida, numa perspectiva de desenvolvimento económico), pois são comunidades extremamente pobres.”

“Muitas das famílias não tinham nem o que comer, por isso para poderem ter ganho de forma continuar a investir neste imóvel não será uma coisa de imediato. Mas observa-se já a melhorias das casas usando mais materiais tradicionais para edificar novas barracas, ou aumentar um quarto. Mas na perspectiva da melhoria do próprio imóvel a empresa está a fazer algum investimento, tem trabalhado principalmente no plantio das árvores de fruto nos quintais (mas muitas das pessoas que receberam as mudas não as conseguiram manter).”

Reassentamento rural / urbano

“Quase 100 % das famílias tinha um perfil rural, com a machamba como instrumento de sobrevivência da família, mas por outro lado foi encontrado um pequeno grupo que tinha um vínculo com a área urbana, porque tinha um emprego.”

“Todas as famílias cujo chefe de família tinha como fonte de rendimento a machamba, foram introduzidas no meio rural. Na área urbana não havia disponibilidade de área para machamba, e assim esta hipótese foi oferecida a famílias com chefe de família a trabalhar na cidade, mas foi-lhes dado a alternativa de irem para Cateme (rural) se quisessem. O inverso não foi possível, porque foi considerado que pessoas que só vivam das *machambas* teriam dificuldade em arranjar estratégias de sobrevivência numa área urbana sem acesso a *machambas* (nomeadamente porque no meio urbano tinha características que precisavam de dinheiro como a água canalizada e electricidade).”

“Assim a grande maioria das pessoas foi assentada na área de Cateme e neste reassentamento está a ser feita uma série de investimentos com vista à sustentabilidade do reassentamento. A empresa também tem interesse nesta sustentabilidade porque vai ficar pelo menos 35 anos e as pessoas continuam em áreas circunvizinhas. Na área urbana o investimento não foi tão grande, quer pelas características, quer porque beneficia das infra-estruturas do próprio contexto urbano.”

Indicadores de Qualidade de vida

Condições sócio-espaciais

Apropriação do espaço (sense of place)

“No início havia um interesse em sair, mas ao mesmo tempo alguma resistência, principalmente por causa do sagrado. «Como é que eu saio daqui, os meus ancestrais sempre viveram aqui, como é que vou desvincular e me juntar a outras comunidades que não conheço e que têm outros rituais».”

Cultura/Sagrado

“A questão do sagrado teve que ser reconstruído, porque é muito diferente do Brasil. As pessoas não podem mudar sem falarem com os espíritos ou de terem cerimónias e isso foi uma das coisas que tivemos que ter em conta e que nos ensinou muito. A diversidade cultural foi sempre respeitada e houve esta preocupação do respeito com as tradições das comunidades, sendo que muitas vezes teve que se ir mais devagar por causa disso. Esta questão é uma das coisas que tem que ser muito valorizada: o respeito à cultura que existe.”

Condições Ambientais

Sistema de abastecimento

“Durante as pesquisas feitas na fase de caracterização das comunidades foi observado que só havia fontanários, e em algumas comunidades mais rurais nem sequer isso havia.”

Acesso a energia

“Durante as pesquisas feitas na fase de caracterização das comunidades foi observado que quase 90 % não tinha electricidade.”

Instalações sanitárias

“Durante as pesquisas feitas na fase de caracterização das comunidades foi observado que em termos de saneamento nem latrinas havia, então em termos de conforto ambiental o que existia era o extremamente precário.”

Qualidade de vida

“Em termos de conforto ambiental melhorou sem qualquer dúvida.”

“Em relação à casa era muito complicado perceber a real utilização que lhe dão, era muito pequena, sem quartos separados, e muitos dormiam do lado de fora. Agora têm uma casa que tem mais conforto em termos de material, tamanho e ventilação (havia casas sem janelas ou feitas só com tijolos com buracos, por medo de assaltos). Mas também estas questões foram muito faladas, nomeadamente a questão da privacidade por considerarem que a janela agora é muito baixa. O conjunto de infra-estruturas que compõe o próprio imóvel: casa principal, cozinha (que deixa de ser debaixo da árvore), latrina muito próxima (poucas eram as famílias que tinham latrina, usava-se principalmente o fecalismo a céu aberto). Por outro lado as pessoas questionam também estas coisas, isto é o que nós observamos que é um ganho, pode ser que eles não avaliem isto num primeiro momento como sendo um ganho, pela forma como se relacionam com a casa.”

“Muitas vezes é difícil de perceber porque há coisas que são falta de conhecimento, mas há outras que são cultura, e é isso que o técnico tem que ter a sensibilidade de perceber, o que é que faz parte da cultura e deve ser respeitado, e o que é que, por outro lado, é falta de conhecimento e deve ser desenvolvido.”

<p>Di-B</p>	<p>Foi contratado pela diagonal em 2006 para trabalhar como tradutor, actualmente trabalha como auxiliar técnico social</p> <p>Desde 92 que liderava um grupo de teatro que trabalhava com as comunidades.</p>
<p>Processo</p> <p>Coisas que correram melhor</p> <p>“O resultado do trabalho no seu todo foi bom, houve muito trabalho, foi preciso mostrar às famílias o que ia acontecer, como ia acontecer. e depois no fim do trabalho ver as pessoas todas bem reassentadas, é muito bom.”</p> <p>O que está a ser feito agora</p> <p>“Agora ainda se continua a trabalhar com as pessoas reassentadas, com contacto permanente, nomeadamente para responder a algumas questões que as pessoas têm, e também para ajudar a perceber as coisas, porque a mudança não se faz se um momento para o outro. Também se está a tentar dar perceber que as casas não são da empresa, ensinar também novos hábitos, e aprender também com eles.”</p> <p>Fase de escolha do tipo de reassentamento</p> <p>“Foi feita uma assinatura de termo de escolha de opção (Cateme, 25 de Setembro ou indemnização assistida), e um termo de escolha de habitação, explicando as condições de 25 e as condições de Cateme.”</p> <p>“O plantão social estava sempre lá para responder às diversas questões, tendo em conta os critérios da empresa. Cada um tinha a suas ideias, mas tinham a que se estabelecer critérios. Até houve mudanças, pessoas que eram para ir no 25 de Setembro, mas que entretanto mudaram e foram para Cateme. Houve famílias resistentes, que optaram por indemnização assistida, através da compra de imóveis em Moatize ou Tete.”</p> <p>Início do reassentamento</p> <p>“Depois das famílias irem visitar as áreas anfitriãs e as casas modelo começou-se a reassentar. Eram reassentadas cerca de 10 famílias por dia, e havia ainda mais o processo de indemnização assistida que era muito mais burocrático.”</p> <p>Período de pós ocupação</p> <p>“As famílias já estão todas reassentadas, e agora é o processo de pós-ocupação. Agora o trabalho é de acompanhamento para ajudar a se adaptarem à nova comunidade, nomeadamente se habituarem às novas habitações. Foram criadas comissões nas comunidades com este fim, e as coisas estão ainda a correr.”</p> <p>Condições sócio-espaciais</p> <p>Habitação</p> <p>“Algumas das casas não estão com muito boa qualidade, porque houve um mau acompanhamento permanente da parte técnica.”</p> <p>Organização espacial</p> <p>“O terreno de reassentamento não é muito bom, e alaga em alguns pontos.”</p> <p>Apropriação do espaço</p> <p>“Cada uma das famílias começou por visitar a casa de modelo, mas no início tudo à volta da casa era mato e isto causou algum sentimento nas pessoas, sentiam que estavam a sair dos sítios onde viviam há muito tempo, onde viviam os seus avôs, os seus ente queridos, para ir para uma zona só de mata. Houve assim resistência, e era preciso ter cuidados a trabalhar com as famílias de modo a ajudar a ver as vantagens.”</p> <p>Qualidade de Vida</p> <p>“As pessoas sentem-se felizes e é que com muito orgulho que chego nas comunidades e vejo como as pessoas nos recebem, vamos a casa delas, as pessoas no geral estão felizes.”</p> <p>“A qualidade de vida das pessoas melhorou muito, antes moravam longe uma das outras e hoje sentem-se em família. Também se pode comparar as casas que têm agora com as que tinham, as distancias que tinham que percorrer para ir buscar água, para o mercado. Não tinham meio de vir à Vila e cidade. Agora têm uma escola com condições e onde os professores vão, passou a haver</p>	

posto policial, promoção de desporto, lar para crianças, tem hospital, tem menos doenças, e uma equipa que vai falar de hábitos alimentares. Têm mais oportunidades.”
 “Em relação às *machambas*, todas têm espaço, mesmo os que não tinham (em Cateme) foram fornecidos insumos agrícolas, foram acompanhados em termos técnicos.”

Di-C	<p>Trabalhou nos médicos sem fronteiras, e de seguida na organização viveremos (informação, educação, comunicação).</p> <p>Em 2007 começou a trabalhar na Diagonal, primeiro trabalhou na actualização dos dados em relação a cada casa – fichas de cadastramento - e depois trabalhou no plantão social.</p>
<p>Processo</p> <p>Pontos fortes</p> <p>“O trabalho feito com as comunidades fez com que na altura da mudança já as pessoas estivessem a contar e assim para a maioria das famílias foi fácil saírem.” “As lideranças locais foram envolvidas no trabalho e facilitaram muito o processo.”</p> <p>Coisas más</p> <p>“Demorou muito tempo desde que se começou a falar da necessidade de reassentamento até que finalmente as pessoas saíram. Foi um pouco complicado porque as pessoas já sabiam que iam mudar, mas não mudavam, e não se podiam desenvolver.” “Deveria ouvir-se mais as pessoas, pois o reassentamento deveria ser construído com as próprias pessoas afectadas. Deveria ter sido formado um comité que pudesse representar as pessoas reassentadas e que estivesse presente no comité de reassentamento. Porque o governo pode achar o que quer, mas as pessoas é que estão lá a sentir. Deveria ser uma coisa conjunta mais abrangente e mais democrática.”</p> <p>Indicadores de qualidade de vida</p> <p>Condições sócio-espaciais</p> <p>Habitação</p> <p>“Houve prejuízo para as pessoas que tinham casas sazonais ou alugavam das casas. As casas sazonais perderam com isto pois só tiveram uma indemnização. No caso das casas alugadas, a pessoa que tinha casa recebeu indemnização, e a pessoa que estava na casa ganhou uma casa. Assim a família que alugava deixou de receber aquele rendimento mensal. Tem havido agora discussões e problemas por causa disto.”</p> <p>Sagrado</p> <p>“Trabalhou-se muita na questão da exumação dos corpos, houve sentimento, mas as pessoas conformaram-se. As pessoas é que escolheram se os corpos ficavam lá ou eram exumados. No caso dos corpos que vieram para o cemitério as pessoas estão a criar uma relação diferente entre elas e os antepassados, porque o cemitério está ali perto.”</p> <p>Qualidade de vida</p> <p>“Ainda é um pouco cedo, mas quem viveu muito tempo num local, agora para se habituar à nova realidade e isso é um processo, tem que ser aos poucos. Os técnicos também têm que continuar a trabalhar com as famílias, a mostrar o bom que é estarem lá, pois têm casa melhor, água, saneamento, menos doenças. Mas claro que as famílias ainda estão muito presas ao que deixaram.” “Algumas pessoas já se adaptaram, principalmente quem tem um nível de vida e escolaridade mais elevadas, mas outros ainda vai demorar um pouco de tempo até se habituarem. Principalmente por causa das questões tradicionais «que só os africanos sabem como são».” “O desenvolvimento vai acontecer, o que é preciso fazer agora é ensinar para que façam as coisas por si mesmo. Para já é um pouco difícil, porque acabam de estar reassentados. Mas com o tempo acho que a qualidade de vida deverá melhorar.” “Mas foi bom ter havido reassentamento, houve mais desenvolvimento e as pessoas são outras,</p>	

são mais higiénicas e sabem fazer coisas diferentes do que faziam. Em 25 de Setembro as pessoas já tem água na torneira, têm energia, a qualidade de vida de poder comprar electrodomésticos, já tem rádio, televisor... então a própria vida está a melhorar. É uma vida diferente daquela que tinham antes.”

<p>Di-D</p>	<p>Formada em serviço social, trabalha há 15 anos como analista sénior de trabalho social. Tendo já trabalhado em diversos reassentamentos no Brasil.</p> <p>Iniciou o trabalho em Moçambique como gestora técnica dos projectos sociais, quando o projecto ainda estava em fase de estudos prévios. Actualmente trabalha como coordenadora do trabalho de pós ocupação em Cateme e 25 de Setembro</p>
<p>Processo</p> <p>“Dentro do reassentamento existiam as chamadas áreas prioritárias de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Chipanga • Mithethe • Malabwé e • Bagamoyo” <p>“Estas eram áreas que teriam que ser limpas de casas para a implementação dos projectos. Por outro lado também existia as áreas anfitriãs de Cateme e o bairro 25 de Setembro, que pertence à vila de Moatize. Este era o desafio: fazer o processo de reassentamento, mas também trabalhar com as áreas anfitriãs.”</p> <p>“Dentro das áreas prioritárias Mithethe e Malabwé eram rurais, e Chipanga e Bagamoyo urbanas. Chipanga um pouco ainda peri-urbana porque é um pouco atrás, mas Bagamoyo era mesmo dentro da Vila.”</p> <p>Início do processo com as comunidades</p> <p>“Então começou por se conhecer toda a liderança dessas comunidades, e preparar a equipa de técnicos locais, os quais já tinham experiência de trabalho com as comunidades, embora não tenham formação específica (a maioria tem até à 12ª classe), mas eles actuavam como activistas, e por isso já tinham uma grande experiência de trabalhar na comunidade. Estas pessoas eram essencialmente de Moatize e Tete, principalmente por falarem o dialecto local, essencial para este trabalho.”</p> <p>“Nesta altura foi levado o PAR já elaborado [cuja elaboração ela não esteve por dentro, porque estava a trabalhar na outra parte] às diferentes áreas e também a Cateme que seria a comunidade anfitriã, porque se percebeu que na área de reassentamento também viviam algumas pessoas, então também era preciso identificar estas pessoas e reassentar (21 famílias), e também definir a forma de indemnização das suas machamba.”</p> <p>“Quando comecei a trabalhar nas áreas comecei a trabalhar com os líderes e no início, tirando em Chipanga, não havia qualquer resistência em ser reassentadas, mas havia necessidade de acreditar que realmente ia acontecer. No início era como se não acreditassem. O nosso trabalho foi de preparar as famílias para a mudança, porque sabíamos que ia acontecer. No entanto nós dependíamos da obra e a obra atrasou. E no momento em que lá chegamos, por exemplo em Mithethe já estava a haver problemas, por causa dos furos de geologia e dos acessos já estavam a ser afectadas algumas <i>machambas</i> que tiveram que ser indemnizadas, então esse foi o primeiro trabalho. Havia também estudos de caso, na preparação das mudanças.”</p> <p>Preparação da saída</p> <p>“Assim a parte de preparação da saída teve estas questões:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. indemnização simples das <i>machambas</i> e palhotas (da machamba), que foi feito como apoio à geologia; 2. preparação da família na parte da documentação e 3. preparação da família para a mudança em si.” <p>Documentação</p> <p>“A parte da documentação foi um grande problema no processo, porque o nome do documento e o nome das pessoas normalmente é diferente, várias vezes vinham dois nomes quando era a mesma</p>	

pessoa. Isso foi de facto um problema. Assim, tentou-se que pelo menos cada casal pudesse ter o BI para ser mais fácil. Conseguimos convencer a empresa [Vale] que isto era importante, o governo na sua instância maior também aprovou, mas depois o técnico que vinha ver exigiu um subsídio, por isso não aconteceu. Depois veio a altura das eleições e era preciso o cartão de eleitor e isso já ajudou. Isto foi um pouco complicado, mas foi ultrapassado.”

Censos

“Em 2007 foi feita uma actualização dos imóveis e famílias que tinha sido feita em 2006. As famílias novas que foram identificadas, foram também indemnizadas. Quem construiu depois desta actualização não teve direito a nada. Nesta actualização também foi visto os casos de pessoas que tinham morrido, famílias que se tinham separado, crianças que tinham ficado órfãs, e estas situações foram vistas como estudos de caso. O trabalho nesta altura era feito através de visitas domiciliárias e reuniões.”

Formas de compensação

“Quem tinha casas sazonais, ou alugava casa a outras pessoas, ou tinha casa que não habitava, foi indemnizado, mas não foi reassentadas – chama-se indemnização simples.”

“Em relação a casas que tinham inquilinos, estes receberam uma casa, por que o PAR diz especificamente que é para o residente.”

Dificuldades

“O líder de Chipanga esteve sempre ausente, mas no entanto uma ausência resistente. Enquanto os outros líderes foram grandes parceiros, porque tinham as suas reivindicações, mas estavam presentes e estávamos juntos trabalhando com as famílias, o secretário de Chipanga tentou impedir tudo, mas os chefes das unidades estavam com a Vale, e ajudavam em tudo.”

“Foi um grande trabalho de negociação e convencimento, principalmente em Chipanga que foi mesmo mais resistente.”

“Em Chipanga havia um plantão – gabinete de atendimento – onde sempre tinha um líder a acompanhar os atendimentos. Toda a reunião tinha um líder, tentou se seguir a hierarquia, e trabalhava-se com aquele que é abaixo do secretário, que é o chefe de zona quando é povoado, ou chefe de unidade quando é bairro.”

Mudança para as áreas reassentadas

“As mudanças foram todas pensadas e planeadas, havia um número de mudanças por dia. Principalmente para Cateme era difícil, e toda a mudança foi preparada com reuniões explicando como é que se ia transportar tudo, nomeadamente os animais e tudo mais. Toda esta apresentação era apresentada por grupo com reuniões. A pessoa recebia o aviso uma semana antes da mudança, e ainda ano dia antes a equipa ia monitorar e ver se estava tudo pronto. Normalmente era na véspera que as pessoas demoliam a casa, porque eram elas próprias que tinham que demolir. A maioria quando amanhecia já estava pronta, e muitas tinham a sua melhor roupa, que até emocionava. Mas claro que também houve casos de pessoas que tivemos que reagendar, principalmente em Chipanga, porque não aceitavam este processo.”

“A empresa assegurou também um pagamento de 2000 meticais extras para quem as coisas não coubessem todas no carro. Isto foi uma coisa que foi reivindicada por Chipanga, mas no fim foi dado a todos, mesmo os de Mithethe que nesta altura já estavam reassentados. E depois soubemos de alguns caso em que usaram este dinheiro para comprar cabritos, ou cortinas para a casa ou assim.”

Plano de pós-reassentamento

“Em Cateme tem também toda a infra-estrutura pública – as duas escolas, o posto de polícia, o cemitério, o centro de saúde. No pós-ocupação estamos a trabalhar para que uma comissão conheça estes equipamentos e que divulgue os equipamentos par a população. Com estas comissões há reuniões mensais, e este mês irão se juntar todas as comissões para se avaliar os avanços até agora e planear o futuro dos próximos 3 meses.”

25 de Setembro

“Em 25 de Setembro, a área era livre, mas havia o entorno. Então teve que se trabalhar com o secretário do bairro para que fosse preparando as pessoas para receber quem vinha. O projecto agora está a construir um posto de saúde, que é o único equipamento público na área de reassentamento, as outras infra-estruturas são as que pertencem mesmo à Vila, e neste sentido foram efectuadas melhorias nos equipamentos que estavam na Vila, para que pudessem dar melhores condições a quem lá estudava, mas também receber estas novas pessoas. A proposta para 25 de Setembro é que eles sejam inseridos no quotidiano de Moatize.”

“Viver tipo urbano sempre foi reivindicação de um grupo, principalmente de Chipanga. A primeira

área era capanga, mas aí já tinha uma concessão da Riversdale e falando com o conselho municipal foi concedida esta área no bairro de 25 de Setembro que hoje já está administrativamente regularizado. Hoje aquela área é a unidade 6, do bairro. O secretário mantém-se o mesmo que era, e entretanto os nossos representantes também já legitimaram as suas funções com o governo. A questão da machamba, a maioria dos que optaram por morar no urbano não tinha machamba na área reassentadas, a sua já era fora, e por isso mantém a mesma machamba porque não foi mexida. Mas o governo devia ter indicado uma nova machamba, mas isso não foi feito ainda.”

“Eles queriam só mudar quando isto já tivesse sido resolvido, mas foram convencidos a ir antes.”

“Em 25 foi garantido a todos água no quintal e luz, mas isso tem encargos, e isso foi bem explicado antes. As casas são iguais, mas o Kit rural só foi feito para quem tinha antes (ao contrário de Cateme).”

Indemnização assistida

“Existiam famílias que não queriam ser reassentadas nem para 25, nem para Cateme, houve 106 famílias que entraram no processo de indemnização assistida, podendo comprar um imóvel, tendo em conta os tamanhos dos agregados familiares, garantindo igual ou melhor. A proposta era que o grupo fosse o menor possível, porque estas pessoas não iam estar incluídas nos programas sociais. Foi feita uma pesquisa imobiliária para perceber quais era a referência de valor de comprar das casas. O valor inicial de referência foi de 87500 mtc (cerca de 2150€). Era uma compra regularizada, sendo que o morador não teve acesso ao dinheiro. A compra foi feita directamente entre a Vale e o dono do imóvel. Foram as pessoas que procuravam a casa, depois a equipa social e técnicos do governo faziam a vistoria técnica e em termos de habitabilidade. Era preciso também uma parte burocrática, que era toda acompanhada pelos técnicos da Vale. Era depois preciso pedir o DUAT ao governo, para isso era preciso toda a documentação e ainda o termo de habitação que tinha que ser assinado pelo administrador, aí isso era enviado para o governo e vinha então o DUAT que era entregue ao morador no dia da mudança. A empresa pagou o transporte dos pertences. Restou um grupo de 34 que não conseguiram achar a casa a estes preços e o valor teve que ser reajustado para 112000 meticais (cerca de 2700€). Houve ainda uma família que teve uma casa de 250 000 cerca de 6000 €), mas porque era uma família grande de 19 pessoas e por isso não conseguiu mais barato. Mas houve um grupo que soube disto e que quer receber a diferença entre o valor da sua casa e este valor.”

Fim do processo de remoção

“O projecto de remoção acabou em Agosto do ano passado, tirando situações específicas, como o caso dos órfãos que ficaram órfãos entretanto. Foi pedido ao governo um posicionamento sobre a forma de tratar de papéis, e perceber em nome de quem saíram, porque normalmente não estamos habituados a trabalhar com crianças. No fim veio um do papel a dizer que as casas deviam vir em nome dessas crianças. E os tios ou pessoas mais velhas que tomavam conta deles é que assinaram os papéis em nome das crianças, mas o documento legítimo da empresa saiu em nome dos menores.”

“Portanto dentro do processo tivemos que mudar muitas coisas. Houve muitos estudo de caso, mas que depois funcionaram bem.”

Pontos chave do reassentamento

- “Participação das famílias;
- Parceria com as lideranças, que são também moradores;
- A aceitação por parte das famílias do reassentamento
- Troca de conhecimento do próprio projecto. As pessoas souberam desde início sobre o projecto, e tiveram sempre participação no processo;
- A equipa era local e conhecedora dos locais e dos costumes;
- Os moradores foram aproveitados como mão de obra no reassentamento, tiveram prioridade.”

Maiores dificuldades

- “O perfil do líder de Chipanga, que era uma pessoa ausente, mas usou isto para o seu bem próprio e não para a justiça. Enquanto os outros participaram e tentaram que este processo fosse feito de forma justa e o melhor possível;
- Dificuldade com o dialecto;
- Atraso da obra e do reassentamento. O que foi um grande dificultador, porque as pessoas tem as suas expectativas. “

“O processo foi muito dinâmico, com coisas positivas e negativa, mas foi-se dialogando e foi acontecendo”

Processo de Pós-ocupação

“O pós ocupação é mais um plano territorial, das pessoas aceitarem que aquilo é deles, desvincular os reassentamentos da empresa, e eles se desenvolverem. A semana passada foram feitas várias apresentações de uma peça de teatro com o tema “novo território, nova moradia” com o propósito de perceberem que é deles, que têm que desenvolver aquilo, que podem criar, ampliar. Existe uma comissão que se chama de infra-estrutura, que explica que para se construir tem que ter regras e ir buscar orientações técnicas - Já não é como era antes. A vala de drenagem tem uma função, não pode se deitar lixo. A iluminação é pública - tem gente que fez a vedação do seu quintal e pôs o poste dentro do quintal.”

“Há uma comissão de agricultura e pecuária que é mais virada neste momento para os criadores de animais, porque os cabritos normalmente ficavam soltos e chegou ao ponto de ficarem presos no posto policial. Por causa disto também se formou a comissão de segurança e o policiamento comunitário, com um a parceria com a empresa ARC que forneceu fardamento, treino e material.”

“As comissões têm como instrumento um caderno que usam para descrever todo a interacção que têm com as famílias, então no fim vou ter uma noção da adesão de cada talhão às nossas propostas de reassentamento.”

“Ainda está tudo muito incerto, então daqui a 3 meses (30 Agosto) o objectivo é perceber o que é que resultou, e o que é que não, para apresentar à empresa Vale, e definir depois estratégias de continuidade, de ver como é que vão poder seguir mais. No mínimo serão 3 anos do programa pós ocupação, e ainda estamos muito cedo”

“Neste momento além da equipa de que pós-ocupação, estão a trabalhar no reassentamento o programa social e a parte do relacionamento e o impacto do projecto nas comunidades.”

Indicadores de qualidade de vida

Condições sócio-espaciais

Habitação

“Começou por se fazer a casa modelo e foram convidadas 2 pessoas por famílias para irem conhecer a casa modelo e dar algumas sugestões que pudessem ainda ser ajustadas no processo. Nesta visitas o que mais agravou foi a cozinha: por mais que o projecto tenha sido discutido a todos os níveis do governo, e conhecendo a realidade (porque as pessoas cozinham fora da casa normalmente), o entendimento dos envolvidos no projecto foi que fosse do lado de fora, mas saiu um projecto de cozinha semi-aberta, mas eles não aceitaram, e assim se fez o projecto final com as laterais fechadas, e a parte da frente está meia fechada. Na realidade o que eles queriam era outra divisão, porque eles cozinham na rua. Mas o projecto não podia conceber uma cozinha fora, porque o objectivo é dar igual ou melhor. E o projecto então foi implementado com diversos ajustes. Foram levantadas outras coisas como a espessura da placa de zinco e questões com as janelas.”

“O reassentamento avançou e aí todas as pessoas foram levadas para conhecer a casa final, não a sua própria, mas foram em grupos de famílias por tipologia, pois já havia uma casa por tipologia, e foi também já mostrado o talhão identificado para perceberem as dimensões.”

“Havia 5 tipologias:

A – sala e dormitório;

B – sala e 2 dormitórios;

C – sala e 3 dormitórios;

D – sala e 4 dormitórios;

E – sala e 4 dormitórios, mas com uma cobertura para os dois lados.”

“Em Cateme toda a gente recebeu o Kit rural: curral, estendal, celeiro, pombal. Mesmo se não tivesse, em 25 de Setembro só receberam os que já tinham.”

“Outra situação foi a questão do “guero” (dormitório anexo) que foi também tido em conta, porque os jovens quando fazem 16 anos passam a ter que viver num anexo. Todas as famílias que já tinham tiveram. Houve uma reivindicação que todos queriam, mas isso não foi contemplado.”

“São tipos de casa completamente diferentes e por isso é um processo de adaptação ao novo para todos.”

“Hoje o grande nó é o problema dos imóveis por causa das rachas e afins, e o social acabou por estar junto neste processo com a Odebrech [empresa responsável pela construção das casas] para ser feito um levantamento (feito pelos membros da comissão que tiveram um treino) e já estão a começar a ser trocadas as coisas.”

“As pessoas sentem que eles conhecem como fazer a casa, eles conhecem a “nossa casa” e agora eles receberam esta casa pronta, feita por outros, com uma tecnologia que não conhecem, e

mesmo tendo acompanhado, não é a mesma coisa.”

Educação

“A comissão de pós-reassentamento participou este ano no plano e organização do calendário escolar.”

Saúde

“Dentro dos programas sociais, já houve actividades como a palestra do parto institucional feito pela comissão das edificações públicas.”

Organização espacial

“Além das famílias também foram reassentados comércios e instituições religiosas. Estas pessoas receberam um talhão não residencial. Só que o acordo era de se pagar a indemnização pela infraestrutura, e um valor de restabelecimento da sua actividade. A reconstrução é da própria opção, podiam receber a indemnização e não reconstruir no seu talhão não residencial.”

“Os talhões não residenciais são os próximos das fontenárias, está agora a ser desenvolvido um projecto de meio ambiente, uma proposta que está a existir no momento é que essas áreas sejam transformadas em espaços verdes em coordenação com a comissão de saúde e ambiente da comunidade. O projecto já foi validado, e agora está em fase de discussão com o governo, que já mostrou interesse.”

“Nas áreas próximas dos fontanários é onde ficam quer os comerciantes, quer as igrejas. Havia mais talhões que a necessidade e cada um por escolher quais eram os melhores locais para eles.”

Apropriação do espaço (*Sense of Place*)

“Em 25 de Setembro foi pedido uma muda de plantas de sombra, e por isso foi dado, antes já tinha sido dado uma morangueira que é também comestível. Assim algumas pessoas trataram das mudas, cercaram e cuidaram delas, por isso há algumas que já estão bonitas.”

Condições Ambientais

Sistema de abastecimento

“As fontenárias que foram construídas, foram também com o objectivo de terem água para seu consumo, mas também para terem para poderem regar o seu quintal. Nesta altura houve algumas pessoas que se queixaram desta situação e aqui teve que ser explicado que era padrão, e não individual, e que cada família se quiser e tiver condições pode mudar.”

Tratamento e disposição de resíduos

“Os comerciantes fizeram um buraco agora para pôr o lixo, que achavam que aquela zona do mercado estava muito suja.”

Condições económicas

Produção agrícola

“A proposta do desenvolvimento em Cateme é baseada na agricultura”

Estratégias de sobrevivência

“Dentro da empresa o programa social baseia-se na estação de conhecimento, que quer dar oportunidades a estas famílias de se desenvolverem através da agricultura.”

“As actividades [olaria] que existiam eram irregulares [não estavam licenciadas] e dentro do programa do PAR estas acções têm que ser regulares. Dentro do acordo do PAR estas questões tem que ser regularizadas com o governo. Então ela consta do PAR, mas é responsabilidade do MIREM fornecer uma nova área para os oleiros.”

“Em 2006 havia nos censos foi identificado um grupo de 45 oleiros. No PAR definia que a nova área devia ser definida pelo MIREM, mas a Vale deveria identificar todas as pessoas que dependiam da olaria. Foi aplicada a pesquisa, e a empresa na altura propôs que se tirasse a camada de argila da terra, essa argila seria transportada para Cateme e lá seria feito o tijolo, e empresa garantiria o transporte dessa argila depois para a Vila, e considerando depois a proposta de se construir um armazém para armazenar estes tijolos, através de uma associação. Foram convocados os 45 oleiros para discutir isto numa reunião, mas para a 1ª reunião apareceram 19, na 2ª reunião apareceram 16 e só 3 eram os mesmos. Os oleiros que foram não consideraram uma boa proposta, primeiro por ser em associação, e depois eles alegaram que o tijolo é muito frágil e que com este transporte todo se tornava pouco viável. Na segunda reunião esteve também presente uma pessoa do MIREM, mas que vinha apenas para ouvir e não tinha quaisquer indicações para dar. Dado a falta de interesse das pessoas, todo este assunto passou a ser discutido com as pessoas da comissão de reassentamento, e continua a se discutir, mas até hoje não há proposta de continuidade desta actividade.”

Já mais tarde, resolveu-se que as olarias seriam compensadas, fez-se reunião de novo com os oleiros e apareceram 188, e então foi explicado para eles o que seria considerado forno. A questão é que a maioria deles não eram oleiros, mas sim especuladores, mas mesmo assim foram cadastradas todas as olarias. Começou-se automaticamente os cadastramentos de Dezembro de 2009 a Fevereiro com ponto de coordenada e registo fotográfico, assinado pelo proprietário e dono. A empresa teve então a iniciativa de indemnizar, mas não indemnizar o tijolo, mas sim considerar como uma produção, tendo em conta a dimensão e número de trabalhadores de cada um, mas depois com o governo chegou-se à conclusão que deviam receber todos um único valor de 60 000 mtc (cerca de 1400€), independentemente do tamanho da olaria. Na pesquisa tinha-se concluído que a maioria das pessoas iria receber entre 5000 a 6000, e havia apenas 2 oleiros mais velhos que mereceriam este valor. Ainda apareceu mais gente nessa altura a dizer que tinha uma olaria, e o governador considerou que deviam também ser pagos. Foi efectuado o pagamento, mas hoje eles reivindicam ainda um outro valor.”

Qualidade de vida

“Eles estão numa transição. Na área de origem garantiam dentro das suas condições a qualidade de vida, e agora houve uma mudança e é diferente e novo, mas houve uma transição. O positivo neste novo são as oportunidades, que são maiores em termos de qualidade de vida socioeconómica. O reassentado está a ter mais oportunidades, pelo próprio projecto, e pelo crescimento desta região mineira. A empresa está compensando e ainda a trazer novas e mais oportunidades.”

“Acho que a questão da qualidade de vida também tem a ver com eles antes estavam no seu sítio, e eram camponeses, mas agora viram novas coisas, conhecem novas coisas, e têm outros horizontes. Então sabem melhor o que querem: «quero ser pedreiro, quero ser electricista...».”

“Agora têm casa com condições que a outra não tinha, por isso querem comprar uma televisão, ou ter um sofá. Então isto também pode ser visto como qualidade de vida: ter coisas, pôr o filho na escola, ter dinheiro para comprar o uniforme, conta de luz, bicicleta, moto, transporte para vir para a Vila...”

<p>DI-E²⁷</p>	<p>Responsável pelos programas sociais a serem delineados agora para a população reassentada</p>
<p>Eixos de actuação neste momento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Educação e Cultura • Desporto • Saúde • Actividades produtivas <p>O foco destas actividades é as famílias reassentadas quer de Cateme, quer de 25 de Setembro</p> <p>Eixos de Actuação em Cateme</p> <ul style="list-style-type: none"> • Actividades produtivas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Estão a ser ensinadas novas técnicas de plantio através de campos de demonstração de resultados (foram escolhidas 10 famílias e em cada uma foi feita uma técnica nova) ○ Existe no entanto muita resistência ao que é novo, a preocupação só com o pequeno prazo e em coisas que atenda as suas necessidades imediatas ○ Em 2012 deverá estar pronta a Estação de Conhecimento a qual terá cursos de profissionalizantes, de modo a criar sempre novos técnicos que atendam a realidade local. • Saúde <ul style="list-style-type: none"> ○ Foi feita uma pesquisa base onde foi visto o perfil nutricional da população ○ Foram elaboradas campanhas de vacinação e desparasitação. ○ Foi feito trabalho com gestantes no sentido de incentivar o parto institucionalizado ○ O trabalho é sempre feito envolvendo os líderes e centro de saúde. • Deporto <ul style="list-style-type: none"> ○ Futebol e atletismo dinamizados ao longo de todas as escolas da estrada que liga Cateme a Moatize (12 escolas no total) 	

²⁷ Entrevista não gravada

- Educação
 - Apoio à gestão pública através de formação de directores e gestores

As pessoas aos poucos estão a se adaptar

3.2 ORGÃOS DO GOVERNO

3.2.1 Guião das entrevistas

Comissão de reassentamento	Objectivos: Perceber a dinâmica de reassentamentos em Tete. Perceber a percepção que têm sobre o reassentamento específico de Moatize
-----------------------------------	---

Guião da entrevista

- Apresentação pessoal (nome, função, acompanhou todo o processo, experiência anterior neste tipo de processos)
- Apresentação da comissão
 - Quando foi formada?
 - Em que contexto?
 - Porque é que Tete é a única província a ter uma comissão de reassentamento permanente?
 - Quais são os objectivos da comissão
 - Quais os meios que a comissão dispõe para acompanhar e monitorizar os reassentamentos em curso.
- Quantos reassentamentos já se efectuaram e quantos estão previstos de ser efectuados? Todos estão a ser alvos de Planos de Reassentamento segundo as normas do Banco Mundial?
- Quais acham que são as maiores dificuldades dos processos de reassentamentos?
- Quais consideram ser os pontos chave para o sucesso de um reassentamento?
- Quais acham que podem ser os impactos destes reassentamentos para a região de Tete? Quais os principais impactes positivos e quais os principais impactes negativos?
- O que considera necessário para se ter uma boa qualidade de vida?
- Pensam que as pessoas que têm sido reassentadas no distrito de Tete têm agora melhor qualidade de vida do que tinham? Porquê?
- E no caso de Moatize em particular?

Administrador ou representante	Objectivos: Perceber de que forma foi envolvido no processo Perceber qual a sua percepção sobre os reassentamentos
---------------------------------------	--

Guião da entrevista

- Apresentação pessoal (nome, há quanto tempo é chefe de posto)
- De que forma foi envolvido na fase de planeamento do processo?
- De que forma foi envolvido na fase de reassentamento?
- Tem algum envolvimento particular neste momento com as populações reassentadas?
- Quais considera terem sido as coisas que correram pior durante o processo de reassentamento?
- Quais considera terem sido as coisas que correram melhor durante o processo de reassentamento?
- Acha que alguma coisa deveria ter sido feito de forma diferente? Porquê?
- O que considera necessário para ter uma boa qualidade de vida?
- Considera que neste momento a população que foi reassentada tem melhor qualidade de vida do que aquela que tinha? Porquê?

3.2.2 Resultados das entrevistas

<p>Administrador cessante de Moatize Adelino Anselmo Silveira</p>	<p>Nasceu em Moatize, mas entre a década de 60 e 90 esteve fora. Trabalhou com polícia e já depois da reforma foi convidado para administrador de Moatize em Agosto de 2006, cargo que ocupou até 2010</p>
<p>Processo</p> <p>Motivos do reassentamento</p> <p>“Em 2006 uma das características de Moatize era o facto estarem a nascer vários investimentos, havendo a necessidade de coordenar o trabalho com estas empresas. Nessa altura o nome que mais se ouvia era a Vale, que foi das primeiras empresas a entrar para exploração do carvão.”</p> <p>“O objectivo da Vale em Moatize é a extracção de carvão a céu aberto, o que significa que tudo o que estava à superfície, dentro da área de concessão, teve que ser removido, incluindo as pessoas. Foi neste contexto que ouvi pela primeira vez o nome de reassentamento. Este processo já acontece em Moçambique, normalmente por motivos de calamidade, mas este caso era por motivo económico, assim isto é mais complicado porque o cidadão que lá está não está aflito, quem está aflito neste caso é o governo e a empresa que terão por isso que trabalhar com as pessoas.”</p> <p>Processo de reassentamento</p> <p>“Era então preciso sensibilizar as pessoas envolvidas sobre o projecto, frisando que um dos pontos principais era extrair a riqueza para também servir ao povo moçambicano. Este foi um percurso de diálogo, mas muito complicado por ter que dizer a pessoas que estão a viver bem num sítio que têm que mudar para outro lado.”</p> <p>“A Vale desempenhou um papel preponderante no esclarecimento das pessoas, juntamente com o governo, este processo foi no entanto no processo que demorou muito tempo.”</p> <p>“Uma das principais preocupações das pessoas era: «querem nos tirar daqui, então para onde é que vamos?».”</p> <p>“Inicialmente existiam 4 locais definidos como sendo possíveis de usar para o reassentamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inhangonia 1 • Inhangonia 2 • Capamga • Samora (posto administrativo de Zobué)” <p>“Acabou por ser escolhido “Inhangonia 2” para o reassentamento do tipo rural, que passou a ser chamado por Cateme por este o nome que as lideranças locais consideravam como correcto; e Capamga, que seria um reassentamento urbano, mas no entanto esta zona estava concessionada pela Riversdale e foi descoberto carvão bom, de modo que teve que se procurar novos sítios. O fundo de fomento tinha talhões no bairro 25 de Setembro e por isso a Vale comprou estes talhões e foi neste local o reassentamento, que foi assim feito numa zona de expansão do bairro 25 de Setembro em Moatize.”</p> <p>“A aceitação por parte das pessoas das áreas de reassentamento foi bastante complicada. Depois durante o processo as pessoas começaram a ficar saturadas, pois sentiam que demorou muito tempo, assim ficaram com dúvidas de se realmente iam ou não ser reassentadas. Começou a haver alguma desconfiança e impaciência.”</p> <p>Início do reassentamento</p> <p>“Quando se colocou o primeiro grupo no reassentamento, a sua primeira percepção foi que a zona era boa e fresca, mas que, por ser uma zona nova, ainda tinham saudades da zona anterior. Mas as pessoas foram se habituando e sendo transferidas.”</p> <p>“Tendo em conta que é o primeiro reassentamento em Moçambique por motivos económicos, foi um sucesso e agora as pessoas estão com a vida normalizado, é verdade que não é igual às zonas onde viviam, mas têm as mínimas condições, em termos de habitação são excelentes, o que lamentam é a falta de área agrícola suficiente para toda a gente.”</p> <p>“Durante o reassentamento a empresa providenciou os transportes para poderem levar tudo desde a sua casa até Cateme, e depois era eliminada a casa anterior de modo a que não voltassem à casa anterior.”</p> <p>“Durante todo o reassentamento houve alguns observadores que estiveram cá de diferentes instituições.”</p> <p>Forma de envolvimento no reassentamento</p> <p>“Dentro da estrutura do governo foi formada a comissão do reassentamento ao nível da província</p>	

de Tete que tinha encontros agendados para discutir vários assuntos referentes ao reassentamento. E era o governo distrital em conjunto com a empresa que discutia as coisas e tomava decisões. Havia elementos destacados do governo distrital e do governo da vila de Moatize, os quais trabalhavam em conjunto com a empresa.”

“Eu, como administrador” estava na comissão e também fazia alguns trabalhos práticos. Não existia muito protocolo, havia muitos encontros, sempre que surgia a necessidade por causa de algum trabalho, havia assim uma fluidez das informações.”

Aspectos chave deste reassentamento

- “A coordenação do governo local juntamente com a Vale foi um dos instrumentos mais importantes para superar diversas dificuldades. Esta relação foi feita com uma grande sensibilidade. Muitas vezes houve “chapadas” das comunidade, mas isto foi considerado normal neste tipo de processos, e foi resolvido em conjunto;”
- “Atendimento das questões das partes afectadas por parte da empresa;”
- “Ao lado deste processo, o investimento da empresa na parte social galvanizou todo o reassentamento, nomeadamente pelas infra-estruturas reabilitadas.”

Coisas que não correram bem

- “Morosidade na implementação do processo de reassentamento, esta questão não foi muito favorável no processo de reassentamento.”

Indicadores de Qualidade de vida

Condições sócio-espaciais

Habitação

“Antes de se movimentar as pessoas para as novas áreas, e para se tentar que as coisas não fossem impostas às populações, foi feita uma casa modelo (uma casa tipo 1 – uma sala e um quarto - já que conforme as famílias iriam haver diferentes tipos de casa, que variavam fundamentalmente no número de quartos - casa do tipo 1, 2, 3 e 4). Em primeiro lugar o governo foi ver e fazer os seus comentários, depois as lideranças comunitárias e depois também grupos dos abrangidos, para poderem ver como iria ser a casa modelo e darem também contribuições. Estas contribuições foram tidas em consideração, mas esta fase foi bastante difícil, houve bastante discussão, em particular em relação às janelas, por ser grande, baixa e ter vidro. Teve portanto que ser explicado às pessoas que agora estas casas já eram casa melhoradas, e que as casas de alvenaria têm que ser arejadas, não pode ser como as casas antigas.”

“Numa visita a Cateme, as principais críticas dos primeiros reassentados era a questão das casas ficarem alagadas quando chove.”

Mobilidade

“Numa visita a Cateme, as principais críticas dos primeiros reassentados era o facto de não terem transporte a ligar a Moatize e a Tete. Estas críticas apresentadas foram discutidas com a Vale, que foi tentando resolver as questões que seriam possíveis. Assim, hoje já existem transportes para lá.”

Condições Ambientais

Sistema de abastecimento

“Em relação ao abastecimento de água no reassentamento, foi aprovado um plano com um único reservatório grande de betão, e este plano foi alterado sem consulta, para serem utilizados vários pequenos reservatórios de plástico.”

Condições económicas

Estratégias de sobrevivência

“Numa visita a Cateme, as principais críticas dos primeiros reassentados eram problemas de alimentação, não existência de um mercado, nem de moageira. Estas críticas apresentadas foram discutidas com a Vale, que foi tentando resolver as questões que seriam possíveis. Assim, hoje já há mais comerciantes, já há moageiras.”

Qualidade de Vida

O que é necessário para uma boa qualidade de vida

“É preciso ter o mínimo necessário. Aqui tem que se ter noção que estamos na presença de

camponeses:

- Água potável;
- Habitação;
- Terras agrícolas (e espaço para estas terras);
- Comércio;
- Transporte.”

“Serão depois também necessárias pequenas actividades para se sobreviver, tais como carpintarias, pequenas industrias e afins.”

Melhorou a qualidade de vida?

“Pessoalmente diria que os reassentados têm melhores condições de vida em relação a outros reassentados.”

“Mas eles quando falam dizem que estão em péssimas condições. Dizem que não estão a gostar, embora alguns gostem e se empenhem. Mas hoje Cateme é local de referência e já começa muita gente a se juntar à volta do bairro e criar infra-estruturas de outras coisas.”

“Importa pensar o que se deve considerar a vida melhorada, as populações viviam em casas de pau-a-pique, que tem que se mudar de pelo menos 2 em 2 anos o capim, e além disso quando chove facilmente chove dentro de casa. E quem vive nestas casas dificilmente pensa que um dia poderá vir a viver numa casa de alvenaria. Aliás esse também é um aspecto negativo, a mudança rápida para este tipo de casas, sem dar espaço para que as pessoas se possam habituar a usar estas novas casas.”

“O que é necessário e que as pessoas não estejam à espera que o governo ou a empresa vão fazer tudo por eles, cada qual tem que trabalhar. Aliás, muitas vezes quando as pessoas falam que estão mal é na procura deste assistencialismo do dia-a-dia.”

“Agora têm escolas, têm centros de saúde. Existe um combate ao analfabetismo, um combate às doenças, por isso está a caminhar-se para o desenvolvimento. As casas estão bem organizadas. E preciso sensibilizar as pessoas, porque elas têm boas condições, mas terá que ser feito um trabalho de consciencialização.”

<p>Secretaria permanente cessante de Tete</p> <p>Claudina Masalo</p>	<p>Actual Secretária Permanente de Quelimane, esteve em Tete entre 2006 e 2010 como Secretária Permanente e Presidente da Comissão de reassentamento</p>
<p>Processo</p> <p>Forma de envolvimento do governo</p> <p>“Qualquer processo de desenvolvimento que ocorre num território deve ter o envolvimento directo do governo. No caso de Tete, foi decidido que uma parte das pessoas do governo deveria ser destacada para formar a comissão de reassentamento ao nível provincial. Eu, como secretária permanente, fui nomeada para liderar desta comissão, com outros membros do governo como obras públicas, saúde, educação ou ambiente.”</p> <p>“Havia a comissão provincial, e depois havia subcomissões divididas por áreas, nomeadamente social, agricultura e afins. Havia também uma subcomissão com os dirigentes locais, e a nível mais baixo os directores dos serviços provinciais e técnicos que no dia-a-dia iam fazendo o trabalho no terreno.”</p> <p>“Foi um desafio muito grande, não foi fácil. Foi a primeira experiência para a maioria das pessoas do governo. No entanto com tempo, e conversando também com os membros da empresa que tinham mais experiência acabamos aprendendo e começamos a falar a mesma linguagem.”</p> <p>“Num processo de reassentamento a regra é que as pessoas reassentadas vão para locais com condições melhores ou superiores, por isso o grande desafio do governo era defender esta situação, sem prejudicar o empreendimento.”</p> <p>“No início houve encontros mensais para a Vale apresentar ao governo os seus objectivos e depois passaram a existir encontros periódicos de 15 em 15 dias onde se discutia, entre outros assuntos, um cronograma de actividades para se fazer em conjunto.”</p> <p>Passos de reassentamento</p> <p>“Numa primeira fase foi efectuado um censo, para saber exactamente o número de pessoas a reassentar, os seus bens, as áreas agrícolas que possuíam, as áreas de criação de gado (Tete tem um grande potencial na criação do gado) e foi também efectuado o Estudo de Impacto Ambiental.”</p> <p>“O trabalho foi decorrendo, e foi escolhida a área, confirmando-se que tinha água, que tinha condições agrícolas e tudo mais, até que se chegou à altura de escolher as tipologias das casas, esta discussão foi um pouco renhida, mas a posição do governo foi que estas tivessem as melhores condições para as populações.”</p> <p>“Uma das questões mais delicadas durante o processo foi o facto de algumas pessoas preferirem receber uma indemnização. No entanto esta foi vista sempre como a última alternativa, tendo em vista o desenvolvimento. A empresa ajudou a perceber que de facto esta devia ser a última alternativa, para evitar os conflitos que podem advir das pessoas terem só o dinheiro na mão.”</p> <p>“Outro dos grandes desafios durante o processo foi tentar conciliar a altura de mudança das famílias com as seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em termos sociais: coincidir com o fim do período lectivo, de modo a não interferir com o ano escolar, e a dar tempo para as crianças se habituarem à nova casa. • Em termos económicos: coincidir com o fim da campanha agrícola, de modo a não interromper, e as pessoas não perderem uma colheita.” <p>“Foi muito difícil cumprir isto e o que se foi fazendo, foi começando a levar as pessoas antes para Cateme de modo a que pudesse logo começar a fazer machamba para que pudessem ter já comida quando se mudassem para lá. Também na altura em que as populações foram já as terras estavam a ser lavradas e tratadas, de forma a que as pessoas pudessem logo fazer as suas <i>machambas</i>.”</p> <p>“Os membros do governo que pertenciam à comissão de reassentamento tiveram formação e puderam ir ao Brasil ver outros exemplos de reassentamentos e qual as responsabilidades do governo lá, para tentar perceber o que se podia trazer para este país.”</p> <p>“Este processo foi um ganho para Moatize. As casas são bastantes boas, há diversas infra-estruturas, e além disso Cateme está para passar a posto administrativo.”</p> <p>Coisas que correram melhor</p> <p>“A questão do trabalho com as bases é muito, muito importante. A mudança traz conflitos, por isso foi privilegiado o diálogo permanente com as comunidades, mas sem saltar as estruturas governamentais. Ou seja deverá sempre começar por se falar primeiro com o governo, antes de ir ao terreno. Foi primeiro o governo que falou com as comunidades, e assim quando a Vale foi falar as</p>	

populações já sabiam o que se tratava.”

“Foi muito bom ter sido a liderança local a entrar primeiro nas comunidades. Se não tivessem feito isto poderia levar a entrar em situações de conflito.”

“Para um trabalho destes é preciso que as pessoas tenham tempo. O governo deve se organizar para ter um grupo, com capacidade de decisão, que esteja com tempo e disponível para acompanhar este tipo de processos.”

Coisas que correram pior

“O governo fazia algumas exigências para que as condições fossem iguais ou superiores e, às vezes, a empresa não respondia às exigências, e demoravam até depois continuar o processo e se acertarem de novo. Assim, os investidores devem evitar vir com uma ideia predefinida ou já com uma orientação, mas deverão sim tentar ter várias alternativas prontas a serem discutidas.”

Qualidade de Vida das populações

“Eu penso que elas só podem se sentir bem, porque a sua situação em termos de condições de habitação está muito melhor, no entanto quando nós mudamos do nosso habitat, mudamos de hábitos e costumes, e é difícil adaptar. Quando algumas famílias foram ver as casas, já na fase final diziam que não queriam a cozinha perto ou a casa de banho ali, ou seja, queriam ir para situação não melhorada.”

“Mas de forma geral as pessoas se sentem bem, porque têm novas infra-estruturas, *machambas* próximas, a parte comercial também está a começar a aparecer, mesmo estando muitos deles mais distantes de Moatize do que estavam.”

Reassentamentos novos em Tete

“O impacte destes muitos reassentamento é positivo, pois estão a ser criadas novas vilas, com boas infra-estruturas, perto umas das outras (o reassentamento de Riversdale é a 5 km do da Vale).”

“Tentou se fazer com que as casas fossem iguais, e que as coisas fossem todas iguais para evitar as comparações entre as pessoas.”

“São muito importantes as infra-estruturas sociais que estão a ser construídas e obviamente que se há desenvolvimento há também um grande desafio em termos de segurança nomeadamente em termos do movimento migratório que é esperado.”

3.3 ÁREAS REASSENTADAS

3.3.1 Entrevistas

3.3.1.1 Guião das Entrevistas

Famílias reasentadas	Objectivos: Perceber de que forma foi envolvido no processo Perceber quais eram as suas expectativas e de que forma foram ou não alcançadas
<p>Guião da entrevista</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação pessoal <ul style="list-style-type: none"> ○ Nome ○ Idade ○ Ocupação ○ Escolaridade ○ Religião ○ Agregado familiar ○ Local de origem ○ Há quanto tempo viviam na outra casa • De que forma foi envolvido na fase de planeamento do processo? • De que forma foi envolvido na fase de reassentamento? • Quais considera terem sido as coisas que correram pior durante o processo de reassentamento? • Quais considera terem sido as coisas que correram melhor durante o processo de reassentamento? • Acha que alguma coisa deveria ter sido feito de forma diferente? Porquê? • Acha que vive melhor agora, ou que vivia melhor quando estava no bairro? • Quais as coisas que menos gostam da nova casa/ bairro? • Quais as coisas que mais gostam da nova casa/ bairro? • O que considera necessário para ter uma boa qualidade de vida? • Considera que neste momento tem melhor qualidade de vida do que tinha antes? Porquê? 	

3.3.1.2 25 de Setembro

As entrevistas em 25 de Setembro foram feitas dentro do espaço dos grupos focais e foram influenciadas por isso.

A	Trabalhador das minas de Moatize, onde os primos e irmãos também trabalhavam. Pertencia ao bairro Chipanga, onde vivia e tinha uma machamba, é chefe de unidade.
<p>Processo de Reassentamento</p> <p>“A pesquisa da Vale começou em 2006 e as últimas pessoas retiradas de Chipanga foi em Abril de 2010. Neste bairro de 25 de Setembro foram feitas 289 casas e foram mudadas mil e setecentas e tal pessoas.”</p> <p>“Os primeiros reassentadas foram para Cateme, só depois é que começaram o reassentamento de 25 de Setembro. Quem veio para aqui foram as pessoas que já tinham um emprego, mas depois o número foi superior porque houve pessoas a vir acompanhar as suas famílias, não se podiam dividir.”</p> <p>“Houve compromissos da empresa que não foram cumpridos, como a alimentação e a compensação de coisas que se partissem na mudança. Na fase inicial os líderes iam dentro das zonas a reassentar, mas depois das obras começarem já não se podia ir.”</p> <p>Condições sócio-espaciais</p>	

Habitação

“As casas não foram bem feitas pela empresa vencedora das obras, pois não fizeram alicerce nas casas, o que está a provocar problemas de fissuras, rachas, trincas e também as portas de madeira estão a ficar empenadas e a ser comidas pela muchém.”

“Dentro dos talhões há problemas de erosão e outras zonas têm problemas de erosão das águas quando a chuva cai.”

Educação

“Há problemas com a escola para os primeiros anos porque em Chipanga havia escola perto e as escolas agora estão longe, pois o que se fez foi reabilitar as já existentes na Vila, e não foi feita nenhuma perto da escola.”

Saúde

“Hospital está longe, fica na Corbomoc a 7 km e principalmente à noite com os bandidos é mau ir até lá.”

Organização espacial

“Encontram-se muitas consequências, mas houve melhoria porque agora as casas estão ordenadas, estão boas, têm várias partes que são diferentes das casas onde estavam.”

“A vila tem boa visibilidade, as casas têm um bom alinhamento, estão bonitas na pintura e estão bem organizadas.”

Condições ambientais

Acesso a energia

“Encontram-se muitas consequências, mas houve melhoria porque tem as instalações eléctricas públicas.”

“As luzes das ruas estão sempre acesas, e por isso já existem ruas em que as lâmpadas não acendem e essas avarias não estão a ser corrigidas.”

Condições económicas

Produção agrícola

“Todas as pessoas antes tinham as suas *machambas* e há pessoas que querem ainda agora ir para as suas *machambas* que ficaram fora da concessão da Vale, mas por causa das vedações da Vale têm que fazer grandes rotas e fica difícil passar.”

Estratégias de sobrevivência

“Em relação à olaria foram pagas indemnizações, mas no entanto houve algumas questões não resolvidas.”

Qualidade de vida melhorou?

“É melhor aqui, vive-se melhor, sente-se à vontade, passeia-se à vontade por causa de iluminação pública.”

B	<p>É professor com formação de informática e veio de Chipanga, onde sempre tinha vivido (já tinha saído em missão de serviço, mas nunca saiu mesmo). Tem 49 anos, 5 filhos, um deles é casado. Na casa ele e a mulher dormem num quarto, os filhos mais novos na sala, e o filho casado noutra quarto</p>
<p>Processo de reassentamento</p> <p>“Na altura foi feito o levantamento e para os residentes aquilo parecia uma coisa boa, mas depois não gostamos do que aconteceu.”</p> <p>“Diziam que iam construir escolas, hospital, boas casas, que os nossos filhos podiam ter emprego, tentavam saber as nossas actividades e diziam que nos iam dar kits de alimentação e emprego durante os 35 anos que vão ficar, mas isso não aconteceu.”</p> <p>Indicadores de Qualidade de Vida</p> <p>Condições sócio-espaciais</p> <p>Habitação</p> <p>“A pintura das casas é boa, mas estão mal construídas”</p> <p>Saúde</p> <p>“Não tem hospital, fica muito longe”</p> <p>Organização espacial</p> <p>“As ruas estão más e cheias de buracos”</p> <p>Condições económicas</p> <p>Estratégias de sobrevivência</p> <p>“Prometeram indemnizações a pessoas que tinham negócios de alvenaria, mas depois ninguém foi indemnizado.”</p> <p>Qualidade de Vida</p> <p>“Em Chipanga vivia-se melhor porque aqui as casas estão mal feitas, e têm problemas de água, não há escolas, nem hospitais, nem campo da bola, falta de espaço para casa para os filhos.”</p>	

3.3.1.3 Cateme

A	<p>É o líder de segundo escalão. O agregado familiar é de apenas 3 pessoas, pais e filha com 12 anos na 7ª classe. É de Malabwé onde sempre viveu, foi também lá que estudou a 7 Km do povoado, na Vila. Tem filhos já casados que ficavam com outras casas também perto.</p> <p>Está há um ano no reassentamento e a casa que habita casa já tem alguma vedação e tem um celeiro.</p>
<p>Processo de Reassentamento</p> <p>Envolvimento no processo</p> <p>“A empresa apresentou-se ao nível do governo, como uma empresa que estava a fazer pesquisas para explorar carvão, assim cada equipa que entrava no povoado sempre vinha fazer uma acompanhamento. Aí a tarefa de um líder era sensibilizar e mobilizar a população para se aperceber, primeiro o que veio fazer esta empresa e qual é o objectivo, depois perceber o que é que vai ser a retirada de pessoas de um local para o outro. A empresa sempre mobilizava as pessoas através de teatros a mostrar o que é que vai ser lá, o que é que é necessário.”</p>	

O que correu bem nessa fase

“A forma de mobilizar a população: através dos líderes; de teatros e de algumas imagens.”

O que não correu bem nesta fase

“Na fase inicial começaram a entrar máquinas para os estudos geológicos e entravam à sorte, podendo apanhar a machamba de qualquer um. As pessoas eram indemnizadas pelas *machambas*, mas com um valor calculado sem a consulta das comunidades e nem sempre justo.”

Papel da empresa agora

“Estamos na fase pós ocupação e a empresa continua a vir cá apresentar os seus projectos, e explicando os seus passos.”

Condições sócio-espaciais

Habitação

“A casa é maior, se não tivessem problemas seria bom, porque são boas. Na zona onde vivíamos nunca sonhamos em poder ter uma casa desta, por isso «damos graças a deus, e agradecemos por isso».”

“As casas apresentam alguns problemas: têm furos no telhado, chove e as pessoas não se sentem seguras. A maneira como foram feitas as casas, sem alicerce, é uma tecnologia de outro país e nós suspeitamos dessa tecnologia.”

“Durante a construção as pessoas vinham cá e davam opiniões sobre as casas, mas isso não era tido em conta, mas eram as pessoas que iam viver nas casas, por isso deveriam ser ouvidas.”

“Nas famílias com jovens que ainda não se tinham casado, mas estão a pensar em casar estes jovens não têm direito a casa. E casais jovens tinham casa pequena, porque não tinha filhos, assim recebem casa pequena, mas depois nascem muitos filhos e não têm onde os colocar.”

Educação

“As escolas são bonitas.”

“A escola agora é melhor, tem boas condições, tem carteira, tem telhado e por isso tem sempre aulas (na outra quando chovia não tinham aula) tem luz e ventoinha.”

“O número de pessoas está a crescer e isso tem que ser equacionado na dimensão [a filha está numa turma que tem entre 45 e 50 alunos].”

Saúde

“Centro de saúde bonito.”

Segurança

“Posto policial bonito.”

Organização espacial

“As casas estão bem organizadas, com comunidades em arruamentos. Antes estava tudo baralhado.”

“Foi muito boa a forma como se organizaram com os vizinhos, em cada talhão podíamos escolher onde ficávamos. No entanto, escolher pelo mapa não é a mesma coisa. Por isso em alguns casos pessoas tentaram fugir dos vizinhos, mas depois acabaram por ficar perto.”

“No caso das igrejas e assim, foi dado espaço e indemnização, mas o dinheiro foi pouco para voltar a conseguir erguer essas igrejas, por isso as pessoas estão a rezar dentro da residência.”

Apropriação do espaço (Sense of Place)

“Parece que é uma nova vida, realmente é impressionante esta maneira de viver, e ninguém sonhava viver numa maneira como esta.”

Condições Ambientais

Sistema de abastecimento

“Existem apenas 19 fontenárias para 700 e tal famílias.”

Condições Ambientais

Produção agrícola

“Existem pessoas que não têm *machambas* porque foram arrancadas pelos antigos donos. A empresa é culpada, porque aqui é uma zona chamada Malopancha, e as populações daqui não estavam cientes naquilo que aconteceu e arrancaram *machambas* às pessoas que foram

reassentadas, portanto os compromissos não foram honrados.”

“Em relação às *machambas*, aqui é necessário outra técnica de produção, usando adubo. A empresa deu adubo, mas as pessoas não sabiam como usar e por ter fome cada um vendeu o adubo.”

“Muitas das zonas de machamba têm um grande número de pedras e não dá para cultivar.”

Estratégias de sobrevivência

“Aqui não se vive melhor, porque não há maneira de apanhar dinheiro, enquanto em Malabwé era fácil: as senhoras iam às *machambas*, apanhavam capim, atavam lenha, atavam peixe e iam vender, e os homens também faziam esteiras e conseguiam cada um sobreviver, agora aqui não há nenhuma recurso e isso é uma grande dificuldade.”

“Nesta família em particular, capinávamos, como a machamba era no rio a qualquer altura tínhamos hortaliça que podíamos ir vender no mercado [as mulheres], eu fazia esteiras [em Cateme não existe o caniço para fazer esteira]. Aqui a machamba não rendeu nada, a sorte é que a minha esposa ainda vai à machamba que deixou lá, aqui as pessoas todas estão lá a fazer *machambas* na 2ª época.”

“A empresa prometeu acompanhar a par e passo até termos boa produção, mas deu no início 7 sacos de milho, 1 de amendoim, 1 de feijão e 10 litros de óleo e agora já não temos nada disso.”

“Assim, se houver dinheiro, Cateme pode ficar bom e crescer bem e as pessoas deixarem de descer lá na machamba antiga (como agora, que muita gente mantém as casa, mas sai muito tempo para as *machambas* e deixa as casa fechadas) e podem começar a vir aqui.”

“Existe uma estação de conhecimento, mas ainda não começou a funcionar. Tem havido ensinamentos na área da agricultura, saúde, nutrição das crianças e já houve um curso “cozinha Moçambique” que agora se chama “oficina de nutrição”, que durou uns 4 ou 5 dias e no fim recebemos certificados, mas agora falta sítio onde empregar o que aprendemos, para podermos ganhar dinheiro com isso.”

Acesso a Emprego

“Se houvesse um projecto que pudesse facilitar empregar as pessoas daqui era bem vindo.”

B	<p>Nasceu em Malabwe, foi condutor e trabalhou num banco, viveu 5 anos em Maputo.</p> <p>Actualmente tinha a sua canoa e trabalhava como pescador.</p> <p>Do agregado veio ele, a mamã, mais 2 filhas, houve uma filha que ficou lá. Têm 14 e 16 anos e estão a estudar na escola.</p> <p>A mulher era de Matata mas casaram lá em Malabwé.</p>
----------	---

Processo de Reassentamento

“No início a empresa tentava conquistar as pessoas a vir, se não as pessoas não tinham aceitado, com esta seca, não ia sair da água a comer peixe para secar aqui, ficamos aqui, ficamos sem nada a fazer, ficamos aqui parece criança, ficar só ... sem fazer dinheiro igual a gente fazia. Nesta época lá tínhamos milho, batata-doce, quiabo e tomate, e aqui não. Por isso a empresa tinha que entrar bem para a gente aceitar, e entrou e conseguiu e agora estamos aqui. Entrava várias vezes, vinha nos conquistar. Nós dizíamos o que achávamos. Eu acho que no futuro era possível a vida aqui ser melhor.”

Condições sócio-espaciais

Habitação

“As casas estão podres, estão a cair, não sei o que fazer.”

Educação

“Escola aqui está boa.”

Saúde

“Centro de saúde está andando, é assim mesmo, está bom.”

Apropriação do espaço (Sense of Place)

“Desde que saí nunca voltei a Malabwé, porque se voltar lá, e vir pessoas a pescar e pessoas nas *machambas* vou mudar de ideias e vou voltar. Quanto muito vou a Moatize, mas não vou nas *machambas*, se não vou mudar a minha cabeça.”

Condições económicas

Produção agrícola

“Pessoas da empresa têm vindo conversar comigo sobre agricultura, mas formações e assim ainda não tem havido nada, ainda está tudo seco. Parece que lá para a frente.”

Estratégias de sobrevivência

“Sinto-me bem aqui claro, a temperatura está boa, mas não tem dinheiro. A temperatura está boa, mas não tem água, sem água não se arranja dinheiro aqui. Até que eu queria pedir à empresa empréstimo para poder montar bomba, para ir buscar água ao Marazué ou a Moatize, para fazer *machamba*, mas era preciso que a empresa faça empréstimo.”

“Lá vivia-se melhor porque havia dinheiro, mas a temperatura é melhor aqui, a temperatura está boa. Não sei lá mais para a frente, Se arranjar essa coisa de água aqui vai ficar boa.”

“Eu pescava e fazia isco. E a mamã trabalhava comigo nas *machambas*. Agora as *machambas* aqui não têm nada, por isso era melhor a empresa emprestar dinheiro para comprar bomba, que nós já habituámos a fazer *machamba*, ficar só assim não pode. Também ficar sem fazer dinheiro não é de jeito nenhum, se não temos que aprender a roubar e é triste. A empresa precisa de arranjar maneira de como.”

“A mamã foi a Malabwe há 2 semanas a ver se arranjava verdura, mas não dá, como dá ir até lá e voltar, gastar dinheiro de transporte para ir buscar verdura, é uma tentativa estragada.”

“A vida aqui pode melhorar, se houver condições, basta ter vontade de trabalhar e a vida pode melhorar.”

“O único mal que está é não fazer dinheiro, é preciso é fazer empréstimo para quem está interessado em bomba. O resto não tem nada a ver, mas os que querem deve ser dado, para fazer.”

“Há muita gente a sair a voltar para fazer esteira e outras coisas para ganhar dinheiro.”

C	<p>É de Chipanga onde nasceu e foi criado.</p> <p>É camponês, tinha uma loja na casa dele e agora mantém.</p> <p>É polígamo, tem 2 mulheres, cada uma com 5 filhos.</p>
<p>O processo de reassentamento</p> <p>“A princípio a Vale enviou uma equipa que andava a nos namorar, a dizer que ia haver uma empresa que estava para explorar o carvão, por isso nós íamos sair, e íamos para Malupancha, que é este Cateme, depois, até naquele momento nós achávamos que era mentira, até que percebemos que era verdade e realmente viemos para cá.”</p> <p>“Nós discutíamos com eles na parte de que aceitar sair dali, mas eles diziam que o nosso viver em Cateme ia ainda ser melhor que Chipanga, que íamos ter uma vida nova, mas o certo é que vimos e as promessas prometidas não foram todas cumpridas, porque no início dizia-se que iam fazer casa, curral, casa de banho e mais não sei quê, e isso de facto fizeram, mas houve outras coisas que disseram e não cumprira. Disseram que iam distribuir sementes por cada família, mas não aconteceu, iam dar comida, mas só deram comida uma vez, até hoje não temos nada e assim estamos em sofrimento.”</p> <p>“Acompanhamento da empresa ainda existe, mas não estão a cumprir 100 %. Costumam vir todos os dias aqui, e já temos comissões que estão a reportar os problemas daqui, mas o resultado do programa ainda não temos.”</p> <p>“A empresa, desde o momento que nos tirou de lá para aqui, não nos pode deixar abandonados, têm que nos estar a acompanhar até... aqui somos hóspedes, não temos onde ir, na nossa visão não temos como sobreviver, temos que ter comida aqui, que a empresa tem que dar apoio, ainda por cima este ano houve uma seca e a comunidade está a sofrer e não tem para onde ir.”</p> <p>“Lá tínhamos para onde ir e sabíamos como viver, era a terra da origem. Mas aqui esta terra é nova para nós, tudo sempre é novo, tudo é novo para nós.”</p> <p>Condições sócio-espaciais</p>	

Habitação

“As casas têm problemas, que aqui para se resolver é muito difícil. Se não tivessem problemas as casas eram melhores, eram um pouco diferentes das que tínhamos. O tipo de casa gostamos destas casas porque são casas sempre assim! Mas as casas tem problemas de rachas e não tem alicerces.”

Saúde

“Temos Centro de Saúde, mas tem problemas: a sala da consulta está ligada à zona da farmácia, e isso não tem lógica, seria melhor se fosse uma coisa separada. Tem também falta de enfermeiros. Pessoas demoram muito tempo a ser atendidas. Se a empresa ou governo aumentasse o número de enfermeiros seria outra coisa. Na maternidade um doente quando sai de casa e chega na maternidade tem que levar a própria capulana e usar, porque não tem nada organizado para o doente.”

Organização espacial

“Podemos escolher quem é que ficava com cada talhão por isso na parte da vizinhança não tem problemas, está tudo normal.”

Cultura/Sagrado

“Temos falta de cemitério, o cemitério ainda não está concluído.”

Condições económicas

Estratégias de sobrevivência

“Na loja o negócio não está a entrar conforme, lá fazia mais negócio, problema do movimento, porque famílias aqui apanhar dinheiro é muito difícil. Amanheceu e é só sentar, não tem nada que fazer, nem horas nem mesmo pensar em cortar lenha e ir vender, onde ir vender? Não tem sítio para ir vender. Por isso o movimento aqui é muito reduzido, mas com razão que as famílias não têm dinheiro.”

Acesso a Emprego

“O futuro para os meus filhos aqui acho que pode ser bom, mas se as coisas mudarem, se continuar no mesmo sentido não pode correr bem. O mudar tem que ser se as pessoas conseguirem arranjar trabalho, aí a vida ia poder se mudar. Agora assim as pessoas estão todas desempregadas, não há dinheiro.”

Qualidade de vida

“A vida em Chipanga era melhor, mas aqui se a empresa tivesse a responsabilidade de fazer tudo o que as pessoas estão a precisar, então ia melhorar.”

3.3.2 Grupos focais

Nos quadros seguintes apresentam-se as questões levantadas por todos os grupos focais em 25 de Setembro e em Cateme. Estas questões encontram-se esquematizadas em coisas boas e más dos bairros de origem, e coisas boas e más do bairro para onde foram reassentados, e ainda as questões relativas ao processo de reassentamento em si.

De notar que em 25 de Setembro não foi feita a reunião com o grupo de homens (embora no grupo das lideranças tenham participadas alguns homens), porque os encontros foram realizados em horário laboral e a maioria dos homens deste bairro trabalha.

Quadro 3.3.1 – Resultado dos grupos focais de 25 de Setembro

BAIRRO DE ORIGEM	
POSITIVO	NEGATIVO
<p>Condições sócio-espaciais</p> <p>Habitação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Havia muitos terrenos livres para a construção de novas casas – J • As casas eram melhores e com alicerce - J M • As casas tinham sido feitas por nós próprios e eram bem-feitas - L • Os quintais das casas eram grandes – M <p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Havia escola até à 7ª classe no próprio bairro (comunidade de Chipanga) – J L M <p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Havia um posto de saúde próximo (comunidade de Chipanga) – J L M <p>Organização espacial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Era possível divertir no campo de futebol (comunidade de Chipanga) – J L M • Havia árvores de sombra – J M <p>Apropriação do espaço (<i>Sense of Place</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sentíamos-nos bem lá – J • Sítio onde crescemos e sempre vivemos e por isso sentíamos-nos “amarrados” lá – M <p>Condições Ambientais</p> <p>Sistema de abastecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Havia acesso a água barata ou de graça (Chipanga – fontanário custava cerca de 20 mtc por mês) – L • Podíamos ir buscar água ao poço, ou então na fontenária pagando apenas um valor muito pequeno e quem não tinha dinheiro podia ir buscar água ao rio – M <p>Condições económicas</p> <p>Produção agrícola</p>	<p>Condições sócio-espaciais</p> <p>Mobilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Havia falta de transporte – J L M <p>Condições ambientais</p> <p>Acesso a energia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não havia iluminação na via pública - M

<ul style="list-style-type: none"> • Tínhamos <i>machambas</i> (que ficavam longe de casa) que serviam de fonte de rendimento além do trabalho – J L M • Tínhamos pastos para os animais – L <p>Estratégias de sobrevivência</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tínhamos várias oportunidades de negócio, nomeadamente o fabrico de tijolo, transporte de areia e ainda conseguíamos apanhar alguns biscates – J M L • Era possível vender um pouco de lenha e com isso apanhar dinheiro – L • Havia pessoas com moagens e lojas – L • Tínhamos um mercado próximo – M • Havia um apoio dado pelo governo a pessoas idosas - M 	
25 DE SETEMBRO	
POSITIVO	NEGATIVO
<p>Condições sócio-espaciais</p> <p>Habitação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casas bonitas – L • Para as pessoas que vinham de casa de pau-a-pique e capim as condições melhoraram – L <p>Acesso a energia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Energia eléctrica nas ruas e nas casas – J L M <p>Organização espacial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de vizinhos - M • Zona limpa – M <p>Condições Ambientais</p> <p>Sistema de abastecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Torneiras com água em casa – J L M 	<p>Condições sócio-espaciais</p> <p>Habitação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não tem sítios para os jovens que casam construir a sua casa – J L M • As casas estão mal construídas e são “armadilhas que podem cair” – J L M • As casas foram construídas de maneira diferente do que as pessoas conheciam (falta de alicerces) – J M • Casas ficam muito perto de valas que na época da chuva enchem e a água entra em casa – L • As portas ao fim das primeiras chuvas ficaram empenadas e além disso foram atacadas pelo muchém – L M • Muitas das casas têm problemas nos telhados e entra chuva – L M • Os quintais são muito pequenos e não dá para muitas construções – L • Não há espaço suficiente nas casas e as crianças usam as cozinhas para dormir – L <p>Mobilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Chapa não chega (desde o bairro à estrada) – J L • Não existem estradas abertas para chegar até ao local onde podem abrir <i>machambas</i>, porque tem vedações da Vale no meio – J M

	<ul style="list-style-type: none">• Arruamentos muito maus, cheios de buracos, valas e de difícil acesso – L <p>Segurança</p> <ul style="list-style-type: none">• Jovens por falta de emprego acabam por se virar para o roubo – L <p>Organização espacial</p> <ul style="list-style-type: none">• Não tem campo de futebol (nem sítios de divertimento) – J L M• Falta de sombras – J• Foram feitas valas de drenagem, que agora estão a aumentar e estão bastante grandes – J <p>Apropriação do espaço (<i>Sense of Place</i>)</p> <ul style="list-style-type: none">• Como não são considerados bairro, mas apenas uma unidade, temos que prestar contas ao secretário que já existia do bairro antigo de 25 de Setembro – pessoas que não foram reassentadas – o que causa situações de conflito. – L• Muitas vezes coisas que são dadas no bairro ficam só nos habitantes antigos, não chegando nós, que fomos reassentadas - L <p>Condições Ambientais</p> <p>Sistema de abastecimento</p> <ul style="list-style-type: none">• O preço da água agora é muito caro, temos que pagar entre 300 a 1000 mtc por mês (cerca de 7 a 25 euros por mês) – L M <p>Acesso a energia</p> <ul style="list-style-type: none">• Iluminação nas ruas nunca apaga durante todo o dia, e por isso depois estraga – J L <p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none">• A escola primária mais próxima é bastante distante – J L M <p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none">• A construção do hospital está parada (temos que ir à Carbomoc, sendo isto um problema principalmente para as mulheres grávidas) – J L M <p>Instalações sanitárias</p> <ul style="list-style-type: none">• Problemas de higiene porque as latrinas entopem todas e depois os porcos entram lá, banham-se nas águas e depois andam a espalhar essa água por todo o lado- L
--	--

	<p>Tratamento e disposição de resíduos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de sítios para pôr o lixo – L <p>Condições económicas</p> <p>Produção agrícola</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não há <i>machambas</i> (quando precisam têm que alugar a cerca de 400 a 500 mtc (cerca de 11 a 13 euros) por época) – J • Não há espaço nem pastos para os animais (que por isso acabam por estragar os quintais) – L <p>Estratégias de sobrevivência</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não se pode fazer tijolo, é preciso pagar ao dono do espaço se se quiser fazer – J M • Falta de lojas e de comércio – L • O facto de não termos machamba faz com que fique muito difícil de aguentar só com o salário dos maridos – L • Aqui não há os negócios que tínhamos antes, como moagens e lojas – L <p>Acesso a Emprego</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de emprego, sobretudo nos jovens – J L • Algumas pessoas já tinham começado a trabalhar e depois sentaram – J • Promessa de emprego não cumpridas (nomeadamente emprego para cada uma das pessoas do casal) – J L M • Só “apanham” trabalho os da cidade e de Chipanga – J
PROCESSO DE REASSENTAMENTO	
<ul style="list-style-type: none"> • Não foram oferecidas mudas de árvores de frutos (só deram em Cateme) – J M • Foi prometido um Kit de alimentação, assim como para a machamba, mas não foi dado – J L M • Houve uma grande desigualdade entre o atendimento dado em Cateme e aqui, só Cateme teve atenção, inclusive quando vem o governo vai sempre directo para lá, nunca chega aqui – J M L • Enquanto não fomos reassentados era dada prioridade para arranjar emprego dentro da Vale – L • Tínhamos bens que durante o transporte se perderam ou estragaram e foi prometido que isso seria compensado, mas nunca foi – L M • Não sabemos a quem encaminhar as preocupações, existem comissões para isso, mas depois não existem respostas – L 	

- Existe um pastor que deveria pastar os animais que a empresa tinha prometido pagar, mas depois teve que ser pago por nós – L
- Injustiça na distribuição das coisas, porque pessoas que tinham mais acabaram por receber o mesmo que outras que tinham menos – L
- As pessoas não escolheram ir para ali, mas foram em vez disso, indicados – L
- A meio do processo mudou a área para a qual íamos ser reassentados, e as características desta área são muito diferentes das que tinham sido faladas, nomeadamente ao nível das *machambas* – M
- Houve pessoas que tinham casas com mais do que dois quartos, que depois receberam casa só com um quarto, dizendo que estas casas eram melhores e maiores –M
- Pessoas que não receberam tudo o que tinha sido por eles cadastrado - M
- Pouca resposta das equipas responsáveis pelo reassentamento - M
- Foi prometido que nos primeiros 5 anos não teríamos que pagar água – M
- Não está a existir monitorização por parte da Vale – M

J - Jovens

M- Mulheres

L - Líderes

Quadro 3.3.2 – Resultado dos grupos focais em Cateme

BAIRRO DE ORIGEM	
POSITIVO	NEGATIVO
<p>Condições sócio-espaciais</p> <p>Habitação</p> <ul style="list-style-type: none"> Os celeiros para guardar as coisas das colheitas eram de qualidade - H L <p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> Os bairros de Chipanga e Bagamoyo tinham centro de saúde - H M J L <p>Cultura/Sagrado</p> <ul style="list-style-type: none"> Era a terra dos antepassados - L <p>Condições Ambientais</p> <p>Instalações sanitárias</p> <ul style="list-style-type: none"> Havia sempre disponibilidade de água - H M J L <p>Condições económicas</p> <p>Produção agrícola</p> <ul style="list-style-type: none"> As <i>machambas</i> podiam ser feitas longe das zonas onde se encontram os animais e em função da proximidade da água - H M J L Por estarmos perto do rio era possível fazer duas colheitas e as <i>machambas</i> eram muito produtivas - H M J L Havia muito espaço para novas machamba e para o pasto dos animais - H M J L Os animais tinham muito pasto - H M J L <p>Estratégias de sobrevivência</p> <ul style="list-style-type: none"> Havia facilidade em arranjar dinheiro através de pequenos negócios como o fabrico de tijolos, a venda de lenha, fabrico de carvão e venda de bolos por algumas mulheres - H M J L Havia a facilidade em encontrar biscates e trabalhos sazonais - H M J L A proximidade ao rio fazia com que a terra fosse muito produtiva, e 	<p>Condições sócio-espaciais</p> <p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> Não havia posto de saúde (Malabwé) JL Era muito fácil apanhar doenças como malária e afins J <p>Segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de posto policial (Malabwé) L <p>Organização espacial</p> <ul style="list-style-type: none"> Desorganização das casas - J <p>Condições Ambientais</p> <p>Sistema de abastecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> Havia dificuldades para arranjar água (Bagamoyo) - H A água era paga (Bagamoyo) - M <p>Condições económicas</p> <p>Produção agrícola</p> <ul style="list-style-type: none"> Hipopótamos invadiam a machamba (Malabwé) - H J <p>Estratégias de sobrevivência</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de mercado (Malabwé) - L <p>Acesso a Emprego</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de emprego - H M J L

<p>havia também pessoas que usavam o rio para a Pesca - H M J L</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estávamos próximos da vila, e por isso próximo do mercado onde podíamos vender os produtos e tínhamos também mais facilidade para encontrar emprego - H M J L • Para comer, além da machamba, havia ainda o malambe (fruto do embondeiro), bagas silvestres e maçanqueiras e era ainda possível vender para ganhar dinheiro - H M J L • Havia jovens que se juntavam em associações para tijolo ou carvão, e assim era mais fácil arranjar dinheiro em conjunto - J 	
CATEME	
POSITIVO	NEGATIVO
<p>Condições sócio-espaciais</p> <p>Habitação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casas bem organizadas em termos de parcelamento - J <p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escola Boa - H M J L • Há escola secundária - L <p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há posto médico - M J L • Existem menos doenças por estar melhor organizado - J <p>Segurança</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há posto policial - L <p>Organização espacial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há uma praça - L <p>Condições económicas</p> <p>Produção agrícola</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em algumas áreas há boas <i>machambas</i> - H <p>Estratégias de sobrevivência</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há um mercado - L 	<p>Condições sócio-espaciais</p> <p>Habitação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Casas têm problemas, nomeadamente de rachas - H M J • Algumas das casas ficam próximas de charcos e por isso ficam cheias de água - H • O chão das casas é mau, não se encontra alisado e ensopa quando se lava com água - M L • Faltavam algumas coisas nas casas, como gavetas, puxadores e assim, e essas coisas nunca chegaram a vir – J • Em algumas casas entra água pelo telhado – J • O celeiro não aguenta com o peso dos cereais - L <p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Muitos mosquitos - H • O centro de saúde é muito pequeno e apenas apresenta 2 enfermeiros – L • Quando há problemas mais graves os pacientes têm que ser enviados para o hospital da Vila, mas não há ambulância para esse transporte – L • A sala de consultas é a mesma que a de distribuição de medicamentos – L • O centro de saúde tem falta de materiais, nomeadamente lençóis – L <p>Mobilidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Via de acesso não está em condições (não está alcatroada) - H J • Problema de transporte para a Vila - M

	<p>Segurança</p> <ul style="list-style-type: none">• Tem havido muitos roubos (chapas; portas; animais) que se sabe ser de pessoas de dentro da própria localidade - H• Por falta de ocupação há jovens que se desviam para droga, álcool ou roubos - J <p>Cultural /Sagrado</p> <ul style="list-style-type: none">• Problema com pelo menos uma cerimónia familiar que não foi efectuada, por problemas de acompanhamento - M• O governador numa das visitas prometeu uma cerimónia de saída para os espíritos, mas depois essa cerimónia não foi realizada – medo que seja por isso que a terra não é boa para a agricultura - M <p>Condições Ambientais</p> <p>Sistema de abastecimento</p> <ul style="list-style-type: none">• Problemas graves de água, pois o abastecimento é fraco e está dependente da energia para funcionar – M L• Poucas fontenárias e distantes umas das outras – J• Foi prometido que seria feito um reservatório grande de água na montanha, mas essa promessa não foi cumprida – J L <p>Acesso a energia</p> <ul style="list-style-type: none">• A maioria das casas não tem energia – J• A iluminação pública e das casas apenas existe na via principal; H• A expansão da energia está a ser difícil de fazer - J <p>Instalações sanitárias</p> <ul style="list-style-type: none">• Nas latrinas a água em vez de sair pelo tubo sai pela porta – J L <p>Condições económicas</p> <p>Produção agrícola</p> <ul style="list-style-type: none">• Problemas grandes com as <i>machambas</i>, que são de fraca produtividade e têm muitas pedras - H M J L• Falta de áreas de pastagem e de locais para os animais beberem - H
--	--

	<p>J L</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como há falta de pastagens e as <i>machambas</i> estão muito próximas das casas os animais invadem as <i>machambas</i>²⁸ - J L • Quando os animais invadem as <i>machambas</i> a polícia prende os animais e os donos destes terão que pagar uma multa de 2000 meticais (cerca de 45 euros) para os poderem soltar - H L • A machamba fica longe do rio - H L • Quando nos mudámos para estas zonas, metade das <i>machambas</i> estavam ainda por abrir e tivemos que ser os próprios a abrir as <i>machambas</i> - H M • As <i>machambas</i> pertenciam a outras pessoas que agora vêm reclamar as suas <i>machambas</i> – L J • Há poucas actividades/projectos para os jovens – J L • Tinha sido prometido que iríamos receber 2 machamba de 1 ha cada, mas apenas foi dada a primeira e depois foi perguntado se preferíamos receber a 2ª machamba, ou o valor referente à mesma, mas em qualquer um dos casos ainda não recebemos nada - H M L <p>Estratégias de sobrevivência</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não há maneiras para se arranjar dinheiro - M J L • Problemas de Fome (medo de se por acaso chegar a um período de seca) – M • Falta de mercado - J • Há falta de lenha – L • Falta de dinheiro para poder começar novos negócios J • Existem pessoas que mantêm machamba nas zonas de origem para sobreviver - M <p>Acesso a Emprego</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de emprego, em particular para a população mais velha - H M J L • Falta de emprego, em particular no projecto de Moatize, pois os de Cateme são sempre os primeiros a ser despedidos - J • Muitos dos trabalhos existentes mesmo em Cateme são feitos por pessoas de fora - J • Problemas com pessoas que enquanto lá estavam tinham sido
--	--

²⁸ Tipicamente em Moçambique o gado não é preso, assim, este vai procurar a comida onde houver e, principalmente na época mais seca, é muito comum que ele destrua *machambas* das populações. Por este motivo a população está habituada a fazer as *machambas* o mais longe possível das *machambas*.

	admitidos nas obras, mas que depois foram despedidas M
PROCESSO DE REASSENTAMENTO	
<ul style="list-style-type: none"> • Não tem existido a assistência que tinha sido prometida por parte da empresa - H • Sentimos que fomos abandonados por parte da empresa - H • Tinha sido prometido que iríamos ter 5 anos de apoio permanente, mas só recebemos o 1º kit de alimentação - M • Tinha sido prometido que se a machamba na origem tivesse mais do que 2 ha, então seríamos compensados com dinheiro, mas isso não aconteceu – M • Tinha sido prometido animais e não recebemos – J • O kit de alimento só foi dado uma vez – J L • Houve algumas diferenças no critérios entre os que vieram logo no início (Mithethe) e os últimos a serem reassentados (Chipanga), porque os últimos reivindicaram mais – L • Tinha sido prometido que as <i>machambas</i> seriam perto do rio - H • Foram dadas indemnizações a algumas das pessoas que tinham os seus negócios, mas não a todas – H L 	

J - Jovens

M- Mulheres

L – Líderes

H- Homens

3.3.3 Questionários

3.3.3.1 Identificação das pessoas inquiridas

Nos quadros Quadro 3.3.3 e Quadro 3.3.4 apresentam-se as pessoas que foram inquiridas nas áreas reassentadas.

3.3.3.2 Resultados

3.3.3.2.1 25 de Setembro

Em 25 de Setembro cerca de 68% dos inquiridos considera que a vida piorou com a mudança para o novo bairro, e 4 % que piorou muito. Por outro lado, 28 % considera que a vida melhorou.

Como ganhos com a vinda para o novo bairro, 100 % menciona o acesso a água e a luz, 83 % o acesso a transporte, 25% o posto de saúde e 17% a proximidade à Vila. Em relação às percas 91 % referem a má qualidade das casas, 83 % a falta de negócio, 50 % a falta de machamba e 8% a distância ao mercado e ao posto de saúde, assim como a falta de locais de divertimento.

Quando questionados sobre que pensam ser necessário para terem uma boa qualidade de vida, 100 % respondem água, hospitais e machamba, 92 % escolas e fonte de renda, 85 % casas em boas condições, 77 % emprego e transporte e 30 % bens de primeira necessidade.

Devido às dificuldades de aplicação dos inquéritos já referidas, apenas 50 % dos inquiridos responderam às questões relativas aos ganhos e percas do novo bairro, e os restantes 50% ao que pensam ser necessário para se ter uma boa qualidade de vida.

3.3.3.2.2 Cateme

Em Cateme cerca de 46% dos inquiridos considera que a vida piorou com a mudança para o novo bairro, e 4 % que piorou muito. Por outro lado, 28 % considera que a vida melhorou e 4% que melhorou muito. 12 % da população considera que se mantém igual.

Como ganhos com a vinda para o novo bairro, 100 % menciona o acesso a água e a luz, 92 % a escola, 83% o posto de saúde e 33% a latrinas melhoradas. Em relação às percas 100 % referem a falta de negócios, 75 % a fraca produção da machamba, 67 % a distância a Moatize, 58 % a má qualidade das casas e a falta de condições do posto de saúde e 41 % a falta de mercado e de ambulância.

Quando questionados sobre o que pensam ser necessário para terem uma boa qualidade de vida, 85 % responderam fonte de renda, machamba e transporte, 77 % bens de primeira necessidade, 69 % emprego, hospital, e escola e 54 % água e casas em boas condições.

Devido às dificuldades de aplicação dos inquéritos já referidas, apenas 50 % dos inquiridos responderam às questões relativas aos ganhos e percas do novo bairro, e os restantes 50% ao que pensam ser necessário para se ter uma boa qualidade de vida.

Quadro 3.3.3 – Identificação das pessoas inquiridas em 25 de Setembro

Nº da casa	Chefe do agregado familiar	Profissão	Idade	Nº do agregado familiar	Número de dependentes	Bairro de origem	Tempo de residência no bairro de origem	Outros sítios onde viveu
271	José António	Mineiro	43	10	7	Chipanga	Desde sempre	-
279	Manuel Wilson	Electricista	41	7	6	Mithethe	3 anos	Moatize (rural)
-	Francisco Andrade	Camponês	60	6	4	Mithethe	Sempre	-
-	Minola chipazi	Camponesa	80	2	1	Mithethe	Sempre	-
257	Nolive Chale	Camponês	50	6	4	Chipanga	Sempre	-
256	Alberto Ndjerecera	Motorista	36	7	5	Chipanga	Desde Sempre	-
255	Vaz farnela	Pedreiro	36	7	6	Chipanga	Sempre	-
254	João Rosse	Polícia municipal	45	7	5	Chipanga	7 anos	Mithethe (rural)
253	João Cumbidzi	Polícia guarda fronteira	40	7	6	Chipanga	Sempre	-
296	Felix Francisco	Pedreiro	31	8	6 (+ 1)	Bagamoyo	8 anos	Changara (rural)
252	Ancelmo Moutinho	Mecânico	40	10	9	Chipanga	Desde Sempre	-
304	Artur Calupande	Guarda	45	8	7	Bagamoyo	Desde Sempre	-
274	Luís Cumbucane	Motorista	32	8	7	Mithethe	Desde Sempre	-
272	Luís Paulino	Motorista	32	6	5	Mithethe	Desde Sempre	-
275	José Batasse	Mineiro	52	6	5	Mithethe	29 anos	Chirodzi (rural)
262	Portasio Ricardo	Alfaiate	45	4	3	Mithethe	28 anos	Chipanga (rural)
192	Alberto Chatine	Ajudante de máquina	35	7	6	Chipanga	Desde Sempre	-
194	Domingos Cunhaque	Desempregado	40	11	10	Chipanga	Desde Sempre	-
193	Francisco Civete	Mineiro	35	7	6	Chipanga	Desde Sempre	-
195	Jesus António	Motorista	40	8	7	Chipanga	19 anos	Mithethe (rural)

Reassentamentos Forçados: Dos Impactes às Oportunidades

196	Fortunato Vigor	Desempregado	85	5	4	Chipanga	75 anos	Machedwa (rural)
294	Lucas mponha	Ferreiro	44	5	3	Bagamoyo	6 anos	Cjimoio (rural)
-	Eduardo almoço	Cobrador	46	7	6	Chipanga		Mithethe (rural)
302	Horácio Ricardo	Segurança	48	8	7	Bagamoyo	Desde Sempre	-
297	Isaque Simbe	Mecânico	30	4	3	Bagamoyo	21 anos	Mutwara sede

Quadro 3.3.4 – Identificação das pessoas inquiridas em Cateme

Nº da casa	Chefe do agregado familiar	Profissão	Idade	Nº do agregado familiar	Número de dependentes	Bairro de origem	Tempo de residência no bairro de origem	Outros sítios onde viveu
54	Domingos Domingos	Mecânico	52	8	7	Chipanga	Desde Sempre	-
50	Silva chageca	Mineiro	57	3	2	Chipanga	Desde Sempre	-
52	Marcelino Almoço	Mineiro	55	7	6	Chipanga	28	kalambo
59	Mário Vida	Ferreiro	52	9	8	Chipanga	Desde Sempre	-
630	Alfredo Macuacua	Comerciante	51	5	4	Mithethe	10 anos	cidade de Tete
566	Ismael Gissimão	Comerciante	39	4	3	Bagamoyo	3 anos	Mutarara
628	Munate Dia	Camponês	53	8	5	Malabwé	10 anos	vila de Moatize
565	Gregório Dizande	Desempregado	50	5	4	Malabwé	4 anos	Macanga
567	Nuno Marcel	Desempregado	25	5	4	Malabwé	Desde sempre	-
536	Manuel Bartolomeu	Carpinteiro	30	4	3	Mithethe	17 anos	Chipanga
551	Belestino Bartolomeu	Mecânico	35	5	4	Mithethe	Desde sempre	-
537	Titos Mphonha	Ferreiro	47	8	7	Mithethe	Desde sempre	-
-	Gineria Meque	Domestica	65	1	-	Mithethe	40 anos	vila de Moatize
51	Silva Ernesto	Motorista	-	7	6	Chipanga	16 anos	vila de Moatize
53	Terço João	Analista	40	7	6	Chipanga	Desde sempre	-

Reassentamentos Forçados: Dos Impactes às Oportunidades

57	Ricardo pensar	Negociante	56	7	6	Chipanga	25 anos	Kambulatsitsi (rural)
60	Rogério Feito	Serralheiro	41	9	8	Chipanga	Desde sempre	-
629	Nolina Sipanzela	Camponesa	91	6	5	Malabwé	5 anos	Moatize
627	Raúl Coelho	Camponês	48	4	3	Malabwé	Desde sempre	-
751	Geraldo Andrigo	Cozinheiro	24	6	5	Malabwé	8 anos	Marara (rural)
749	Ndjera Daimonte	Camponês	52	3	2	Malabwé	9 anos	Manica (rural)
535	Sérgio Bartolomeu	Fabricante de tijolos	30	5	4	Mithethe	Desde sempre	-
548	Alista Chagaca	camponesa	65	2	0	Mithethe	Desde sempre	-
549	Joaozinho Dzimba	Apontador	39	11	10	Mithethe	Desde sempre	-
552	Dedinho Sinetz	Pedreiro	25	7	5	Mithethe	9 anos	Zóbwe (rural)

ANEXO IV – BREVE DESCRIÇÃO DA ORIGEM DOS BAIRROS REASSENTADOS

Mithethe

Segundo os homens locais, Mithethe significa árvore, e passou a ser habitada depois de um caçador ter para lá levado a família ao constatar que a terra era muito produtiva. Por ser uma zona que se encontrava no meio da floresta, o caçador usou as árvores como forma de explicar à família como era o local para onde iam viver. Aparentemente este episódio ter-se-á passado já depois da instalação dos portugueses nesta zona (Austral, 2006: 29). Assim o povoado parece ter sido formado por pessoas das terras vizinhas que para aqui vinham em busca de terra mais produtiva.

Durante a guerra civil, Mithethe parece ter-se esvaziado e sido totalmente destruído, tendo os seus habitantes se movido para a vila de Moatize. Após a assinatura do acordo de paz e as eleições de 1994 a maioria dos antigos moradores e seus descendentes voltaram a ocupar o povoado. Nesta altura, embora em pequeno número, algumas pessoas de fora fixaram-se também nesta área (Austral, 2006: 29-30).

A população do bairro, destacava, como lugares importantes do bairro, os seguintes (Austral, 2006: 31-33):

- Sede do bairro: constituída por duas árvores;
- Cemitérios Guta e Nhankokota;
- Montanhas Nhansuala, onde se realizavam as cerimónias;
- Lagoa (antiga mina de céu aberto), que servia para recolha de água, lavagem de roupa, banhos e pesca;
- Rio Malangadzira (sazonal);
- Escola primária (1ª a 5ª classe);
- Campo de futebol;
- Bancas;
- Igreja de testemunhas de Jeová e menonita;
- *Machambas*.

Malabwé

Segundo as mulheres de Malabwé, este povoado terá sido em tempos muito habitado. Chovia regularmente, produzia-se em grandes quantidades e a vida era boa. Os Malabewanos eram conhecidos por serem bastantes acolhedores e bastava que os novos habitantes comesçassem a adoptar os hábitos locais para passarem a serem vistos como Malabewanos (Austral, 2006: 40- 44).

Na altura da guerra, tal como em Mithethe a maioria da população fugiu e grande parte foi-se instalar no bairro 25 de Setembro, em Moatize. Houve muitos casos de pessoas raptadas e assassinadas durante este período, e a maioria da população já não voltou para Malabwé no fim da guerra (Austral, 2006: 40-44)

A população do bairro, destacava, como lugares importantes do bairro, os seguintes (Austral, 2006: 43-44):

- Cemitério Massandza;
- Montanha de Nhambalale, rio Chicondo e monte Chinche, todos lugares de culto;
- Loani: actualmente uma zona de habitação, onde terá vivido um assimilado e antigo militar chamado Cortez, a quem foi atribuída a função de gestão da comunidade;
- Zona Silveira, onde se fixaram as primeiras duas famílias em Malabwé;
- Rio Révubuoé;
- Campo de futebol;
- Escola da 1ª classe (um árvore)

Bagamoyo, Chipanga e Chithata

Os bairros de Bagamoyo, Chipanga e Chithata, são todos bairros peri-urbanos pertencentes à estrutura administrativa da vila de Moatize. Estes bairros partilham assim a mesma história que a Vila. No Quadro 3.3.1 apresentam-se os locais que as pessoas destas comunidades consideravam como os mais importantes.

Quadro 3.3.1 – Locais considerados importantes para as pessoas dos bairros de Bagamoyo, Chipanga e Chithata

<p>Bagamoyo (Austral, 2006: 48 - 51)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado (segundo as mulheres o maior mercado do distrito) • Maternidade • CFM ou estação dos caminhos de ferro • Clube ferroviário • Moajeira • <i>Machambas</i> • Escola das oitavas (Escola primária) • Escola secundária heróis de Moçambique • Fontanário • Hospital do CFM – que agora serve toda a população • Igrejas • Estrada Nacional 103 • Campo de futebol
<p>Chipanga (Austral, 2006: 59 - 63)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cemitério • Várias igrejas : assembleia de Deus, Católica, frente a fé e testemunhas de Jeová • Fontanários (foram montados entre 2002 e 2003) • Mina de Chipanga 8: já não funciona, mas está muito ligada ao passado da população, tendo a maioria dos homens lá trabalhado. • As cerâmicas de tijolo (estas começaram a surgir após o fecho da mina) • Escola primária de Maguiguane (1ª a 7ª classe) • Posto de saúde • Mercado • Rio Moatize (e um local específico onde as águas são quentes, que os homens e algumas crianças usam para tomar banho, e onde fazem um cerimónia de

	<p>agradecimento ao espírito que aquece as águas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Campo de futebol • Belo horizonte – local onde os jovens se juntam à noite, para conversar, beber e dançar • Minas de Chipanga 6, onde ocorreu o acidente em que ficaram soterradas diversas pessoas
<p>Chithata (Austral, 2006: 64 - 67)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sede do bairro • Fontanários e rio Revúboè • <i>Machambas</i>. • Escola primária (1^a-6^a classe), • Igreja Católica (a principal igreja no bairro) e a • paragem de chapa • Mina de Chipanga 11, britadeira e moagem e a empresa de construção civil de CETA S.A.R.L. • Cemitério, e a casa do curandeiro